



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

---

CLAUDIANI FERREIRA DA CUNHA RODELINI

GRUPO ESCOLAR ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO: CULTURA  
ESCOLAR PRIMÁRIA EM ITAPORÃ- MT. UMA  
CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES  
EDUCATIVAS (1953-1974)

Dourados-MS  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GRUPO ESCOLAR ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO: CULTURA  
ESCOLAR PRIMÁRIA EM ITAPORÃ- MT. UMA  
CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES  
EDUCATIVAS (1953-1974)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra Maria do Carmo Brazil.

Dourados-MS

2015

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

R687g Rodelini, Claudiani Ferreira da Cunha.  
Grupo escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã-MT, uma contribuição para a história das instituições educativas. / Claudiani Ferreira da Cunha. – Dourados, MS : UFGD, 2015.  
139f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra Maria do Carmo Brazil.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. História da educação. 2. Instituição escolar. 3. Grupo escolar Antônio João Ribeiro. I. Título.

CDD – 370

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**

**CLAUDIANI FERREIRA DA CUNHA RODELINI**

**GRUPO ESCOLAR ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO: CULTURA  
ESCOLAR PRIMÁRIA EM ITAPORÃ- MT. UMA  
CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES  
EDUCATIVAS (1953-1974)**

**COMISSÃO JULGADORA  
DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO**

Dissertação aprovada em: 19/05/2015



---

Profª Drª Maria do Carmo Brazil (Orientador)  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Presidente Orientador



---

Profª Drª Elizabeth Figueiredo de Sá  
Universidade Federal do Mato Grosso



---

Drª Magda Sarat  
Universidade Federal da Grande Dourados

Dourados-MS  
2015

A minha mãe Cida e meu pai Zequinha, cuja vida breve os privou de partilhar comigo algumas de minhas pequenas vitórias...

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sua presença constante em minha vida, sendo luz e energia em todos os momentos dela.

Às minhas filhas Heloisa e Lorena, por suportarem minhas ausências físicas e espirituais. A elas meu amor incondicional. Ao meu esposo Antonio, por me apoiar, incentivar e jamais ter medido esforços para tornar meus sonhos reais.

Às minhas irmãs Meire Cristiani e Mercy Christina, que sempre me incentivaram e acreditaram em mim, mesmo quando eu não acreditava.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria do Carmo Brasil, pela firmeza e companheirismo, por suas orientações bem dirigidas, por saber, como ninguém, ultrapassar as fronteiras de instrutora para ser uma sábia educadora e amiga.

À Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá, por ter me acolhido carinhosamente num dos momentos mais difíceis da minha vida, e por ter sido alguém que acompanhou, contribuiu significativamente neste trabalho e se tornou grande amiga.

À Profa. Alessandra Cristina Furtado, por contribuir e participar das conquistas profissionais, pela amizade e força.

Aos professores que avaliaram este trabalho como parte da banca examinadora: Profa. Dr<sup>a</sup> Magda Sarat e Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Rosineire Ziliani. Obrigado por suas importantes contribuições e sugestões para o aprimoramento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação FAED – Faculdade de Educação, em nome do Diretor Sr. Reinaldo dos Santos, e da Coordenadora do Mestrado em Educação, Profa. Magda Sarat.

À Secretária do Programa de Mestrado em Educação, Fernanda Santos Lima, e aos demais técnicos que, de alguma forma, contribuíram para a organização, planejamento, execução, avaliação e desempenho do Mestrado em Educação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Aos amigos conquistados. Especialmente a turma da Linha de História, Memória e Sociedade, companheiros de estrada que comigo dividiram os mesmos sonhos, as mesmas alegrias, dúvidas e inquietações: Clóvis Irala, Wilker Solidade, Elizabete Velter Borges, Inês Velter. Essas pessoas concederam-me o privilégio de conviver com seres humanos extraordinários, pacientes e generosos; vocês foram fundamentais nesta trajetória da minha vida.

À CAPES, pela bolsa concedida no período de dois anos, o que possibilitou o desenvolvimento desta Dissertação.

A todos que, de maneira direta e indireta, contribuíram para minha dissertação de mestrado.

## RESUMO

O presente trabalho vincula-se ao campo da história das instituições educacionais (HIE), cujo foco principal reside no estudo sobre o processo institucionalização dos Grupos Escolares no sul de Mato Grosso, em geral, e mais particularmente, na implantação desse modelo de escola na região da Grande Dourados, com destaque para o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, do município de Itaporã-MS. A ideia é discutir as condições políticas e sociais decisivas na implantação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, suas formas de funcionamento, bem como suas práticas cotidianas e dos distintos agentes sociais da comunidade (alunos, professores, diretores, entre outros). A delimitação do período se estabelece entre os anos de 1953 a 1974 e justifica-se pela criação do município de Itaporã, por meio da Lei Municipal 659, de 10 de dezembro de 1953, ratificada pela Lei nº 370, de 31 de junho de 1954. Essa mesma Lei garantiu a emancipação política do município. O ano de 1974 refere-se à data em que o Grupo Escolar definitivamente elevou-se a escola de 1º Grau - passando a denominar-se Escola Antônio João Ribeiro - como cumprimento da Lei 5692/71, que determinou a extinção dos grupos escolares no Brasil. Busquei dados nos núcleos de documentação (CDR/MS e NDHIR/MT), onde estão reunidos os documentos oficiais, jornais da época e relatórios oriundos da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso. Recorri também aos materiais reunidos no arquivo da escola e nos acervos privados fornecidos por alguns moradores da cidade de Itaporã-MS. Também foram incorporados ao trabalho depoimentos orais fornecidos por sujeitos que vivenciaram o cotidiano do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro no período escolhido para o estudo. Percebi que em Mato Grosso havia uma preocupação, por parte dos governantes, de se criar novas escolas e instruir a população, sendo o GE meio difusor dos ideais que levaram à busca pela modernidade e progresso.

**Palavras-chaves:** História da Educação; Instituição Escolar; Grupo Escolar Antônio João Ribeiro.

## **ABSTRACT**

This work is linked to the field of history of educational institutions (HEI) whose main focus lies the study of the institutionalization process of the School Groups in Mato Grosso do Sul, in general, and more particularly the implementation of this school model in the Greater Dourados region especially the Grupo Escolar Antonio João Ribeiro in the city of Itaporã-MS. The idea is to discuss the political and social conditions decisive in the implementation of the Grupo Escolar Antonio João Ribeiro their ways of functioning, and their daily practices and their distinct community social actors (students, teachers, principals, etc.). The delimitation of the period established between the years 1953-1974 and is justified by the creation of the municipality of Itaporã through the Municipal Law 659 of December 10, 1953, ratified by Law No. 370 of June 31, 1954. This same law guaranteed municipal political emancipation. The year 1974 refers to the date the School Group definitely raised the school level of Grade 1, changing its name-School Antônio João Ribeiro, to constitute compliance of Law 5692/71 which determined the extinction of School Groups in Brazil. I sought data on documentation cores (CDR / MS and NDHIR / MT) where official documents are gathered, newspapers of the time and reports coming from the General Board of Education of Mato Grosso are gathered. Have recourse also to the materials gathered in the school file and in private collections provided by some residents of the city of Itaporã- MS. They were also incorporated into the work, oral testimony provided by individuals who experienced the School Group of everyday Antonio João Ribeiro, the period chosen for the study. I realized that in Mato Grosso there was concern on the part of governments, to create new schools and educate the population, with GE through diffuser of the ideals that led to the quest for modernity and progress.

**Keywords:** History of Education; Institution School; Grupo Escolar Antonio João Ribeiro.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupo Escolar Antônio João Ribeiro .....	24
Figura 2 - Joaquim Domingos, um dos primeiros moradores de Itaporã, e sua casa construída na década de 1950 .....	50
Figura 3 - Escola de Madeira ao lado da Igreja .....	57
Figura 4 - Escola construída no córrego do Anacleto – 31/3/1962 .....	58
Figura 5 - Escola do Baixo Sardinha .....	59
Figura 6 - Escola Rural Mista Montese - 1972.....	59
Figura 7 - Uma escola de madeira do Porto Café - 1970 .....	60
Figura 8 – Localização de Itaporã .....	64
Figura 9 - Reunião para coletar assinaturas pró-emancipação de Itaporã (1953) .....	65
Figura 10 - Colonos (esq. Antônio Rodelini, Caetano Rodelini, Mário Rodelini e Luiz Rodelini) na lavoura de café no Município de Itaporã no ano 1954 .....	70
Figura 11 - Aula de corte e costura na capela São José Itaporã .....	73
Figura 12 - Foto Santana em Itaporã – 1963 .....	74
Figura 13 - Primeira turma do curso de Datilografia da escola Ideal- 1963 .....	75
Figura 14 - Alunos do Grupo Escolar Antônio Ribeiro, 1955.....	80
Figura 15 - Certificado de Aprovação do 4º Ano Primário da aluna Aurêna Cordeiro ..	81
Figura 16 - Certificado de Conclusão do 5º ano primário .....	82
Figura 17 - Ato de Nomeação, 1959.....	82
Figura 18 - Desfile 7 setembro, em Itaporã- MS, no ano 1972 .....	84
Figura 19 - Alunos do GE Antonio João Ribeiro hasteando a Bandeira no desfile de 7 de setembro de 1960.....	85
Figura 20 - Certificado de conclusão do Jardim de Infância, 1971 .....	86
Figura 21 - Porcentagem das profissões de pais de alunos do GE, 1973 .....	88
Figura 22 - Grupo Escolar Antonio João Ribeiro em 1958.....	91
Figura 23 - Planta baixa do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, 1958 .....	92
Figura 24 - Planta baixa do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, 1960 .....	92
Figura 25 - Atestado de conduta .....	100
Figura 26 - Atestado de saúde .....	101

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos Escolares no sul de Mato Grosso 1939-1955 .....	47
Quadro 2 - Distribuição dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1953).....	48
Quadro 3 - Municípios formadores da Grande Dourados .....	51
Quadro 4 - Relação das Escolas existentes na zona urbana de Itaporã no ano de 1973..	60
Quadro 5 - Relação das Escolas existentes na zona rural de Itaporã no ano de 1973 .....	60
Quadro 6 - Número de crianças matriculadas no G.E. Escola Antônio João Ribeiro em 1973 .....	85
Quadro 7 - Profissão dos pais dos alunos da Escola Antonio João Ribeiro no ano de 1973 .....	87
Quadro 8 - Resultado final do ano escolar dos alunos da Escola Antonio João Ribeiro no ano de 1973.....	88
Quadro 9 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1958.....	94
Quadro 10 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1963.....	95
Quadro 11 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1964.....	95
Quadro 12 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1966.....	96
Quadro 13 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1967.....	96
Quadro 14 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1969.....	97
Quadro 15 - Distribuição dos turnos entre os professores, 1973.....	97
Quadro 16 - Distribuição dos turnos entre os professores .....	98
Quadro 17 - Rendimento Escolar – Turma 4º Ano (1959) .....	104
Quadro 18 - Rendimento Escolar – Turma 5º Ano (1959) .....	105
Quadro 19 - Rendimento Escolar – Turma 4º Ano, 1960 .....	106
Quadro 20 - Rendimento Escolar – Turma 5º Ano, 1961 .....	107
Quadro 21 - Rendimento Escolar – Turma 4º Ano, 1961 .....	108
Quadro 22 - Rendimento Escolar – Turma 5º Ano, 1963 .....	109

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	24
MATO GROSSO NO TEMPO DOS GRUPOS ESCOLARES.....	24
1.1 No tempo dos Grupos Escolares.....	26
1.2 O Cenário Educacional de Mato Grosso .....	31
1.3 Educação em meio a agitações políticas.....	33
1.4 As escolas “de verdade” de Mato Grosso.....	35
1.5 A reforma da Instrução Pública de 1927 .....	41
1.6 Mato Grosso e as Zonas Escolares.....	45
CAPITULO II.....	50
O FUTURO ESTAVA LÁ: O ESTADO DE MATO GROSSO, REGIÃO DE DOURADOS/ITAPORÃ.....	50
2.1 A Grande Dourados .....	50
2.3 O Cenário Educacional Itaporaense.....	56
2.4. Itaporã: uma cidade rural .....	61
2.4.1. Memória e História .....	64
2.5 O futuro estava lá: o Estado de Mato Grosso, região de Dourados.....	71
2.2 Escola e Igreja.....	76
CAPITULO 3 .....	80
A ESCOLA E SUA CULTURA ESCOLAR .....	80
3.1 Cultura Escolar do GE .....	80
3.2 O Espaço Físico .....	90
3.3 Quadro Docente .....	94
3.4 Quadro Discente .....	101
3.5 Rendimento Escolar.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	111
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	113

## INTRODUÇÃO

*“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”*

Leon Tolstoi

O presente trabalho tem o intuito de trazer uma abordagem acerca da história de uma instituição escolar, focalizando sua gênese e funcionamento no Sul de Mato Grosso, e de responder à questão-problema central: Como se deu a criação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e qual sua importância para o município de Itaporã no período de 1953 a 1974?

A questão-problema é ampla e por isso foi dividida em temas mais pontuais, dentre os quais destacamos: de que maneira o Grupo se inseriu em uma cidade que já possuía uma escola Reunida para o ensino primário? Como o Grupo Escolar se relacionava socialmente com a comunidade local? As vagas oferecidas eram suficientes? Quais eram os índices de frequência, aprovação e conclusão dos alunos? Quais foram os primeiros professores, e como eram suas atuações didático-pedagógicas? Elaborou-se a hipótese de que essa escola foi relevante para grande parte da sociedade itaporanense, sendo meio difusor dos ideais que levaram à busca pela modernidade e progresso.

No Brasil, com o advento da República, o progresso tornou-se um anseio para aqueles que vislumbravam a modernidade. Em linha gerais, o termo “Moderno” pode significar a tomada de consciência das rupturas com o passado. Desta forma, aos poucos, os grandes centros do país propagaram para os estados mais periféricos o desejo de modernidade, num pensamento de se contrapor ao velho, superado e antigo. Assim, houve a apropriação de modelos Europeus de modernização de suas cidades, tais como o ordenamento dos seus espaços; a construção de largas avenidas e edifícios suntuosos; o ideal higienista de salubridade; o progresso do ensino escolar; e as inovações técnicas com o objetivo ideal de modernidade.

Autores como Luciano Mendes de Faria Filho e Rosa Fátima de Souza, têm se dedicado a pesquisar instituições escolares e Grupos Escolares criados no início do

período republicano e extintos na década de 1970, em razão da Lei N° 5692, promulgada em 1971. As produções acerca da História das Instituições Educativas (HIE), com destaque para os Grupos Escolares, realizadas a partir das décadas de 1990, no campo da História da Educação, ocorreram consoantes às revoluções verificadas no campo da História, traduzidas na ampla consideração de novos problemas, objetos e abordagens.

O número de pesquisas sobre instituições escolares aumenta a cada dia nos vários programas de pós-graduação em educação instalados em instituições de ensino do país tais como: Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG); Universidade Federal de São Carlos (Ufscar/SP); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Nas décadas de 1950 e 1960, um período anterior à criação dos programas de pós-graduação, foram desenvolvidas algumas pesquisas na antiga secção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, FFCL/USP. O segundo momento, situa-se nas décadas de 1970 e 1980 - durante os governos militares - e foi marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-graduação em Educação. O terceiro momento, iniciado na década de 1990, caracteriza-se pela consolidação das pós-graduações. Teoricamente, foi um período marcado pela crise dos paradigmas. "É justamente neste terceiro momento que são privilegiados temas como a cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e obviamente instituições escolares" (NOSELLA & BUFFA, 2009, p.17)

De acordo com Nosella e Buffa (2009), os estudos sobre Instituições Escolares ganharam entusiasmo no meio acadêmico somente a partir dos anos 1990, mas, anteriormente a esta data, as instituições já eram abordadas, mesmo que de forma esporádica. Nossella e Buffa (2009) apontam ainda três importantes momentos da produção historiográfica da educação brasileira entre os anos de 1950 e 1990.

As pesquisas passaram a considerar não apenas o repensar de estudos e paradigmas, mas também a reflexão sobre novas temáticas e eixos de investigação, como a história das instituições educativas e o interesse pela cultura escolar (SOUZA & FARIA FILHO, 2006).

Importa destacar o recorte temporal eleito para a abordagem do presente tema (1953-1974), cujo início indica a criação do Grupo Escolar e suas nuances ocorridas nesse período, passando pelos reflexos das teorias da *Escola Nova*. Isto significa que, influenciadas pelos ideais da *Escola Nova*, muitas mudanças ocorreram no perfil das escolas primárias entre as décadas de 1930 e 1960, dando direcionamentos significativos na instrução primária e na reordenação da escola enquanto instituição.

O movimento da Escola Nova pretendia oferecer novos rumos à política educacional construída na Primeira República (1889-1930), período em que as oportunidades de acesso à escola e ao ensino de qualidade ficavam praticamente restritas a uma pequena parcela da sociedade (uma verdadeira casta intelectualizada), ao passo que a grande massa popular era voltada apenas para o trabalho. Uma discussão sobre a temática é encontrada nas obras: *Na batalha da educação: correspondências entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*, de autoria de Diana Vidal (2000), e no livro *Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*, de Rosa Fátima de Souza (2006).

Souza e Faria Filho (2006) ao analisarem as pesquisas acerca dos grupos escolares, entre as décadas de 1990 e 2000, indicam a disseminação de trabalhos de natureza nacional e regional ao tratar da implantação dessa modalidade de escola primária, principalmente durante a Primeira República. Os autores identificam dois tipos de grupo de estudo: aqueles de âmbito mais geral, voltados genericamente para a caracterização dessa modalidade de escola primária no país; e um segundo grupo voltado para os estudos de natureza monográfica, volvido à história institucional do primeiro, ou dos primeiros Grupos Escolares de determinada região do país. Esses trabalhos foram marcados pela abordagem da História Cultural, com a perspectiva da investigação dos processos de escolarização, das relações entre as práticas/discursos e da escola como objeto historiográfico. Tais trabalhos abarcam a arquitetura, as práticas escolares, materiais didáticos, festas escolares, desfiles cívicos e outros.

Estudos e pesquisas sobre os Grupos Escolares vêm se constituindo em diversas regiões do País, e buscam resgatar a importância desses grupos escolares. Trata-se de uma proposta constante nos trabalhos de distintos autores brasileiros, entre eles Jacomeli (2003; 2005), Lombardi (2005), Ribeiro (2003), Saviani (2004; 2005), Souza (2004), Vidal (2006), Sá e Sá (2011). Os autores afirmam ainda a necessidade de contextualizar socialmente a importância destas instituições para a história da educação local, regional e nacional.

Os Grupos Escolares foram também criados em Mato Grosso como peças essenciais no processo de institucionalização do ensino primário, de reforma social e de difusão da cultura popular. As necessidades de conhecer o processo de implantação dessas instituições escolares nas áreas internas do Brasil, e de oferecer historicidade a essas instituições, despertaram nosso interesse em lançar esforços nessa direção.

O Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado da UFGD, reconhecido pela Capes no ano de 2007, inaugurou suas atividades em março de 2008 a partir da área de concentração "História, Políticas e Gestão da Educação", constituída por duas Linhas de Pesquisa, a saber: Políticas e Gestão da Educação e História da Educação, Memória e Sociedade. Esta última passou a ser representada pelo Grupo História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), criado no ano de 2008 com a meta incentivar estudos e pesquisas em História e Historiografia da Educação.

Durante o período de 2008 a 2011, o Programa produziu aproximadamente 49 dissertações, das quais, 21 são da linha da História da Educação, Memória e Sociedade. No entanto, quatro projetos de Pesquisa ajudaram a fomentar estudos sobre Grupos Escolares: “Inventário de fontes documentais: um estudo sobre a formação e a profissão docente no município de Dourados/MS e região (1959-1996), coordenado pela Profa. Alessandra Cristina Furtado, que tem o objetivo de reconstruir a história da formação e da profissão docente na região da Grande Dourados - no período de 1959 a 1996 - por meio de levantamento, catalogação, descrição das fontes e, num momento posterior, analisar as questões relativas à profissão docente e a formação. No contexto dos estudos acerca da infância, da memória e de gênero, a Profa. Magda Sarat também vem dando contribuições na área de História da Educação. No projeto intitulado “Histórias e Memórias da Educação no Município de Dourados” (1940-1990), a pesquisadora busca recuperar a História da Educação e das instituições escolares no município de Dourados e região nos anos de 1940-1990. Assim, a pesquisa tem como foco História da Educação das instituições formadoras de professores, dedicados à educação infantil.

A pesquisa “Tempos de Escola Moderna no sul do Mato Grosso: Análise do processo de transição do modelo escolar confessional católico para o ideário iluminista republicano”, coordenada pela profa. Ana Paula Mancini, estuda os grupos escolares do Sul do Mato Grosso através da avaliação dessas instituições desde sua estrutura material, até as formas de organização didático-escolares. A “Escolarização da infância do sul do Mato Grosso 1940-1970”, realizada pela Profa. Maria do Carmo Brazil, visa investigar e analisar o processo de institucionalização do ensino primário no interior do

Sul do Mato Grosso, caracterizado pelo modelo organizacional de Grupos Escolares, de modo a apreender as mudanças e implicações socioculturais que essa modalidade de ensino representou para a região.

Com a intuito de estudar a História das Instituições Educativas, quatro alunos do da Pós-graduação em Educação da UFGD elegeram os Grupos Escolares como objeto de pesquisa sob a orientação de Maria do Carmo Brazil. Trata-se dos trabalhos de Adriane Cristine Silva, de Marcio Bogaz Trevizan, Charlene Correia Figueiredo e a pesquisa realizada para esta dissertação. O primeiro dedicou-se a explicar parte da História das Instituições Escolares em Mato Grosso, tomando como objeto de análise o Grupo Escolar Esperidião Marques (GEEM), localizado em Cáceres, cidade do extremo oeste brasileiro, localizada a 20 quilômetros da Bolívia. O segundo refere-se a um estudo sobre o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG), criado na cidade de Ponta Porã-MS na fronteira com o Paraguai. O terceiro, discorreu sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (GELA), criado na cidade de Corumbá-MS, na fronteira com a Bolívia.

Com relação às fontes, destacamos a ampliação de uma diversidade de estudos em História da Educação pela vertente da Nova História Cultural, que propicia análises de novas fontes. Com base na Nova História Cultural, significativo número de historiadores tem dedicado a buscar suporte nas fontes tradicionais, mas também dos relatórios de professores, diretores, de inspetores, provas de alunos, atas escolares, orientações didáticas, fotografias escolares, livros-ponto, livros de matrícula, mobiliário e plantas arquitetônicas. Essa foi a teoria seguida pelos docentes da PPGEduc/UFGD. Os pesquisadores passaram a se dedicar aos periódicos educacionais - como jornais de circulação local, regional e nacional, resoluções, documentos da Assembleia Legislativa Provincial, fotografias, diários de classe, dentre outros. Alguns desses pesquisadores procuram construir a história das instituições de Dourados, como é o caso das pesquisas desenvolvidas e orientadas pelas Professoras Alessandra Furtado, Ana Paula Mancini, Magda Sarat, Maria do Carmo Brazil. Essas pesquisadoras, junto ao Programa de Pós-graduação, têm procurado identificar os sujeitos históricos das Instituições Educacionais do sul de Mato Grosso.

O número de pesquisas que abordam essa temática vem crescendo. Destacamos alguns dos trabalhos que dissertaram sobre o tema *Grupos Escolares* nos referidos estados: Emilene Fontes de Oliveira Xavier (2005-Mestrado), *Cultura Brasileira e a Memória da Construção da Identidade Nacional no Grupo Escolar Leônidas de Matos (1937-1945)*; Rosinete Maria dos Reis (2007-Mestrado), *Palácios da Instrução:*

*Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927)*; Eduardo Ferreira da Cunha (2009-Mestrado), *Grupo escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): arquitetura e pedagogia*; Arlene da Silva Gonçalves (2009-Mestrado), *Os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)*; Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel Silva (2006-Doutorado), *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*; Carlos Edinei de Oliveira (2009-Doutorado), *Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964 -1976)*; Marcio Bogaz Trevizan (2011-Mestrado), *Grupo Escolar Mendes Gonçalves: Vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)*.

Entendo que investigar o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, Cultura Escolar e Estratégias de Escolarização da Infância em Itaporã-MT (1953-1974) insere-se no campo da História da Educação, contribuindo para a compreensão da escolarização da infância no sul do Mato Grosso. O principal objetivo é contribuir com análises realizadas no plano regional, sobretudo por pesquisadores dedicados a discutir os *Grupos Escolares* no estado de Mato Grosso .

Com este trabalho, proponho-me a contribuir com o processo de construção da história da educação no sul de Mato Grosso, campo que ainda tem um longo caminho a ser percorrido. Busquei investigar o processo de implantação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1953-1974). Para tanto, procurei: i) analisar a gênese e o perfil delineado nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1953-1974); ii) identificar o perfil de formação da clientela do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, com destaque para seus saberes e fazeres, esmiuçando as práticas cotidianas de docentes, discentes e outros atores sociais que se relacionavam com essa instituição; iii) caracterizar o trabalho educativo dessa instituição escolar, bem como sua relação e contribuição para com a sociedade itaporanense.

A investigação parte do contexto geral do país para o objetivo particular, o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. Instituição singular, mas que transmitiu e construiu saberes e fazeres pelos atores sociais que ali conviveram. Os resultados qualitativos da pesquisa de fontes primárias foram submetidos às análises explicativas, ancoradas em referenciais teórico-metodológicos que comportam as descrições do particular, relacionando-o com o contexto geral. O aporte teórico que fundamentou este

trabalho tem como base a Nova História Cultural. Além disso, recorri aos conceitos de representação, de Roger Chartier (2002), cultura escolar, de Dominique Julia (2001) e cultura material, de Rosa Fátima de Souza (2007).

Os termos “cultura + escola = cultura escolar”, foi uma junção utilizada por Dominique Julia enquanto objeto de estudo para a História da Educação, que aconteceu a partir da conferência ministrada por Dominique Julia no encerramento da XV ISCHE (International Standing Conference for History of Education), em Lisboa, no ano de 1993. Segundo Julia (2001): cultura escolar pode ser traduzida, dentre outros aspectos, como:

um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar. E um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, saberes e práticas estão ordenados de acordo com as finalidades que podem variar segundo as épocas, as finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional, os agentes que são obrigados a obedecer a essas normas e, portanto, a pôr em obra os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação, a saber, os professores (JULIA, 2001, p.10).

Com a influência da Nova História Cultural na História da Educação, surgiram novos objetos, novas fontes, diferentes procedimentos de pesquisa e a capacidade de um novo olhar sobre os fenômenos educativos. Assim, os estudos voltados para a história das instituições escolares, dos seus sujeitos e de suas práticas escolares, que fazem parte da cultura escolar, ganharam espaço nos estudos em História da educação.

A contribuição de Roger Chartier (1990) para a História Cultural se dá por meio da análise social, de práticas e representações. Assim, o modo de ver as pessoas faz com que a sociedade de uma determinada época trate-as de acordo com o que elas representam naquele dado momento. Se para Chartier (1990), a História Cultural é a maneira pela qual uma determinada realidade é construída e interpretada, as representações que compreendem os modos de ver, embora sejam pensadas individuais, visam a universalidade e estão sempre determinadas pelos grupos que as forjam.

O conceito de representações proposto por Chartier é entendido como divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais que aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são

discursos neutros, produzem estratégias que tendem a impor uma autoridade à custa de outra, a representação legítima do grupo e suas escolhas (CHARTIER, 1990).

Essa opção teórico-metodológica é fortalecida ao apoiar-se no pensamento de Justino de Magalhães (1998), que julga necessário, nesta categoria de investigação, reconstruir a identidade histórica de uma determinada instituição em campos variados, integrando o sistema educacional, evolução da comunidade e a história da região, interligando o particular ao geral.

Educação, instituição, história da educação são [...] instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação-ação, cuja representação, nos planos material e simbólico, e abordagem científica desafiam a uma multidimensionalidade e a uma multifatorialidade, nos quadros sincrônico e diacrônico. [...] Na sua evolução, como na sua conservação e consolidação, a dinâmica institucional traduz-se num constructo em que se entrecruzam a educação (como atualização científica, axiológica, tecnológica, de cidadania, de humanidade e subjetivação), a história (como discurso pleno, integrativo, evolutivo) e a instituição (como enquadramento, referente, metaeducação, estrutura de ação e de institucionalização). Tecer nexos entre essas instâncias é torná-las inteligíveis, racionais, significativas, projetivas (MAGALHÃES, 2004 p. 168).

A metodologia empregada na pesquisa baseia-se na perspectiva da História Cultural, “buscando identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (ibid., p. 17).

No âmbito da historiografia, recorreremos às análises de Vidal (2005), Faria Filho (1996; 2006), Souza (1998), Reis (2006), Cestari (2010), Pessanha (2002), Silva (2011), Trevizan (2011), Figueiredo (2006), Monteiro (2011), bem como os pesquisadores do grupo GEM da UFMT, a saber: Sá (2006; 2011), Madureira (2011), Oliveira (2010; 2011) entre outros. Esses autores pesquisam questões relativas à produção dos estudos

históricos sobre escolas rurais, escolas reunidas e Grupos Escolares no Mato Grosso. Todos esses trabalhos trazem uma contribuição que tem sido de grande importância para a escrita e análise da história do ensino primário no Mato Grosso e, conseqüentemente, contribuem para escrita da história das instituições escolares no Brasil.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi adotado um conjunto de procedimentos metodológicos que envolvem o levantamento e pesquisa bibliográfica e documental, análise documental e análise fotográfica. Em relação à pesquisa bibliográfica, fez-se necessário recorrer a livros, dissertações, teses e artigos científicos em materiais impressos e eletrônicos. A pesquisa de análise documental, por sua vez, baseou-se predominantemente em consultas de fontes em acervos do Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); no arquivo da Escola Estadual Antônio João Ribeiro em Itaporã-MS; no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); nos arquivos pessoais de ex-alunos e ex-professores, aqui recorreremos não somente aos documentos materiais utilizamos também fontes orais, bem como matérias do “Jornal O Progresso”.

Na primeira etapa de levantamento das fontes, nos deparamos com os primeiros obstáculos da pesquisa documental: muitos dos documentos foram extraviados, perdidos ou incinerados. Não encontramos o decreto de criação, nem planta baixa do prédio escolar do GE. Porém, ao examinarmos um arquivo encontramos três livros, o primeiro continha registros de diplomados dos alunos do município, da inspetoria de Ensino de 1955 atas de resultados finais de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª série dos anos de 1955 a 1966; o segundo livro continha atas de reuniões do Grupo Escolar que datavam de 1958 a 1976; o terceiro livro era destinado ao registro das atas dos exames finais de 1975.

Diante da escassez de documentação, seguimos as pistas fornecidas por ex-alunos e ex-professores em busca de fontes em arquivos particulares. Além disso, intensificamos a pesquisa documental em arquivos públicos, acervos de jornais e principalmente, no CDR da UFGD. O Centro, além de possuir um conjunto de teses, dissertações e livros raros sobre a história do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, possui um acervo de documentos referentes aos estudos regionais (em destaque para esta pesquisa) da Delegacia Regional de Ensino (DRE) pertencentes ao período histórico anterior a divisão do Estado do Mato Grosso. Por esta razão, estavam localizados em arquivos de Cuiabá e retornaram recentemente para o Mato Grosso do Sul para compor o acervo do CDR. Muitos desses documentos ainda não foram catalogados, classificados e identificados. É um acervo valioso sobre as escolas da

região da Grande Dourados-MS, dentre eles, os do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro Itaporã-MS. O jornal “O Progresso” serviu de fonte histórica importante. As notícias publicadas pela imprensa forneceram indícios acerca da cultura material e do cotidiano da região da Grande Dourados. As fontes iconográficas também tiveram uma importância determinante nesta pesquisa. Desse modo, o acervo fotográfico do Studio Santana foi de grande valia para esta pesquisa.

Diante das especificidades e riscos que envolvem a utilização das imagens como fonte de pesquisa em história da educação, buscamos suporte nos referenciais de Burke (2004), que afirma que as imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica. O autor utiliza uma frase de Lewis Hine “as fotografias não mentem, mas mentirosos podem fotografar” (ibid., p. 17). Com isso, Burke expressa sua preocupação com a análise fotográfica, pois para ele o historiador deve estar atento às interferências dos fotógrafos, já que, muitas vezes, estes podem manipular os objetos e alterar muitos dados.

Em consonância, os referenciais de Vidal (1998) também elucidam que:

[...] quando pensamos na fotografia, apenas na dimensão de congelamento do referente (real), estamos concebendo-a, simplesmente, como ícone. Se a percebemos, também, como produzida historicamente, condicionada pela *forma de olhar* de uma época, que envolve desde enquadramento, angulação, foco, iluminação até escolha do(s) objeto(s) a ser (em) registrado(s), à dimensão icônica, acrescentamos a indicial. Mas, se a vemos, ainda, como construção-transformação do real, como uma representação da realidade, adicionamos às duas dimensões citadas acima, a simbólica. Na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisá-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é necessário concebê-la como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é instituinte de maneiras outras de representar a sociedade e seus conflitos. Uma formação discursiva que produz regras de validação e hierarquização, gerando um próprio do ato de fotografar (p.77-78).

Depois de catalogarmos as fontes, nos deparamos com novos personagens da história educacional itaporaense que, até então, eram desconhecidos. Assim, os contatos e diálogos com esses sujeitos acabaram colocando na pesquisa mais uma fonte histórica – a fonte oral, de grande importância para a pesquisa. Dos depoimentos orais coletados, optamos pela utilização de quatro, dos quais três foram professoras do GE Antônio João Ribeiro e participaram ativamente do processo de institucionalização do ensino primário

em Itaporã e um antigo morador da região, um dos pioneiros do povoamento do então município, e que auxiliou na identificação dos locais onde as escolas rurais eram instaladas no município de Itaporã nas décadas de 1950 a 1960.

O atual município de Itaporã localiza-se na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, foi palco da criação da Colônia Municipal de Dourados (CMD), entre a década de 1946 e 1953. Nesse período, o sul do então estado de Mato Grosso, espaço de fronteira devido à proximidade com o Paraguai, recebeu grande contingente populacional, a partir de 1946, quando a Prefeitura do município de Dourados decidiu criar uma base para a colonização orientada, tornando-se espaço povoado por “não índios”, já em 1948.

A ocupação, em específico, para a região de Itaporã, deu-se em virtude da propaganda ligada à fertilidade do solo para o plantio do café. O processo de migração rural intensificou o movimento de famílias para a formação de várias regiões de Mato Grosso. Homens e mulheres migraram para a região em busca de um espaço melhor para viver e trouxeram na bagagem a promessa de um futuro próspero para seus filhos (OLIVEIRA, 2009). Porém esses migrantes recém-chegados eram deixados à própria sorte devido à falta de infraestrutura ofertada pelo governo local, cabendo-lhes a responsabilidade pela criação de um espaço habitável que pudesse oferecer os requisitos mínimos para seu povoamento, como estradas, pontes, casas, igrejas e escolas.

À época, as escolas eram construídas com madeira, material abundante na região. Após a construção da escola, tinha-se a necessidade de conseguir professor. Para exercer esta função, buscava-se alguém na comunidade, sobretudo onde existia a escola, com certo grau de escolaridade para atuar como professores, mesmo leigos. Muitos só tinham escolaridade até a 4ª série do ensino primário e, portanto, deveriam lecionar até esta série.

Segundo relatos orais, as famílias que chegaram a Itaporã no ano de 1946 do século XX começaram a mobilização para que seus filhos pudessem estudar. Surgiu assim a primeira escola na localidade urbana, a qual funcionava na casa da própria professora, até o ano de 1952. Dois anos mais tarde, a escola foi elevada a Escola Reunida, pela Prefeitura de Dourados, com o nome Escolas Reunidas de Itaporã (Decreto Estadual 1.927/54). A referida escola permaneceu como Escola Reunida até 1955, quando foi transformada em “Grupo Escolar Antônio João Ribeiro” (Decreto Estadual 2.197/55), ativo até 1974. Naquele ano, o GE foi elevado à Escola Estadual de Primeiro Grau Antônio João Ribeiro.

Com estes pressupostos, este texto objetiva apresentar aspectos gerais da história desta instituição escolar, que na atualidade é denominada Escola Estadual Antônio João Ribeiro, ou seja, uma instituição resultante das Escolas Reunidas de Itaporã e, depois, Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. O estudo versa sobre a origem, criação, construção e instalação da escola no período compreendido entre 1953 a 1974, destacando também, aspectos relacionados à arquitetura escolar e organização do espaço escolar, bem como, dados da clientela da época em estudo, sobre os saberes construídos e também sobre o perfil profissional dos seus professores e funcionários.

É fundamental destacar que embora a Lei 5.692/71 já estivesse em vigor, em Mato Grosso, o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro continuou existindo até 1974. De forma singular, cada instituição escolar organizou seu processo de alteração de denominação ou nomenclatura junto a Secretaria de Estado de Educação e Cultura. O pedido de reconhecimento, no caso da escola Antônio João Ribeiro, enquanto escola pública estadual de 1º Grau, era encaminhado às Delegacias de Ensino de cada localidade.

O cenário nacional em que se configura o tempo do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro foi posterior ao Ato Institucional nº. 5 (AI -5). Ou seja, o dia a dia escolar analisado se desenrolou marcado pelos ditames deste ato que alcançou a sociedade brasileira como um todo. Direta ou indiretamente, os sujeitos que se movimentavam no cenário itaporanense se viu como participante dos anos da ditadura. Mato Grosso, mesmo distante das efervescências políticas ocorridas nos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo), não esteve “à margem” dessa história vivida pelo Brasil. Ao contrário, a sociedade mato-grossense esteve sintonizada com os referidos acontecimentos, cujos efeitos foram sentidos e percebidos ao longo da história da escola brasileira, entre os anos de 1964 e 1984.

O Grupo Escolar reproduzia as práticas do governo ditatorial brasileiro, as leis impostas pela ditadura chegaram ao sul de Mato Grosso. A cobrança exagerada do uniforme, as atividades cívicas ufanistas, a cobrança obrigatória do ensino de Educação Moral e Cívica, o dever sempre maior que o direito do exercício da cidadania era o que predominava nas práticas cotidianas escolares.

Para expor os resultados do trabalho, esta dissertação está organizada em três capítulos. No Capítulo I, “Mato Grosso no tempo dos Grupos Escolares”, contextualizo o reflexo da inserção do modelo graduado de ensino no cenário mato-grossense, tendo como pano de fundo as características próprias do estado.

No Capítulo II, “O futuro estava lá: o estado de Mato Grosso, região de Dourados/Itaporã”, faço um apanhado sobre o processo de colonização da região do extremo sul de Mato Grosso, uno e teço, para a década de 1940 e 1950, os caminhos para a formação do município de Itaporã.

No Capítulo III, “A escola e sua cultura escolar”, focalizo as especificidades da cultura escolar e material do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, em Itaporã-MS, como constitutivas de suas práticas e representações; além disso, percorro os vestígios do cotidiano, tempos e espaços, as relações estabelecidas entre os sujeitos escolares, as mudanças e permanências do ensino com o intuito de desvelar e entender as tramas estabelecidas historicamente entre escola, sociedade e cultura. Nas considerações finais, apresento a síntese dos capítulos, focando os principais resultados da pesquisa

## CAPÍTULO I

### MATO GROSSO NO TEMPO DOS GRUPOS ESCOLARES

Figura 1 - Grupo Escolar Antônio João Ribeiro.



Fonte: Studio Santana, 1958.

Importantes fatores históricos foram responsáveis pelo desencadeamento do processo de transformação do quadro político brasileiro, incidindo na desagregação da Monarquia e o conseqüente advento do regime republicano: A Guerra do Paraguai (1864-1870), a superação do escravismo (1888), as singularidades regionais, os descontentamentos no interior do Exército (pós 1870) e o avanço do movimento republicano (a partir de 1870). Longe de ser uma revolução, o novo regime manteve intacto até a década de 1930 o perfil oligárquico herdado da monarquia, conforme observou Costa (1979, p. 326):

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colônia

da economia, a de dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

O poder político permaneceu sob domínio dos agentes da elite agrária (proprietários de terras ou fornecedores de produtos oriundos da monocultura exportadora, como açúcar e café, e de “drogas do sertão”, como fumo, tabaco, couros). Isto significa que a organização social basicamente não foi alterada e a transformação política devia ser pautada na ordem pública, praticamente sem menores conturbações.

A inauguração da República trouxe entusiasmo para os diversos segmentos da população que viam na nova forma política a possibilidade de ampliação dos direitos políticos e civis. No entanto, Carvalho (1987, p. 83) faz a seguinte reflexão: “as razões ideológicas [liberalismo radical] e as próprias condições do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem”. Entre as frustrações destacadas por Carvalho (1997), estas sentidas principalmente no meio urbano mais populoso, com destaque para o Rio de Janeiro, onde observou-se a presença de inúmeros trabalhadores carentes de direitos políticos, graças ao alto índice de migrantes estrangeiros, trabalhadores de distintas atividades, como jornaleiros, estivadores, ambulantes e outros com profissões não definidas:

De um lado, grande parcela da população se colocava fora do mundo organizado do trabalho, numa situação em que era difícil a percepção dos mecanismos que regiam a sociedade e a política. De outro, a grande presença estrangeira, particularmente portuguesa, também reduzia o envolvimento organizado na vida política da cidade. A participação de portugueses em greves de carroceiros e cocheiros, ou nos distúrbios, tinha caráter esporádico e desestruturado, quando não causava divisões, como no caso de associações operárias do porto (CARVALHO, 1997, p. 83-84).

Nas primeiras décadas da República, portanto, havia nas grandes cidades um segmento significativo da população excluído de direitos políticos, despojados de modo direto ou indireto nas decisões do país ou participação na formação do governo ou de sua administração, como votar (direto) ou concorrer a cargos públicos, conforme frisou Silva (2009, p. 87-88) na seguinte passagem:

Se nas grandes cidades, os aspectos sociais e demográficos não favoreciam a cidadania política, no sertão brasileiro a situação era ainda mais caótica, sobretudo no que se refere à inserção da população

no mundo do trabalho, dada a complexidade da rede de vínculos socioculturais numa região recortada por rios, florestas e de proximidade com países como Bolívia e Paraguai. O grande fluxo de estrangeiros na região, o alto índice de analfabetos e de pessoas de baixa renda, excluía boa parcela da população mato-grossense do gozo dos direitos civis e políticos. Esses segmentos, mesmo diante dos valores urbanos, dos preceitos republicanos fundados na participação popular, foram engolidos pelo predomínio da ideologia liberal que passou a reforçar o poder oligárquico regional e, por extensão, o nacional.

O caráter excludente concernente à população menos favorecida perpassou nas letras das cartas constitucionais brasileiras, tanto no regime imperial como nas experiências republicanas, como a de 1891, que, segundo Carvalho (1987, p. 35) “excluiu os pobres (quer pela baixa renda, quer pela falta de instrução primária) e os mendigos, as mulheres, os menores de idade, os praças de pré, os membros de ordens religiosas”. As cartas constitucionais de 1937 (Estado Novo) e de 1946 não foram diferentes, pois foram mantidas as restrições políticas à participação popular, além de sérias dificuldades ao acesso à instrução pública.

### **1.1 No tempo dos Grupos Escolares.**

Antes de serem criados no Brasil os Grupos Escolares, já tinham se instalado antes em outros países, como Espanha, França, Inglaterra e Estados Unidos, obtendo resultados positivos. No Brasil, os Grupos Escolares surgiram em 1893, mais precisamente no estado de São Paulo, durante o período republicano, e, posteriormente, se propagaram para o restante do país, fazendo parte da política de diversos presidentes (ou governadores) de estados. O modelo escolar paulista foi implantado no Rio de Janeiro em 1897, no Pará em 1899, no Paraná em 1903, em Minas Gerais em 1906, no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo em 1908, em Santa Catarina e em Sergipe em 1911, na Paraíba em 1916, no Piauí em 1920. No caso do Mato Grosso, em 1910. A ideia inicial era reunir as escolas isoladas existentes na época conforme o despontar de uma nova modalidade de escola primária surgida de forma mais complexa e abrangente (SÁ, 2006).

Os Grupos Escolares empreenderam um novo modelo de escola primária, formulado e disseminado de modo que assumisse todo o caráter educacional brasileiro entre os anos de 1894 e 1971. Toda uma organização estrutural foi desenvolvida para

essa finalidade educativa: construções de prédios, organização administrativa, material didático e pedagógico. Era um ensino inovador na época. Assim, considerado como uma escola urbana e moderna, os grupos escolares foram emergindo em diferentes pontos do país.

[...] os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais). Assumiu, especialmente nas quatro primeiras décadas republicanas, a posição de uma *escola de verdade* (Tyack e Cuban, 1999) a uma parte da sociedade brasileira, para a qual funcionou como símbolo de coesão e *status* (VIDAL, 2006, p. 09-10).

A inovação representada pelos grupos escolares significou profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. O novo modelo de escola exigia altos investimentos:

[...], pois pressupunha a edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático. O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a turmas mediante classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades e dos saberes escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a adoção de uma estrutura burocrática hierarquizada, uma rede de poderes, de vigilância e de controle, envolvendo professores, diretores, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores do ensino. Perpassavam também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseios, ordem, obediência, prêmios e castigos (VIDAL, 2006, p. 28).

Vidal (2006) assinala que foi apresentado ao Brasil um novo modelo de formação de professores, novas formas de instituições educativas com certo padrão aos princípios da nova organização escolar que surgia. Souza (1998, p. 128-237) também ressaltou algumas características concernentes à espacialidade e temporalidade dessa modalidade de escola:

Em realidade, a escola graduada pressupunha não apenas edifício de grandes dimensões para abrigar várias salas de aula, mas também outros espaços diferenciados que atendessem às novas necessidades administrativo-pedagógicas: gabinete para diretoria, sala de arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos

manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio (SOUZA, 1998b, p. 127-128).

O Grupo Escolar era um projeto de ensino republicano, assim legitimava os interesses desse grupo, que visava: a superação do atraso econômico, a construção de uma nacionalidade moralizadora, a submissão da classe trabalhadora e o sentimento de civismo. O projeto de implantação dos Grupos Escolares exigia altos investimentos, sendo que somente os estados que detinham condições financeiras favoráveis puderam implantar esse novo projeto de ensino. Nos outros estados brasileiros, a difusão de projetos destinados à educação ocorreu paralela aos interesses econômicos e políticos de cada estado.

O analfabetismo era visto como um sério problema no Brasil republicano, visto como um inimigo a ser combatido, conforme destacou Schueler e Magaldi (2009). A educação era a solução proposta para que o Brasil alçasse “voos mais altos” rumo ao tão sonhado desenvolvimento. Cabe ressaltar que os grupos escolares emergentes estavam longe de alterar totalmente o quadro político e econômico da época, entretanto, contribuíram significativamente para mudanças na relação entre família e sociedade.

Os Grupos Escolares foram pensados como algo que pudesse superar os “pardieiros” escolares da época do Império, conforme observou Guimarães e Gatti Júnior (2008, p. 287) na seguinte passagem: “Esses, foram idealizados como lugares que se apresentassem diferentes, superiores aos ‘pardieiros’”. No livro “Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República”, Faria Filho (1996) analisa os Grupos Escolares em sua monumentalidade, identificadas pelas linhas neoclássicas de sua fachada, verdadeiros palácios da instrução. Esses edifícios deviam expressar a modernidade em contraponto com as precárias instalações das escolas isoladas - os pardieiros. No entanto, Guimaraes e Gatti Júnior (2008, p. 287) observaram os limites materiais com os quais se deparavam os governos estaduais em todo o Brasil em relação ao modelo de escola republicana, e afirmam que, marcando um clima de desapontamento com sua efetivação, “o desafio reside na tentativa de concretização de uma escola supostamente melhor, em um país que pouco havia mudado com a passagem do regime monárquico para o republicano”. Somado a esse contexto, registrava-se também no âmbito regional o problema da baixa demanda de alunos ingressantes no processo de escolarização.

As escolas isoladas eram constituídas como verdadeiras taperas (OLIVEIRA, 1988), comumente instaladas em lugares improvisados, construídas rusticamente como

ranchos ou galpões, ou assentadas em antigas casas, não raro, inadequados para o ensino-aprendizagem. Embora precárias em termos materiais, as escolas isoladas funcionaram até mesmo no período áureo dos Grupos Escolares.

Com a inauguração da República do Brasil (1889), vislumbrou-se a construção da identidade nacional brasileira assentado no projeto de desenvolvimento socioeconômico do país. A escola foi legitimada como principal requisito para garantir os objetivos em favor da modernização do país, cujo perfil envolvia transformações da paisagem urbana, industrialização e avanços científicos. Para tanto, a população precisava incorporar estes novos valores, assimilar comportamentos e mentalidades vistos como padrões de modernidade. Isto significava a institucionalização da educação, tendo a escola como principal veículo para concretizar esse ideal.

Destacavam-se, nesse período, três modalidades de ensino: escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares. Segundo Pinheiro (2002), as escolas isoladas caracterizavam-se como modelos de organização escolar predominante nos períodos colonial e imperial e alcançou as primeiras décadas da República Velha (1889-1930). Poubel e Silva (2006, p. 92) ressaltam que, apesar das críticas empreendidas pelos agentes públicos, a escola isolada abarcava um número expressivo de crianças em idade escolar graças ao caráter gratuito, flexibilidade concernente às matrículas e facilidade de comunicação dos pais com a escola.

Os estudos de Poubel e Silva (2006) revelam ainda que outra vantagem das escolas isoladas residia no critério para autorização de funcionamento, cuja permissão era conseguida a partir de 20 alunos matriculados, com alcance de até 60, e regência de apenas um professor. A forma de autorização permitia abrir instituições com a modalidade de escola isolada em várias cidades, povoados, vilas e freguesias mato-grossenses. Além disso, ainda viabilizava-se com maior facilidade o acesso à escolarização de crianças em idade escolar em qualquer momento do ano letivo. Faria Filho (2000) corrobora a informação de que a criação e instalação de uma escola isolada de instrução pública era algo simples do ponto de vista burocrático, mas extremamente árduo e oneroso.

O simples fato de existir numa dada localidade um professor (formado ou leigo) ou alguém do interesse de moradores ou, ainda, de algum agente político, já dava condições de organizar uma escola isolada. Para tanto, dependia apenas do arrolamento quantitativo de criança em idade escolar, moradora da região (meninos e meninas em números equitativos) e a solicitação da criação de uma cadeira de instrução primária no

local. As famílias se valiam de abaixo-assinados destinados aos agentes políticos, apontando a importância da instrução pública para a região. Não raro, o conteúdo desses documentos continha cobranças reiteradas da comunidade sobre os compromissos dos políticos envolvendo a causa da educação pública.

Para um “novo homem”, impunha-se uma nova ordenação do espaço físico da cidade e da escola. A esse respeito, Souza (1998, p. 124) observou que os prédios escolares deviam representar o lugar da formação do cidadão republicano, “a casa-escola deveria refletir o papel social da instrução primária e os valores atribuídos à educação”.

Em termos sociais, a escola primária republicana cumpria a função de imputar a formação do caráter, do desenvolvimento de virtudes morais, dos sentimentos cívico-patrióticos da disciplinarização da criança, expressos nos cultos aos livros, aos símbolos patrióticos, às atividades festivas e às cerimônias laudatórias aos vultos históricos brasileiros (SOUZA, 1998).

Agregado ao tempo escolar, estava o calendário cívico e a literatura cívico-pedagógica que, no projeto republicano, afigurava-se um tipo humano a ser moldado a partir de um caráter pensante, útil à nação e, portanto, destinado a dar bons exemplos.

A aplicação do princípio do racionalismo na organização escolar previa critérios da divisão do trabalho e da administração científica, conforme observou Souza (1998, p. 281):

Os controles do tempo e do espaço inscreveram-se na lógica institucional e pedagógica em função da distribuição dos saberes, da ordenação das atividades, na indicação dos exercícios, das lições, das tarefas, dos intervalos [...] a escola primária graduada tornou-se o espaço constricto da ordem, da moral, da formação do caráter e da transmissão de elementos básicos da cultura.

Os grupos escolares foram, portanto, algumas das representações do republicanismo dentro de um dos seus pilares - a modernização. À esteira do modelo educacional republicano de organização da escola primária, criado inicialmente no Estado de São Paulo, outras unidades federativas, como Mato Grosso, por exemplo, também procuraram erguer seus templos de civilização visando a universalização da educação, traduzido regionalmente na reforma Pedro Celestino de 1910 (SOUZA, 2006).

Com a expansão dos grupos escolares, as escolas isoladas passaram, de certa forma, a ser vistas como anacrônicas e em descompasso com o projeto moderno de escola. Se o projeto republicano tinha como bandeira o *slogan* “ordem e progresso”, pautado no positivismo, não tinha como defender modelos educacionais herdado do passado colonial e imperial, vistos com insígnia do atraso, da precariedade, do ambiente malsão ou insalubre, da carência e da escassez material.

No território brasileiro, os grupos escolares foram criados inicialmente no Estado de São Paulo em 1893, como já mencionado, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas agrupadas segundo a proximidade entre elas. Os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular.

## **1.2 O Cenário Educacional de Mato Grosso**

As análises de documentos oficiais - como Relatórios de Presidentes, Inspectores de Estado e Diretores da Instrução Pública; Mensagens de Presidente do Estado de Mato Grosso das primeiras quatro décadas do século XX - revelam que a escolarização pretendida pelo referencial republicano representava a necessidade de transpor os inúmeros desafios e as flagrantes contradições concernentes ao espaço escolar de distintas unidades institucionais. Paes (2011) tece considerações sobre o cenário educacional mato-grossense envolvendo a regulamentação do ensino primário em Mato Grosso nos primórdios da República:

Em Mato Grosso, o Regulamento do Ensino Primário (1889), primeiro da Era Republicana, revelava aspecto saneador como tentativa de conceder novo perfil à instrução. Não se pode desconsiderar que a primeira regulamentação da Instrução Pública, datada de 1889 em Mato Grosso, visava muito mais a marcar o antes e o depois no novo período político, do que reformar e modificar a situação drástica em que se encontrava o ensino, em estado de abandono e composto por número reduzidíssimo de alunos, de escolas e de professores, existente nas poucas cidades e lugarejos do estado naquela época (PAES, 2011, p. 57-59).

As análises de Paes (2011) dão conta de que o Governo Estadual estabeleceu nos centros urbanos a obrigatoriedade nas escolas elementares para crianças de sete a dez anos de idade, sob pena de multas para os pais e/ou responsáveis que infringissem a legislação estadual: “Ao final do século XIX, em pleno regime republicano, o quantitativo de alunos era reduzido nas escolas urbanas mato-grossenses, como revela a presença dessa regulamentação no corpo da lei” (SOUZA, 2009, p. 34). Se no meio urbano havia desinteresse da população pela escola, na zona rural e de vilarejos a situação era caótica, caracterizada frequentemente por salas vazias e exígua frequência. Somada a essa realidade, apesar da existência do Regulamento, havia o problema relacionados às finanças públicas destinadas à educação. A esse respeito, Souza (2009, p. 34) fez a seguinte observação:

A regulamentação e controle sobre a frequência de alunos e professores foram intensos na escola oitocentista. Desde o início do século, os professores foram obrigados a emitir mapas semestrais atestando a matrícula e comparecimento dos alunos, e cabia ao serviço de inspeção atestar mensalmente a frequência do professor, requisito para recebimento de salário. Nessa rede de vigilância, a frequência se tornou alvo de preocupação permanente de professores, dos responsáveis pela instrução pública e dos políticos que expressavam diferentes posições na forma de interpretar o problema: desleixo dos professores, falta de interesse da população pela escola, descaso dos poderes públicos pela educação do povo.

A despeito das punições e advertências previstas nos casos de crianças sem vínculo com a escola, era pouco provável que, na prática, essa imposição fosse rigidamente cobrada no âmbito dos poderes constituídos. A preocupação com assiduidade dos alunos e com os poucos recursos financeiros voltados para educação primária ensejou a reformulação da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso no ano de 1896, como reflexo da Reforma da Instrução Pública Paulista de 1892. Para acompanhar o debate nacional em torno da educação, o Presidente do estado de Mato Grosso, Antônio Corrêa da Costa, através do Decreto n. 68, anunciou o “Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso”, com base nos relatórios acerca da instrução pública primária e secundária, conformado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, José Estevão Corrêa. Conforme as análises de Jacomeli (1998). No referido relatório, consta a adequação do Regulamento para a instrução pública primária e

secundária mato-grossense de 1896, à Reforma Paulista, cujo teor baseou-se nos princípios educacionais defendidos por Pestalozzi, Fröebel, Spencer, entre outros.

Obedecendo aos princípios básicos da lei nº 152 de 16 de Abril do ano passado, V. Ex<sup>a</sup> reformou, pelo regulamento de 20 de Junho subsequente, a instrução pública primária e secundária do Estado, subordinando-a aos processos *intuitivos* de Pestalozzi, Froebel, Spencer e outros ( MATO GROSSO, 1896).

Ao cotejar a historiografia histórico-educacional da região, com destaque para Virgílio Correa Filho (1945) e Humberto Marcílio (1963), Jacomeli (1998) sugerem que o Regulamento de 1896 foi de fato efetivado com a Reforma da Instrução Pública Primária de Mato Grosso, realizada em 1910: “o Regulamento da Instrução Pública mato-grossense de 1910, na confrontação com o de 1896, demonstrou ser uma cópia quase integral deste último”. Apesar dos inovadores preceitos pedagógicos contidos no Regulamento da Instrução Pública de 1896, o campo da educação física não foi contemplado pelo Regulamento de 1910. Os princípios filosóficos de Spencer, vinculados ao Regulamento da Instrução Pública de 1896, os quais envolvem educação intelectual, moral e física, essenciais para o desenvolvimento integral da criança, foram suprimidos do corpo do regulamento. Uma evidência disso foi a fala do Diretor da Instrução Pública, José Estevão Corrêa, conforme ressaltou Jacomeli (1998, p. 568): “A fala do Diretor da Instrução Pública reclamava essa medida [educação física, intelectual e moral] ao ensino elementar”.

O Decreto n. 265, datado de 22 de outubro de 1910, composto por 215 artigos, é representa a terceira normatização da instrução pública no Estado de Mato Grosso, instituída com o objetivo de promover uma reforma do ensino público, adequando-o, de certa forma, ao projeto modernizador republicano.

### **1.3 Educação em meio a agitações políticas**

As quatro décadas posteriores à inauguração da República (1889) foram abalizadas pelo mando político das oligarquias mineiras paulistas e cariocas. Grande parte dos textos escritos para delinear o cenário econômico, político e sociocultural brasileiro imprimia a perspectiva das elites proprietárias, visivelmente influenciadas

pelas afirmações eurocêntricas. Em artigo publicado pela *Revista Hístebra*, sob o título “O projeto romanizador no final do século XIX, a expansão das instituições confessionais”, Oliveira (2010, p. 154) dá destaque aos desdobramentos das mudanças ocorridas no mundo ocidental, as quais alcançaram e influenciaram o cenário sociocultural brasileiro:

Com a Proclamação da República, consolidou-se a supremacia política dos senhores do café e, ao mesmo tempo, chegaram grandes levadas de imigrantes para substituir o trabalho escravo nas lavouras. [...] chegaram, também, as congregações religiosas, ... cujos objetivos e projetos eram disseminar a doutrina cristã e a cultura italiana por toda a América onde houvesse núcleos italianos [projeto romanizador].

A despeito do flagrante avanço das atividades urbanas industriais, o comando político-econômico do país centrava-se nas oligarquias agrárias. Como era de se esperar, os poderes constituídos por representantes das elites agrárias seguiam privilegiando atividades agrícolas em detrimento do vultoso crescimento industrial, observado entre os anos de 1912 e 1929.

No âmbito regional, Mato Grosso experimentava relativa estabilidade político-econômica graças ao poder hegemônico das elites políticas locais (coronéis), ao comércio exportador de produtos extrativistas (erva-mate, borracha e ipeca), pastoris (gado vacum e cavalariço), fabricação do açúcar e industrialização da carne (extratos e charques).

No entanto, assim como nas demais regiões brasileiras, em Mato Grosso também permaneciam resíduos do poder oligárquico herdado do passado monárquico, dominado por dois grupos agrário-pastoris distintos: os do norte, constituídos pelos senhores de engenho, depois usineiros de açúcar; e os do sul, representado pelos criadores de gado, pequenos comerciantes e negociantes platinos - estes últimos voltados para exportação de produtos extrativistas, com destaque para erva mate. Segundo Correa (2006, p. 61), essas oligarquias exerciam poder de mando no âmbito do governo e influenciavam os mais distintos setores da sociedade mato-grossense:

[...] exerciam o poder de decisão efetivamente a nível [sic] local ou estadual, mantendo o controle dos empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais, e dispunham também de uma grande capacidade de mobilização, sob seu comando direto.

As lutas armadas que ocorriam, tanto em Cuiabá como nas demais localidades do estado, abalavam sobremaneira o cenário econômico e educacional do Mato Grosso. No entanto, diante das mudanças ocorridas em nível nacional, o Estado de Mato Grosso, influenciado pelos ideais republicanos - propagados por estados como São Paulo, Minas Gerais Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro - também almejavam o “progresso” oriundo do crescimento industrial. As elites mato-grossenses, representadas pelas oligarquias do norte e do sul do estado, destacavam a educação como meio de alcançar o “progresso” e como caminho para a modernidade, por meio das conferências pedagógicas. O destaque, nesta direção, era dado para mostrar que os países mais desenvolvidos chegaram a tal patamar graças ao grande número de escolas em funcionamento.

#### **1.4 As escolas “de verdade” de Mato Grosso**

Ao assumir o Governo do Estado de Mato Grosso em 12 de outubro de 1908, Pedro Celestino Corrêa da Costa revelou intenção de modernizar o sistema escolar, no bojo de seu extenso programa de governo, que seria materializado com institucionalização dos Grupos Escolares.<sup>1</sup>

Nas primeiras décadas da República (1889-1920), portanto, na análise de Souza (1998), a escola brasileira ganhou novo referencial, baseado no florescimento dos grupos escolares, instalados nos mais distintos rincões do país. Quanto ao estado de Mato Grosso, havia a preocupação com seu progresso por parte, sobretudo, do ideário político, aspecto que incentivou o governo a reformular a instrução primária e investir na formação dos professores. Esse intuito veio ao encontro do propósito do projeto educacional republicano desde o final do século XIX, “[...] quando a elite republicana considerava a educação como instrumento de consolidação do novo regime, bem como de regeneração da nação” (SILVA, 2006, p. 215).

A criação desta modalidade de ensino foi autorizada em 1908, por meio da resolução N° 508 de 16 de outubro, porém, só foi concretizada em 1910, com a chegada de Mello e

---

<sup>1</sup> Uso o termo “Escolas de Verdade” com base em Tyack e Cuban (1999).

Kuhlmann.<sup>2</sup> A Lei nº 50, de 12 de outubro de 1908, representou o gérmen da Reforma da Instrução Pública Primária de 1910: “[...] nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primária sem a conveniente habilitação de pessoal para a regência das escolas dessa categoria...” (Mato Grosso, 1910, ).

Segundo Sá (2006), em 1910, após agitações políticas que se instauraram sobre seu governo e, dadas as melhoras das condições financeiras do estado, o governador Pedro Celestino pode cuidar do ensino, propondo-se a investir na reformulação da instrução pública primária e na formação docente. Insatisfeito com a realidade educacional mato-grossense, Pedro Celestino decidiu promover mudanças estruturais no sistema educacional, traduzidas na resolução N. 508, de outubro de 1908. Com essa iniciativa política, o governo estadual autorizou a criação de várias escolas isoladas e de três grupos escolares, dentre eles, dois foram construídos na Capital e um na cidade de Corumbá. Conforme Reis e Sá (2006):

O modelo de escola, representado pelo Grupo Escolar, simbolizava a materialização do ideal de renovação pedagógica, defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense e entendido como condição para a modernização da escola pública, responsável pela formação do cidadão republicano (p. 39).

A partir da referida Reforma, inaugurava-se um novo momento no sistema escolar do Estado, materializado nos Grupos Escolares (GEs). Estes Grupos foram erigidos nas principais cidades do Estado, entre o período de 1910 e 1924, pois os recursos eram insuficientes para atender as localidades de menor influência político-econômica.

A Reforma da Instrução Pública Primária de 1910 em Mato Grosso foi fomentada por intelectuais agentes políticos do estado, comerciantes, comerciários, profissionais liberais, trabalhadores em geral e demais interessados no desenvolvimento das atividades urbanas. No que se refere aos comerciantes, cabe ressaltar que à época era intensa a relação comercial entre Mato Grosso e países latinos. Ancorada nas informações contidas no livro “Navegação do Rio Paraguai e seus afluentes”, de Renato Baez (1965), e no Álbum Gráfico de Mato Grosso (1914), Brazil (1999) pontua a

---

<sup>2</sup> O Governo de Mato Grosso contratou dois normalistas paulistas recém-formados, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, para trabalhar na Escola Normal Caetano de Campos e, assim organizar o ensino primário na região. Sobre Mello e Kullman ler Silva (2012).

participação de inúmeras empresas de navegação que operavam no Médio e Alto Paraguai, com destaque para as firmas Navegação a Vapor Vierci Hermanos; Companhia Argentina de Navegação Nicolas Minhanovich; Empresa Corumbaense M. Cavassa Filho & Cia; a grande firma Comercial e Armadora Wanderley; Baís & Cia empresa Armadora Cacerense José Dulce & Cia Francisco Fanaya, de Cáceres entre outras. Estas fontes revelam a forte presença dos sócios Dulce & Cia, por exemplo, ligada às atividades econômicas, aglutinando Mato Grosso ao resto o conjunto de instituições comerciais, financeiras e de navegação existente na cidade. Adriane Cristine Silva (2011, p. 109) afirma que.

[...] ao raiar o ano de 1913, o Coronel José Dulce, rico morador local [Cáceres], vinculado ao comércio platino por meio da Empresa Dulce & Cia, doou ao Governo do Estado um terreno para a construção de um edifício próprio, onde mais tarde iria funcionar o Grupo Escolar [Esperidião Marques]. Estava explícita para a sociedade cacerense a valiosa contribuição do “ilustre cidadão” cacerense na conquista da propalada modernização.

O projeto político de Mato Grosso era entrar no rol dos estados mais desenvolvidos do país, anseio que só seria alcançado por meio de uma educação pública capaz de contemplar o problema do analfabetismo que, segundo os preceitos positivistas, atrasava o avanço do projeto moderno de estado.

Um novo sistema de escola se iniciava na década de 1910, materializada na estrutura física, nas relações entre os sujeitos escolares, no ensino baseado na racionalidade científica, na divisão do trabalho do professor, diretor, aluno, porteiro e outros. Configurou-se, assim, o ensino primário mato-grossense, “[...] no reforço à autoridade e na divisão de responsabilidades, esperou-se o esforço para instruir a população [...]” (REIS & SÁ, 2006, p. 39).

No entanto, conforme observou Poubel e Silva (2006, p. 78) a Reforma da Instrução Pública Primária de 1910, sob auspício do modelo paulista, manteve parte das diretrizes do regulamento de 1896, as quais refletiam os calorosos debates nacionais fundados em critérios específicos para que a criança fosse considerada aluno, como “a laicidade, obrigatoriedade, gratuidade do ensino e o uso do método intuitivo e prático”. Além disso, dois anseios de inovações norteavam a educação pública do estado e prometiam garantir a formação do cidadão: a) a criação dos grupos escolares; b) a criação de uma escola normal, segundo modelos diferenciados até então:

Apesar do intuito, o novo regulamento não teve eficácia para equacionar o problema da educação. Nem cabia somente à legislação sanar tais dificuldades. Outras causas, como de natureza geográfica, administrativa e política interferiam diretamente na educação (POUBLE & SILVA, 2006, p. 78).

Nesse cenário, em 1911, o Governador Pedro Celestino Corrêa da Costa, por meio do Decreto N. 297, criou os Grupos Escolares de São Luiz de Cáceres, Poconé, Vila do Rosário e Corumbá. Em seguida, a partir de 1912, com o objetivo de expandir o projeto educacional republicano para o sul do antigo Estado de Mato Grosso, o referido Governador fundou os grupos de Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã.

Esse princípio nascido na aurora republicana orientou por muitos anos o sistema educacional brasileiro. Muitos povoados, vilas, distritos e cidades surgiram no sul de Mato Grosso apenas depois do esgotamento do empreendimento privado da Empresa Mate Laranjeira na década de 1940, quando Vargas desenvolveu a política conhecida como Marcha para Oeste, a qual determinou, entre muitas ações, a criação de colônias agrícolas em Goiás e Mato Grosso.

Nesse movimento, o sul de Mato Grosso foi contemplado com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que determinou a constituição de núcleos populacionais capazes de ocupar áreas limítrofes entre Brasil e Paraguai, enfraquecendo, assim, as ações econômicas da Empresa Mate Laranjeira, instituição que atuava na atividade de extração da erva-mate desde as duas últimas décadas do século XIX. Na década de 1950, verificou-se na região a intensa migração de trabalhadores e colonos oriundos de São Paulo e do Paraná em busca, sobretudo, de terras.

Importa destacar que as reformas educacionais dos primeiros tempos da República incidiram não só na questão da organização do ensino, mas também na construção de instituições escolares. Os discursos a favor da modernização mato-grossense passavam pelos ideais de uma escola moderna em estrutura arquitetônica, métodos e quadro docente.

No entanto, a modalidade de Grupos Escolares, embora fosse a principal ambição das comunidades locais e regionais, teve lenta expansão. As escolas reunidas funcionavam como alternativa de escolas por serem pouco onerosas e por apresentarem

características intermediária entre as escolas isoladas e o grupo escolar (LOPES, 2006). Predominante na fase inicial de implantação dos Grupos Escolares (GEs) no Brasil, e em Mato Grosso, as escolas reunidas surgiam da junção de três ou mais escolas num mesmo espaço e sob direção de um mesmo agente administrativo, cuja organização pedagógica ficava por conta da casa-escola ou das escolas isoladas. Souza (2006, p. 35) traz as características lapidares desse novo modelo de organização escolar no início da República:

Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular.

Identificados como escolas graduadas, os GEs foram inspirados em modelo de ensino utilizado em inúmeros países europeus e norte-americanos com objetivo de viabilizar a educação popular. As análises de Souza (1992, p. 64-65) dão conta de que, na perspectiva liberal democrática, a escola primária devia ser destinada ao povo ao povo por excelência: “Mais do que um direito do cidadão, a educação passou a ser entendida e propagandeada como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo, pois ela significa o credenciamento para a participação no regime democrático”.

Este novo modo de organização escolar envolvendo ensino e cultura escolar primária fundava-se num sistema mais elaborado, visto como moderno e racional, conforme assinala de Souza (2004, p. 114) na seguinte passagem:

[...] fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor.

Pesquisas voltadas para a organização da escola primária no Brasil republicano, realizadas nos anos de 1990 e 2000, com destaque para aquelas realizadas por para

Souza (1998) e Vidal (2005), trouxeram preciosas informações sobre a florescência dos Grupos Escolares nos mais distintos recantos do país, durante as duas primeiras décadas do século 20. Segundo Vidal, os Grupos Escolares fundaram uma nova representação de ensino primário e, oficialmente, surgiram nas leis brasileiras, no ano de 1893, no Estado de São Paulo, e expandiram-se nas décadas posteriores:

[...] partindo das terras paulistas, em 1893 (criação) e 1894 (implantação), o modelo apareceu no Rio de Janeiro em 1897, no Paraná, em 1903, em Minas Gerais, em 1906; Rio Grande do Norte e Espírito Santo, em 1908, no Mato Grosso, em 1910; e em Santa Catarina, em 1903; em Minas e em Santa Catarina e na Paraíba, em 1911, para citar alguns exemplos. Sua influência foi particularmente marcante até os anos de 1920, quando o eixo da política educacional deslocou-se para a sede do governo republicano (VIDAL, 2005, p. 4).

Considerados como uma escola urbana e moderna, os grupos escolares foram emergindo em diferentes pontos do país. Representou uma modalidade de ensino primário que além de regular e reencenou cotidianamente “o comportamento de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais)”. (VIDAL, 2006, p. 09-10).

Este novo modelo, oriundo do projeto paulista de escola, criado em 1893, e implantado em 1894, erigiu no Rio de Janeiro em 1897, se expandiu no resto do país e alcançou Mato Grosso em 1910, através do Decreto n.º 258, de 20 de agosto de 1910, assinado pelo então Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa. Alguns analistas regionais viram a modalidade dos Grupos Escolares como verdadeira revolução para o Estado:

Verdadeira revolução se instala desde então na ensinância mato-grossense. Verifica-se, nessa oportunidade, um evidente salto na história do ensino, não só pela nova ordem administrativa que se inicia, como em virtude do moderno sistema que passaria a ser adotado em todo o Estado, em novos moldes pedagógicos (MARCÍLIO, 1963, p.133).

No entanto, ao analisar o processo de organização do trabalho didático no sul de Mato Grosso, as pesquisadoras Stein e Brito (2006, p. 3) destacaram o “[...] alto custo de sua instalação e manutenção”. Este aspecto ensejou que os Grupos Escolares “[...] fossem criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso” (STEIN & BRITO, 2006, p. 3). A pesquisadora Regina Tereza Cestari de Oliveira explicou a gestação dos grupos escolares a partir da “[...] da

reunião de escolas isoladas e agrupadas pela proximidade, sob única direção” (OLIVEIRA, 2009. p. 115).

Observe-se que na ambição de alcançar o progresso e assegurar a eficiência no âmbito educacional, o governo de Mato Grosso buscou a contratação de professores e preocupou-se em organizar a instrução primária urbana. Quase nenhuma atenção governamental era dada às escolas rurais isoladas sob a alegação de que estas eram distantes dos centros urbanos mais dinâmicos e que era difícil a realização de visitas e acompanhamento das Inspetorias Escolares nas localidades onde se assentavam essas escolas. Destinadas ao ensino das primeiras letras, as escolas isoladas, localizadas no meio rural ou em novos povoados, enfrentavam, entre outras coisas, o desafio de superar a falta de professores, conforme observou Souza (2010)<sup>3</sup> “[...] enfrentar as diferentes dificuldades de ensino e de sobrevivência nas zonas rurais e nas regiões de povoamento recente. Além das condições inóspitas do meio, eram precários os locais de funcionamento das escolas e não havia casa para residência dos professores”. Foi nessa circunstância que em 1927 foi criado um instrumento regulamentar para classificar as escolas primárias em categorias urbanas e rurais. O regulamento previa localização e mapeamento das principais características capazes de identificar uma escola isolada rural.

### **1.5 A reforma da Instrução Pública de 1927**

Não se pode deixar de mencionar que a escolarização rural foi mencionada em três momentos nos documentos oficiais do Mato Grosso durante a Primeira República (1889-1930). O primeiro foi o da Reforma da Instrução Pública Primária de 1910, sob auspício do modelo paulista, manteve parte das diretrizes do regulamento de 1896, as quais refletiam os calorosos debates nacionais fundados em critérios específicos para que a criança fosse considerada aluno, como “a laicidade, obrigatoriedade, gratuidade do ensino e o uso do método intuitivo e prático” (MATO GROSSO, 1910, s/p).

O segundo foi o relatório do professor da Escola Mista de Lagunita (MATO GROSSO, 1916), de Ponta Porã, enviado ao inspetor daquele período. O terceiro momento foi a reforma da Instrução Pública, em 1927, quando, oficialmente, deixaram

---

<sup>3</sup> O texto de Souza (2010) ao qual me refiro é um manuscrito e, portanto, sem número de páginas.

de ter o nome de escolas isoladas para serem denominadas escolas rurais, de forma mais precisa e pontual, nos relatórios e mensagens a partir de 1930. (PAES, 2011).

No ano de 1927, o Estado de Mato Grosso contava com 11 Grupos Escolares instalados em todo o seu território, sendo dois na capital e um em cada uma das seguintes cidades do interior e Sul do Estado: Poconé, Cáceres, Rosário-Oeste, Corumbá, Miranda, Aquidauana, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã.

A despeito dos propósitos modernizadores do ideal republicano centrados nos interesses das elites urbanas, Souza (2010, p. 155) salienta a permanência das escolas isoladas no cenário educacional brasileiro “[as escolas isoladas] sobreviveram à sombra dos grupos escolares, nas cidades, nos bairros e no campo... nelas continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para professores”.

Entre os anos de 1920 e 1927, as escolas isoladas aparecem com mais frequência na documentação regional, antes, portanto, da Reforma da Instrução Pública de 1927, conforme observou Silva (2012, p. 45):

Em Mato Grosso, a situação das escolas isoladas se assemelha aos demais estados brasileiros, soberana em quantidade numérica, apresentando diversas dificuldades de provimento por parte do estado, só aparecendo com essa denominação (escola isolada), a partir do Regulamento de 1927.

Silva (2012) dá relata que o Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927 acabou instituindo a escola isolada rural como modalidade que se manteve até a consolidação dos ideais escolanovistas, em 1945. O referido Regulamento alterou o cenário educacional da zona rural, envolvendo a organização curricular das escolas isoladas rurais. Nesse Regulamento, a escola isolada rural foi desmembrada em “escolas isoladas urbanas, escolas isoladas distritais e escolas isoladas rurais” (SILVA, 2012, p. 48). Cada modalidade era definida com características peculiares, tinham por “objetivo [...] ministrar a instrução primária para crianças de 7 a 12 anos de idade” (SILVA & SÁ, 2014, p. 1). Com a nova composição, o Presidente de Estado, Mário Corrêa da Costa, visava tornar as unidades escolares eficientes, redesenhando assim os péssimos resultados educacionais registrados até então.

De acordo com Silva e Sá (2014, p. 3), o Regulamento da Instrução Pública de 1927 classifica as escolas isoladas rurais, urbanas, reunidas e noturnas a partir dos seguintes critérios:

- a) Por Escolas Isoladas Rurais se entendia aquelas unidades educacionais que oferecessem o curso primário para crianças de 7 a 12 anos, com duração de dois anos, e localizadas a mais de três quilômetros da sede do município.
- b) As Escolas Isoladas Urbanas eram aquelas que ofereciam o curso primário para crianças de 7 a 12 anos, com duração de três anos, e localizadas a até três quilômetros da sede do Município.
- c) As Escolas Reunidas se compunham da reunião três ou mais escolas isoladas, com a frequência máxima de 80 alunos, sendo dividida no mínimo em três e no máximo sete classes. Tais escolas ofereciam o ensino primário com uma duração de três anos e eram localizadas num raio de até dois quilômetros da sede do município.
- d) As Escolas isoladas noturnas eram aquelas que funcionavam no período noturno, ofereciam o curso primário com duração de três anos aqueles meninos maiores de 12 anos, que não tinham condições de frequentar o ensino durante o dia. Tais escolas se situavam a até três quilômetros da sede do município.

Nos 1º e 2º Distritos da cidade de Cuiabá, funcionavam as chamadas Escolas Isoladas Distritais. Tais unidades educacionais seguiam a mesma classificação das Escolas Isoladas e, ao que parece, no Estado de Mato Grosso, recebiam o adjetivo ‘distrital’ apenas pelo fato de estarem localizadas nos distritos. Referindo-se às escolas Isoladas de Bairro e de Distrito, Souza e Ávila (2013, p. 5) acreditam que se referiam “a localização da escola em povoados localizados nos arrabaldes da cidade ou aquelas situadas em zonas consideradas propriamente agrárias ou rurais”.

Além da organização das escolas isoladas, o Regulamento da Instrução Pública de 1927 previa critérios quanto à localização e classificação (disponibilidade de prédios), conforme demandas escolares. Os professores tinham de ser residentes na localidade de trabalho. No que se refere às áreas rurais, o Estado devia conceder “a título de auxílio, contribuições pecuniárias às populações rurais [...] que se propuserem a construir prédios escolares”. (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1927, p. 177).

Ainda que os discursos oficiais apresentassem preocupações sobre a escola primária rural, era bem visível, no final da Primeira República, o estado de decadência dessa escola. Em 1930, o governador do Estado, Dr. Anníbal Toledo, fez duras críticas à escola rural:

Estou finalmente convencido de que o que se aproveita de fato no nosso ensino primário é a parte ministrada pelos Grupos Escolares e

pelas escolas isoladas situadas nos centros urbanos das cidades e vilas principais. O das escolas rurais e ambulantes é quase todo ineficiente, e a despesa respectiva inútil. [...] Por isso, estou deliberado a não prover as escolas rurais e ambulantes que forem se vagando e a tratar de criar imediatamente grupos e escolas reunidas onde quer que se tornem necessários (MATO GROSSO, 1930, p. 42).

Ao mesmo tempo em que o discurso oficial apontava a precariedade da escola primária rural, no ano de 1930, o governador de Mato Grosso registrava que não havia problemas nas escolas reunidas, isoladas e ou rurais. É importante esclarecer que, embora essas escolas isoladas rurais funcionassem com inúmeras dificuldades, na maioria das vezes, em condições precárias, elas, de fato, trouxeram contribuições para o processo de escolarização das crianças das áreas rurais que moravam distantes das áreas urbanas e tinham apenas essas instituições como forma de acesso ao ensino primário.

Mesmo que a Reforma de Instrução Pública de 1927 tenha demonstrado certa preocupação com a criação das escolas rurais, conforme mencionado anteriormente em um trecho de discurso oficial, essas instituições continuavam funcionando, no estado do Mato Grosso, em condições precárias. Nesse contexto, as análises das fontes documentais registram que a escola rural primária no Sul do Mato Grosso - instituição designada como escola isolada rural - sofria com a escassez de estabelecimentos, com estruturas físicas precárias nas instituições, com a falta de condições de atender à demanda de crianças em idade escolar, com carência de materiais pedagógicos e com a falta de professores habilitados. Na realidade, na região Sul do estado, não somente o ensino primário rural não rendia como deveria, mas as escolas primárias urbanas também passavam por problemas similares. Discursivamente, as Mensagens de Presidente de Estado relatavam que havia desproporção entre as classes do 1º ano e as dos outros anos do curso, sendo de mais de 60%. Nas escolas com mais de 4 classes de 1º ano não havia número de aluno suficiente para o funcionamento das classes seguintes. De acordo com as Mensagens, essa desproporção era atribuída à falta de um método de ensino que fosse eficaz por parte dos professores, conforme se pode ver no excerto abaixo:

O emprego do methodo analytic synthetico no ensino de linguagem produz grande resultado quando o professor conhece o processo e o emprego com entusiasmo, mas é de effeito nulo quando empregado por um professor que não o conheça perfeitamente. Dai a razão por que se escolhe para os 1º anos os professores mais dedicados, mais

aptos, mais entusiasmados pela profissão. No Sul do Estado fazem justamente o contrário. Aos professores leigos e menos habilitados se entregam as classes dos 1º anos! Urge uma reforma geral nos processos de ensino empregados pelos novos professores (MATO GROSSO, Mensagem, 1936, p. 18).

Essa modalidade de escola manteve-se presente em inúmeros povoados, vilas e cidades de pequeno porte, ou mais distantes dos eixos urbanos mais populosos do país. (SCHUELER, 2010). Embora Poubel e Silva (2007) tenham apresentado dados sobre oscilações no crescimento dessa modalidade escolar em Mato Grosso nas três primeiras décadas do século XX, os altos custos demandados para se erguer e organizar grupos escolares determinou a expansão das escolas isoladas,.

Apesar dos esforços realizados pelo Presidente de Estado de Mato Grosso, mediante as modificações introduzidas no Regulamento de 1927, a nova divisão escolar não obteve o sucesso esperado, embora suas características tenham se mantido mesmo depois de 1945, como procurarei demonstrar ao longo desta discussão. Isto se evidencia na Mensagem do Presidente do Estado, de 1930, o Presidente Dr. Aníbal Toledo, no qual ele menciona que as Escolas isoladas Rurais não funcionavam de forma satisfatória. Apenas as isoladas situadas nos centros urbanos, nas cidades e nas vilas principais funcionavam no nível esperado conforme o Regulamento (TREVIZAN, 2010).

### **1.6 Mato Grosso e as Zonas Escolares.**

O *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública*, do professor Franklin Cassiano da Silva, redigido e apresentado ao Secretário Geral do Estado, no ano de 1931, Leônidas Antero de Mattos, atesta que o então Estado de Mato Grosso tinha sido dividido em duas zonas escolares, por meio do Decreto nº 750 de 22 de Abril de 1927, com o fito de melhor fiscalizar os estabelecimentos escolares.

A região localizada ao sul do Estado ficou a cargo do professor José Rodrigues Barbosa, e a outra, ao norte, sob responsabilidade do inspetor Alexandre Magno Addor. Contudo, no mesmo Relatório, ficaram evidenciadas dificuldades diversas no que tangia à fiscalização das escolas, tais como distâncias a serem percorridas pelos inspetores e a falta de professores qualificados para o magistério. A divisão do Estado de Mato Grosso

em zonas escolares significou um avanço do ponto de vista administrativo, contudo, esbarrou em entraves políticos regionais e na impossibilidade de fiscalizar o Estado, dado as distâncias.

Na mensagem de Presidente de Estado do ano de 1937, há registro sobre a escolha dos Inspectores Escolares durante os anos após o surgimento das zonas. Consta no documento que as zonas foram feitas por conveniência dos partidos situacionistas no interior do Estado. Daí deduz-se que os cargos de inspetores escolares recaíam na pessoa dos chefes políticos locais, muitos dos quais não possuíam nenhuma competência e, às vezes, nem eram sequer analfabetos.

No que se refere aos inspetores regionais, o documento registra que salvo exceções, eram escolhidos entre aqueles de baixa cultura e capacidade técnica. A mesma circunstância foi observada por Cestari e Gonçalves (2007) no artigo *A Educação Primária no Sul do Estado de Mato Grosso: organização e expansão dos grupos escolares em Campo Grande - 1910-1950*.

No ano de 1930, o Presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Aníbal Toledo, na *Mensagem de Presidente de Estado*, mencionou que o Grupo Escolar de Ponta Porã funcionava em “[...] prédio construído especialmente para fins educacionais” (MENSAGEM, 1930, p. 41). Na verdade, consta na referida *Mensagem* que apenas Ponta Porã, Corumbá e Cuiabá possuíam prédios construídos especificamente para funcionar como Grupos Escolares, posto que nas demais localidades as instituições funcionavam em prédios alugados pelo estado. Na mesma *Mensagem*, o Dr. Aníbal Toledo afirmou que apenas os Grupos Escolares e Escolas isoladas, situados nos centros urbanos e nas vilas principais, ofereciam um ensino que se podia aproveitar.

Estou finalmente convencido de que o que se aproveita de facto no nosso ensino primário é a parte ministrada pelos grupos escolares e pelas escolas isoladas situadas nos centros urbanos das cidades e villas principaes. Os das escolas ruraes e ambulantes é quase todo inefficiente, e a despesa respectiva inútil. Por isso, estou deliberado a não prover as escolas ruraes e ambulantes que fôrem se vagando e a tratar de crear immediatamente grupos e escolas reunidas onde quer que se tornem necessários (MATO GROSSO, 1930, p. 42).

Ao acusar a ineficiência das escolas rurais, o referido presidente apontava a necessidade de se aumentar o número de Grupos Escolares e Escolas Isoladas de qualidade nas regiões que necessitassem. Entre os anos de 1912 e 1956 foram criados

aproximadamente 25 Grupos Escolares, sendo 16 localizados no atual Estado do Mato Grosso do Sul, dos quais destaquei apenas 11 no quadro a seguir:

Quadro 1 - Grupos Escolares no sul de Mato Grosso 1939-1955.

<b>Nome</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano ou Década</b>
Grupo Escolar de Amambaí General Mallan	Campo Grande	1939
Grupo Escolar de Herculânea	Herculânea (Coxim)	1940
Grupo Escolar João Fernandes	Maracajú	1940
Grupo Escolar José Garcia Leal	Paranaíba	1945-1947
Grupo Escolar Felipe de Brum	Amambai	1950
Grupo Escolar Joaquim Murtinho	Dourados	1950
Grupo Escolar do Vale Sidrolândia	Sidrolândia	1950
Grupo Escolar Antônio João Ribeiro	Itaporã	1953
Escolar Tenente Aviador Antônio João	Caarapó	1954
Grupo Escolar Vespasiano Martins	Campo Grande	1955
Grupo Escolar Nicolau Fragelli	Campo Grande	1955

Fonte: Mensagem de Presidente de Estado dos anos de 1939-1945; 1950-1956.

A análise criteriosa da escola republicana à luz das cartas constitucionais, desde a Constituição de 1891, denota os limites da participação democrática, conforme também observou Carvalho (1999, p. 35) na seguinte passagem “excluiu os pobres (quer pela baixa renda, quer pela falta de instrução primária) e os mendigos, as mulheres, os menores de idade, os praças de pré, os membros de ordens religiosas”.

As normas máximas organizacionais e mantenedoras do Estado brasileiro, tanto no período imperial (1822-1889) quanto no período republicano da primeira metade do século XX - Constituição de 1891, Constituição de 1934, Constituição de 1937 e Constituição de 1946 - caracterizaram-se por seu caráter excludente no que se referiu à participação popular, sobretudo no que diz respeito à educação. Mas não se pode negar que a inauguração da República trouxe a crença de que a educação pública poderia ser o caminho para a construção da identidade nacional e, nesse sentido, trouxe também a convicção no poder redentor da educação, conforme observou Rosa Fátima de Souza (1998).

Todos estes problemas não esmoreceu a sociedade brasileira que via na República através da educação pública o caminho para se construir a identidade nacional, promover a modernização da sociedade e alcançar o “progresso” da nação, ou seja, manteve-se a crença inabalável no poder redentor da educação, conforme observou Souza (1998, p. 27).

Potência criadora da moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira. Um amplo projeto civilizador<sup>4</sup> foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como necessidade política e social. A exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto prometeico de civilização da nação brasileira.

As bases desse pensamento acompanharam boa parte da história republicana, desde a Reforma da instrução pública, implantada entre 1890 e 1896, e da organização do ensino primário na modalidade de grupos escolares na cidade de São Paulo (1893), cujo projeto educacional preconizava a reunião das escolas isoladas até a década de 1970, quando foi definitivamente extinta essa modalidade de ensino.

Entre os anos de 1910 e 1956 foram criados, portanto, aproximadamente 26 Grupos Escolares, sendo 16 localizados no sul do estado.

Quadro 2 - Distribuição dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1953).

<b>Grupos Escolares</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>
Escola Modelo Barão de Melgaço	Cuiabá	1910
GE Senador Azeredo	Cuiabá	1910
GE Joaquim Murtinho	Campo Grande	1912
GE Caetano de Albuquerque	Poconé	1912
GE Presidente Marquez	Rosário do Oeste	1912
GE Esperidião Marques	Cáceres	1921
GE Affonso Penna	Três Lagoas	1922
GE Luiz de Albuquerque	Corumbá	1924
GE Antônio Correa	Aquidauana	1924
GE Caetano Pinto	Miranda	1924
GE Mendes Gonçalves	Ponta Porã	1927
GE Isaac Póvoas	Cuiabá	1930
GE Américo Brasil	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
GE Alzira de Lacerda Magalhães	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
GE Leônidas de Matos	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
GE de Amambaí General Mallan	Campo Grande	1939
GE de Herculânea	Herculânea (Coxim)	1940
GE João Fernandes	Maracajú	1940
GE José Garcia Leal	Paranaíba (1945-1947)	1940
GE Felipe de Brum	Amambaí	1950

<sup>4</sup> O texto civilização é usado no texto da forma como empregou Norbert Elias (1990).

GE Joaquim Murtinho	Dourados	1950
GE do Vale Sidrolândia	Sidrolândia	1950
GE Antonio João Ribeiro	Itaporã	1953
GE Tenente Aviador Antônio João	Caarapó	1954
GE Vespasiano Martins	Campo Grande	1955
GE Nicolau Fragelli	Campo Grande	1955

Fonte: Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso, dos anos de 1912, 1924, 1927.  
Mensagem de Presidente de Estado dos anos de 1924, 1945, 1950, 1955. Organizado por  
Claudiani Rodelini.

Como procurei demonstrar através da organização do quadro com os Grupos Escolares construídos a partir de 1893, na cidade de São Paulo, como expansão desta para outras unidades da federação resultaram de um projeto educacional que devia reunir as escolas isoladas. A experiência pautada nos Grupos Escolares e nas Escolas Isoladas instaladas nos perímetros urbanos das cidades e vilas revelou-se mais eficiente que as das escolas rurais, consideradas por muitos agentes políticos como ineficiente e de investimento oneroso. Em virtude da ineficiência das Escolas Isoladas Rurais, os presidentes do estado de Mato Grosso tinham muita resistência em prover de novos professores aquelas escolas que ficassem sem docente. (MATO GROSSO, 1930). Apesar dessas restrições às escolas isoladas rurais, grande parte das pequenas cidades, vilas e povoados mantiveram vivas essa modalidade escolar.

Esse princípio nascido na aurora republicana orientou por muitos anos o sistema educacional brasileiro. Muitos povoados, vilas, distritos e cidades surgiram no sul de Mato Grosso apenas depois do esgotamento do empreendimento privado da Empresa Mate Laranjeira na década de 1940, quando Vargas desenvolveu a política conhecida como Marcha para Oeste, a qual determinou, entre muitas ações, a criação de colônias agrícolas em Goiás e Mato Grosso.

Como o objetivo de explicar parte do processo de implantação do ensino primário no sul Mato Grosso, buscamos discutir a gênese e o perfil delineado nos anos de funcionamento do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, fundado em 1953, e localizado à Rua Marcelino Lopes de Oliveira, Nº 609, no município de Itaporã. O arco temporal envolve os anos de 1953 e 1974, período em que se insere a base do referido objeto de pesquisa.

## CAPITULO II

### O FUTURO ESTAVA LÁ: O ESTADO DE MATO GROSSO, REGIÃO DE DOURADOS/ITAPORÃ.

Figura 2 - Joaquim Domingos, um dos primeiros moradores de Itaporã, e sua casa construída na década de 1950.



Fonte: Cordeiro, 2010.

#### 2.1 A Grande Dourados

Na perspectiva de situar o leitor sobre os aspectos geográficos, é importante informar que Itaporã, pertence à microrregião conhecida como Território da Grande Dourados<sup>5</sup>. Assim, esse território abrange uma área de 21.329,50 Km<sup>2</sup> e é composto por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Vicentina e Juti. A

---

<sup>5</sup> Cf. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Rural da Grande Dourados – MS. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundação Cândido Rondon, 2006. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio047.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio047.pdf)>.. Acesso em: 21 fev 2015.

população total do território (Grande Dourados) é de 352.056 habitantes, dos quais 54.532 vivem na área rural, o que corresponde a 15,49% do total.

Quadro 3 - Municípios formadores da Grande Dourados.

Município	Ano de criação	Distância aproximada em relação a Campo Grande (Km)
Dourados	20/12/1925	235
Rio Brilhante	26/9/1929	150
Itaporã	10/12/1953	231
Caarapó	20/12/1958	264
Glória de Dourados	11/11/1963	263
Jateí	11/12/1963	248
Fátima do Sul	11/12/1963	232
Deodápolis	13/5/1976	245
Douradina	12/5/1980	185
Vicentina	20/6/1987	241
Juti	14/12/1987	302
Nova Alvorada do Sul	18/12/1991	107

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (Seplanct, MS), 2005.

O trecho que separa Dourados de Campo Grande é de 235 quilômetros aproximadamente. O município situa-se numa área total de 4.086.387 Km<sup>2</sup>, na qual assenta-se uma população aproximada de 198.421 habitantes. Possui uma área urbana de 40,68 Km<sup>2</sup>, além dos seis distritos situados em seu entorno: Guaçu, Indápolis, Formosa, Itaum, Macaúba, Panambi, Picadinha, Vila de São Pedro e Vila Vargas.

Os escritos mais antigos sobre essa região revelam a imagem de uma sociedade multicultural, caracterizada por uma identidade homogênea, de sentimento comum de amor à terra. Forjou-se através desse discurso uma visão de que a região, embora constituída por diferentes culturas (povos originários, migrantes sulinos, paulistas entre outros), da convivência harmônica e de que não há problemas identitários e sociais.

Seu território data do final do século XIX, revela um município localizado na parte interna do país, cuja extensa faixa fronteiriça com o Paraguai abrigou e abriga múltiplos indivíduos e instituições. Quanto ao aspecto econômico, em relevante estudo dedicado à erva-mate, Daniel (2009), ressaltou que, na década de 1920, o Brasil, graças aos ervais nativos do sul de Mato Grosso, já era considerado o maior exportador do referido produto para a Argentina. À época, havia se consolidado a expansão e o fortalecimento da Companhia Mate Laranjeira a ponto de tornar-se a maior detentora de extração na região sulina de Mato Grosso, “responsável pela fundação de cidades, vilas e até escolas” ( Daniel 2009 p. 84.). No entanto, conforme o referido pesquisador, esta atividade, se fez às custas da superexploração da mão de obra disponível na região, envolvendo homens, mulheres e crianças.

A partir daí, a Empresa estabeleceu acirrada luta contra os agentes políticos locais com objetivo de assegurar seus monopólios em espaço nacional brasileiro, impondo sobre ela sua plena jurisdição. Entre suas práticas, estava o uso da força policial com o objetivo manter distantes “intrusos” ou “usurpadores”, como eram chamados, que insistiam em se manter na área dos ervais sem “permissão” da Empresa. Tomazinho (1981) caracterizou os ditos “intrusos” como pequenos proprietários já instalados na região, os quais exploravam a erva mate em pequena escala; Trevizan e Brazil (2013) sustentam que estes extrativistas eram migrantes de distintas regiões do Brasil que alcançavam a região de domínio da Empresa na esperança de fazer fortuna com a erva-mate.

Queiroz (2009) ressalta que, somado ao monopólio comercial, a Empresa Laranjeira Mendes & Cia demandava esforços no sentido de garantir também o domínio produtivo, inadmitindo concorrência. Isto significa que a Laranjeira Mendes & Cia não aceitava sequer a presença de pequenos colonos ervateiros no interior das terras que reputava como suas. Daí surgem as práticas de setores ligados ao Governo do Estado de Mato Grosso a restringir petições de arrendamentos propostas pela companhia. Alguns agentes políticos viam desvantagens nas pretensões da empresa em relação aos interesses do Estado. A comissão de Indústria da Assembleia de Mato Grosso avaliavam que as taxas de arrendamento propostas pela Empresa eram muito pequenas e que o valor oferecido pela Laranjeira Mendes & Cia na compra de terras ervateiras, no sul do Estado, era abaixo do preço legal ou de mercado.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), o projeto político de Vargas estimulou a diversificação da agricultura, embora tivesse mantido a grande propriedade. O signo “trabalho e colonização” orientou o projeto “Marcha para o Oeste”, cuja essência distribuía terras para trabalhadores nacionais e estrangeiros que tivesse alguma experiência agrária. Sob o discurso de ocupar os “espaços vazios”, o Estado buscava a ocupação de espaços já ocupados por povos originários ou populações sertanejas tradicionais (ribeirinhos, e outros tipos humanos do interior brasileiro). Com este projeto político-ideológico, objetivava-se colonizar e nacionalizar as fronteiras pela ação de colonos sob a tutela do Estado enquanto coordenador da legislação norteadora da vida socioeconômica do país. Nessa direção, a marcha pode ser interpretada como “fator de unidade nacional, defesa, exploração e povoamento das fronteiras”, com destaque para o centro oeste do país, conforme observou Saboya (1999, p. 51).

A rigor, no plano regional, o quadro de referência histórica ligou-se ao lento processo de ocupação do centro-oeste e norte brasileiro, aspecto gerador da política de construção da “integração nacional”, idealizado por Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940.

As ações políticas de Vargas ligadas às questões territoriais, implementos estratégicos de ocupação e concretização dos antigos sonhos da *Marcha para Oeste* encontram-se reunidos no material do Instituto de Ciência Política, órgão destinado a dar suporte ideológico ao governo. A obra *A Nova Política do Brasil*, de autoria de Getúlio Vargas (1938-1945), pontuando as linhas políticas expressas na *Constituição do Estado Novo* e as conferências e discursos pronunciados pelo próprio presidente e por políticos envolvidos com a construção da “*integração nacional*”, revelam a essência do pensamento geopolítico que conduziu o programa de povoamento para o oeste nas décadas de 30 e 40.

No caso de Dourados, esse contexto possibilitou que diminuísse significativamente a área de influência Companhia Privada Mate Laranjeira<sup>6</sup>, o que ocasionou o fim dos contratos de arrendamento de terras.

No sul de Mato Grosso, ao criar o Território de Ponta Porã (1943), o governo varguista diminuiu a influência da empresa privada, Companhia Mate Laranjeira, que arrendava cerca de um milhão de hectares de terra e que, por mais de cinquenta anos, detinha o poder econômico na região. Segundo Medeiros (2001), no ano de 1943 ficou proibida a concessão de terras devolutas, e pelo Decreto-lei nº. 5.941 foi criada a Colônia Agrícola de Dourados (CAND). No entanto, o Relatório do Departamento de Terras e Colonização da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul revela que o surgimento legal da CAND se deu em 20 de julho de 1948, quando houve a efetivação de sua demarcação pelo Governo Federal, por meio do Decreto-lei nº. 87. Medeiros ressalta que a área inicial da Colônia era de 300 mil hectares.

Durante os anos de 1950 a concentração de terra era considerada por determinados agentes políticos como obstáculo para o desenvolvimento industrial brasileiro. No entanto, outros ramos de produção, assentados em incentivos fiscais e

---

<sup>6</sup> Com o término da Guerra da Tríplice Aliança, ocorreu a necessidade de delimitação das terras e das novas fronteiras do Brasil e de Mato Grosso. Para tal empreendimento, chegou ao sul do Estado o comerciante gaúcho Thomáz Laranjeira, o qual atuou como responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios da Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai. Esse trabalho permitiu-lhe conhecer detalhadamente a região, onde havia extensa área de ervais nativos. Thomáz Laranjeira percebeu rapidamente a possibilidade de exploração do potencial econômico da erva-mate, que ficou conhecida como o “ouro verde” do sertão.

reformas de base, mantiveram o controle das antigas estruturas agrárias mediante a apropriação de grandes porções de terras do norte, nordeste e centro oeste. Verificava-se aí a concentração fundiária como viés político e econômico, nunca como algo ligado ao atraso.

No entanto, conforme as análises de Zorzato (2000), a elite proprietária recorreu a inúmeras estratégias ideológicas com o objetivo de promover a construção identitária para a sociedade mato-grossense. Essa ideia rendeu à região a denominação de “Dourados-terra-de-todos-os-povos”, considerando que os agentes políticos focavam num projeto de composição social e étnica baseada numa matriz eurocêntrica, predominando o perfil das origens europeias (VALENTIM, 2012). Evidencia-se aí o efeito da obra “civilizadora” ou de um passado “civilizador” no qual os fastos militares travados em território mato-grossense, sobretudo por ocasião da Guerra do Paraguai ou em defesa das antigas fronteiras geográficas brasileiras, assumem contornos heroicos a despeito da contribuição cultural dos povos nativos - com destaque para os guaranis e suas ascendências (VALENTIM, 2012).

Ancorado nas reflexões de Queiroz (2005), Ernandes (2009) afirma que havia uma tendência nacional em dividir o espaço mato-grossense em três porções: i) a parte considerada amazônica, hoje o Estado de Rondônia; ii) uma porção setentrional do atual Mato Grosso formava o norte; e iii) o centro era a região localizada pela antiga capital, Cuiabá. Nesse aspecto, valorizava-se sobremaneira a parte sul que consistia nos municípios de Corumbá e Campo Grande, estes considerados os principais centros urbanos do Estado (ERNANDES, 2009).

Predominava como características do sul do Mato Grosso expressa nos seguintes fatores: na vastidão territorial; na complexa situação fronteiriça entre os países do Brasil e da República do Paraguai; nas grandes distâncias existentes entre a região e os principais centros brasileiros; na precariedade das vias de comunicação; no pequeno segmento migrante “não indígena” em meio à extensa população indígena; na dispersa e crescente estrutura fundiária marcada pela grande propriedade (QUEIROZ, 2003). No que concerne à identidade cultural, a Grande Dourados repartiu sua identidade de fronteira com o Paraguai tanto com culturas oriundas dos mais distintos estados brasileiros, como com a cultura herdada do norte mato-grossense, ou com aquelas de costumes adquiridos das populações de outros países vizinhos.

Na esteira dessas circunstâncias, conforme já referido, atribuiu-se à região de Dourados as características negativas ou depreciativas atribuídas ao Mato Grosso,

redundando no “mito da barbárie”. Este mito reproduziu-se amplamente no imaginário regional através dos relatos e memórias que traduziam representações de uma população armada e conflituosa, marcada por conflitos políticos e familiares. Estas representações procuravam explicar o elevado índice de criminalidade; de contrabando; das ações voltadas à corrupção e aos famosos currais eleitorais presentes nos primeiros anos da República. Havia ainda a complexa relação dos “não índios” com povos originários, cuja cultura e cosmovisão destes últimos eram consideradas como referencial de “atraso” ao projeto de progresso e desenvolvimentista.

O espírito de unidade nacional manifestava-se de forma latente nas propostas de Vargas, conforme se observa num dos trechos de seu discurso (1938[1944]): “O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país”. Este projeto político foi acentuado durante o Estado Novo (1937-1945), quando Vargas programou política de interiorização do país, traduzido no plano “Marcha para Oeste” o qual envolvia incentivo à agricultura como forma de retomada do controle das terras devolutas, até então concedido aos Estados.

Além disso, o projeto previa a colonização subordinada ao plano econômico do Estado Novo, o qual se pautava no processo de industrialização do tipo substituição de importação, cujo objetivo era transformar o país numa potência econômico-industrial.

O quadro favorável de terras disponíveis, aliado à ampla divulgação sobre sua fertilidade, levou a região a ser procurada por colonos dos mais distantes pontos do país, atraídos pela promessa de trabalho agrícola e lotes baratos ou gratuitos. Num processo capitalista-desenvolvimentista, esse movimento migratório impulsionou e demandou a abertura de casas comerciais, agência de correios e derrubadas de matas virgens em favor da urbanização.

A política de integração nacional promovida pelo Governo de Vargas envolveu o espaço douradense e desencadeou o processo de expansão demográfica, fomentando a fixação de colonos oriundos do sul, do sudeste e do nordeste do país.

Importa destacar que, no ano de 1943, o governo Vargas criou o Território Federal de Ponta Porá, localizado na linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Nesse mesmo ano, de acordo com Betoni (2002), deu-se o projeto de criação de colônias agrícolas nacionais para a nacionalização das fronteiras e o povoamento das regiões mais afastadas do litoral. Por iniciativa do governo federal, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), estimulando o deslocamento de trabalhadores atraídos pela intensa propaganda de terras baratas ou doadas, caracterizadas por

pequenos lotes (de 25 a 30 hectares) destinados à atividade agrícola. A partir de então, inúmeras famílias de migrantes foram assentadas em Dourados, num movimento característico de expansão das frentes pioneiras no final da década de 1940. Outro fator relevante para o desenvolvimento da região foi a inauguração da estação de Itaum da Ferrovia Noroeste do Brasil, no ano de 1949, ligação ferroviária que facilitou sobremaneira a migração de paulistas e paranaenses, em decorrência do rápido processo de expansão agrícola.

A ideia era agregar a participação da sociedade nos distintos setores da economia, sobretudo no desenvolvimento da forma de exploração da terra. Desde então, a educação passou a ser contemplada nos projetos políticos dos municípios brasileiros.

### **2.3 O Cenário Educacional Itaporaense**

A escolarização da infância em Itaporã teve início nos anos de 1945, ainda quando o município pertencia à cidade de Dourados, tendo a Sr<sup>a</sup> Olímpia Moura como uma das primeira professora a ministrar aulas na Colônia, atendendo em sua própria residência, principalmente, os filhos dos vizinhos. Ainda neste período, as mulheres que tinham interesse em ministrar aulas, se dirigiam até a prefeitura de Dourados e pediam nomeação. Elas começavam a ministrar aulas em suas próprias residências, como foi o caso de Maria Cordeiro, Olímpia Moura e muitas outras mulheres. Nomeadas, as professoras passavam a receber da prefeitura de Dourados uma contribuição simbólica. (CORDEIRO, 2010).

Com crescimento do número de crianças em busca de escolarização, a prefeitura providenciou um local, que seria utilizado para atividades pedagógicas. Conforme depoimento de Aurena Cordeiro Claro (23/7/2014), o prédio era uma espécie de barracão e se localizava na atual Avenida São José, perto da igreja São José. Segundo a ex-aluna das Escolas Reunidas, no ano de 1953, após a emancipação do município de Itaporã, a cidade necessitava de um local para abrigar a prefeitura, não havendo um local adequado, a referida prefeitura passou a ocupar o mesmo espaço da prédio das Escola Reunida. Assim, a prefeitura ficou com as duas salas da direita e a escola com as duas salas da esquerda e, ao fundo, ficava também a residência da professora. É possível verificar na imagem a seguir que os alunos possuíam uniformes e realizavam suas práticas cívicas em frente à escola.

Figura 3 - Escola de Madeira ao lado da Igreja



Fonte: Imagem retirada de Cordeiro (2010, p. 121). Sem autor.

Posteriormente, essa escola foi transferida para um novo local, ao lado do antigo cemitério, já com nome de: “Escola Reunida de Itaporã”. O novo prédio tinha duas salas de aula, varanda e, no fundo, uma “casinha” para as necessidades fisiológicas. Não temos informação se o antigo e o novo prédio eram alugados ou pertencia à prefeitura de Dourados. (Depoimento Aurena Claro, 23/7/2014).

A documentação aponta que em 1954, primeiro ano após sua emancipação, Itaporã tinha sete Escolas Isoladas<sup>7</sup> mantidas pelo estado, uma escola reunida administrada pela município. Posteriormente, essa Escola Reunida de Itaporã foi elevada a categoria de Grupo Escolar, já com o nome de Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, objeto de estudo desta pesquisa. Nelas, atuaram 12 professores, sendo todos leigos, isto é, não normalistas. O número de alunos matriculados era de 617, mas somente 380 eram frequentes (MATO GROSSO, 1955). Esses dados nos levam a questionar se a não frequência dos alunos se deve ao fato de que muitos deles ajudavam seus pais no trabalho agrícola, já que as escolas estavam localizadas na zona rural.

<sup>7</sup> Para uma leitura mais profunda sobre esse tema, ler Sá 2011, *A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930)*.

O relato do Sr. Cordeiro esclarece como as escolas isoladas foram sendo criadas:

[...] localizamos as regiões mais densamente povoadas.

A proposta consistia de que um sitiante local dispusesse de uma área mínima de cinquenta por cinquenta metros, para começarmos a construir escolas de madeira, cobertas de telhas francesas.

Alvenaria nem pensar, pelo custo e dificuldade de material e mão de obra.

Já a madeira praticamente era quase de graça, pois já iniciava o processo de exploração e transformação da mesma, e havia abundância na época, inclusive para fazer algumas mesas para o professor, carteiras para os alunos e alguns armários improvisados para guardar material escolar: Giz, livros e cadernos, etc. (CORDEIRO, 2010, p. 83).

É possível ver nas imagens a seguir que, embora feitas de madeira, essas escolas eram muito bem feitas, com acabamento e telhas de cerâmica e janelas amplas para facilitar a ventilação. O mastro para a bandeira tinha o local de destaque na frente da escola. É possível ver ao fundo da escola a mata ainda preservada. Em certa medida, neste período, algumas escolas foram construídas para fins educacionais e outras ocuparam espaços improvisados ou cedidos

Figura 4 - Escola construída no córrego do Anacleto – 31/3/1962



Fonte: Imagem extraída de Cordeiro (2010, p. 84). Foto sem autor .

Figura 5 - Escola do Baixo Sardinha

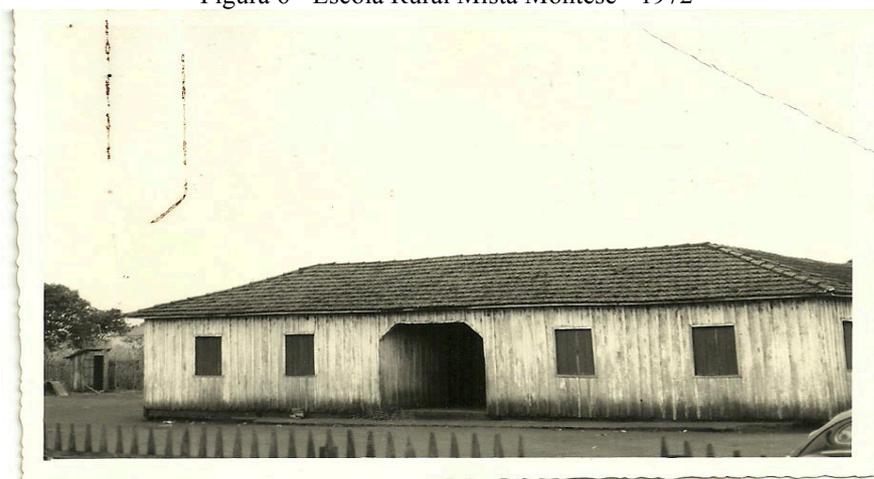


Fonte: Studio Santana.

Deste modo, as unidades escolares foram se expandindo, sendo que em 1958, havia ao todo 27 unidades escolares em Itaporã (LIVRO DE REGISTROS, 1959). Elas iam sendo assumidas pelos alunos que haviam alcançado o nível quatro, “que já se candidatava e estava apta a lecionar na área rural, desde que se dispusesse ir residir na propriedade onde estava construída a escola. O sitiante tinha ainda que alojar o professor ou professora. E havia pessoas que se dispuseram e enfrentaram a missão” (CORDEIRO, 2010, p. 83).

As figuras a seguir mostram as imagens de duas Escolas Rurais no município de Itaporã, na década de 1970. Pode-se perceber que a construção continuava de madeira, com duas salas de aulas, uma varanda e, ao fundo, uma “casinha”, ou mictório.

Figura 6 - Escola Rural Mista Montese - 1972



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 7 - Uma escola de madeira do Porto Café - 1970



Fonte: Imagem extraída de Cordeiro (2010 , p.85). Foto sem autor .

Conforme detalhados nos Quadros 4 e 5, podemos evidenciar que a maioria das escolas de Itaporã, no ano 1973, localizava-se na zona rural, o que nos leva a concluir que a maioria dos habitantes da cidade de Itaporã, no ano de 1973, era de moradores da zona rural.

Quadro 4 - Relação das Escolas existentes na zona urbana de Itaporã no ano de 1973

<b>Escola</b>	<b>Localização</b>	<b>Entidade</b>
Grupo Escolar Antonio João Ribeiro	Rua Paraná, s/n	Estado
Escola Reunida de Itaporã	Rua 21 de abril, s/n	Estado
Escola Reunida Vila Montesi	Vila Montesi	Estado
Escola Evangélica	Sede	Estado
Patronato de Menores	Sede	Particular
Escola Rural Mista Guariroba	Rua Minas Gerais, 320	Estado

Fonte: Documentos do CDR - Centro Regional de documentação/UFGD.

De acordo com o quadro 4, no ano de 1973, na zona urbana de Itaporã havia 6 escolas, sendo 5 pertencentes ao estado e 1 escola particular.

Já conforme o quadro 5, no ano de 1973 havia um total de 25 escolas na zona rural de Itaporã, sendo uma escola particular, 3 municipais e 21 estaduais.

Quadro 5 - Relação das Escolas existentes na zona rural de Itaporã no ano de 1973

<b>Escola</b>	<b>Localização</b>	<b>Entidade</b>
Escola Rural Mista São Francisco	Bairro São Francisco	Particular
Escola Rural Mista Princesa Isabel	Colônia Santa Terezinha	Municipal
Escola Rural Mista Bela Vista	Fazenda Bela Vista	Municipal
Escola Rural Mista Bandeirantes	Bandeirante	Estado
Escola Rural Mista Hermes Alcântara	Córrego Seco	Municipal
Escola Rural Mista Arasselva	Arasselva	Estado
Escola Rural Mista Sardinha	Sardinha	Estado
Escola Rural Mista Pontal do Itaquiri	Itaquiri	Estado

Escola Rural Mista Carumbé	Carumbé	Estado
Escola Rural Mista Canhadão	Canhadão	Estado
Escola Rural Mista Cabeceira Panambi	Cabeceira do Panambi	Estado
Escola Rural Mista Alto Sardinha	Alto Sardinha	Estado
Escola Rural Mista Bairro Alegre	Bairro Alegre	Estado
Escola Rural Mista 10 de Dezembro	Carumbezinho	Estado
Escola Rural Mista Lote 99	Panambi	Estado
Escola Rural Mista Córrego Anacleto	Córrego Anacleto	Estado
Escola Rural Mista São Vicente C. Leite	Pirapora	Estado
Escola Rural Mista Baixo Itaquiri	Baixo Itaquiri	Estado
Escola Rural Mista Tatuí	Tatuí	Estado
Escola Rural Mista Marechal Castelo Branco	Luziânia	Estado
Escola Rural Mista Itaquiri	Itaquiri	Estado
Escola Rural Mista Caiana	Caiana	Estado
Escola Rural Mista Panambi	Linha Panambi	Estado
Escola Rural Mista Augusto	Malária	Estado
Escola Rural Mista Pirapora	Bairro São Francisco	Estado

Fonte: Documentos do CDR- Centro Regional de documentação/UFGD.

## 2.4. Itaporã: uma cidade rural

### *Hino à Itaporã*

*Letra Cícero Pedro Leão,  
Musica de Nelson Biassoli,  
Maestros: Brenno Silva e Moisés Martins*

*Pedra Bonita, nosso hastil é teu ardor  
Teu fanal, tua lira, teu buquê  
Teu escrínio é teu nome, teu amor  
Tem o esplendor próprio a merecer  
Teu perfume embriaga mais que a luz  
Do arrebol, ao crepúsculo a nos ver  
A tua gema que ao sol reluz  
Pende teu gênio a recender  
Ao canto dos ventos crescem as plantas  
brilhantes  
Acariciadas pelo lindo céu azul  
Louvando as plumas do índio confiante  
Nesta planície do mato grosso do sul  
Flor entre outras mil  
Acrisolar de toda atenção*

*Nossa Itaporã cidade querida  
Do amado Brasil  
Vamos, pois a tua aresta lapidar  
Na maçã a tua gloria há de vir  
Teu rebanho em festa a bisar  
A Deus pedir felicidade, sempre em ti  
Seja eterno teu progresso fervoroso  
Com harmonia e bem estar a sorrir  
Família, som, luz, raiz e povo  
Viva o presente, esperança no provir  
Flor entre outras mil  
Acrisolar toda atenção  
Tua prole é teu matiz  
A perfumar o coração  
Lis de todas mil, és um paraíso.*

*Tua prole é teu matiz  
A perfumar o coração  
Lis de todas mil, és um paraíso*

*Desta gente varonil  
Nossa Itaporã cidade querida  
Do amado Brasil  
Desta gente varonil*

Importa muito para o campo da História da Educação a produção dos escritos históricos sobre uma dada instituição educativa, sobretudo no que concerne à preservação da história e da memória da instituição e da escola pública. Importa também empreender esforços investigativos no sentido de explicar parte do significado social e político da expansão do ensino primário no Brasil, em geral, e nos espaços regionais, em particular. A expansão crescente das escolas primárias significou, entre outros aspectos, a democratização da cultura e do acesso ao ensino e a inserção de crianças das camadas populares no universo social brasileiro de forma mais ampliada. Importa ressaltar o significado da implantação de escolas numa cidade praticamente rural, como foi o caso de Itaporã nos anos 50. Em que circunstância econômico-política o governo estadual criou o Grupo Escolar Antonio João Ribeiro na referida cidade? A criação contou com a participação de políticos locais? Qual o sentido de investigar as práticas escolares e a cultura escolar dessa escola? O que pretende com tal estudo das práticas?

Para começar, é preciso assinalar a importância de uma escola para uma cidade com característica essencialmente rural. Cabe também considerar que as representações acerca de uma dada instituição são construídas. Isto significa que as primeiras escolas fundadas numa localidade tendem a ser socialmente mais lembradas e relembradas e deixam maiores marcas na memória social. Para a população que usufrui da escola, no entanto, a escola tem dimensão ampliada para a comunidade escolar em análise.

A partir do ano de 1950, o Brasil alimentava-se do populismo e o atual estado de Mato Grosso do Sul experimentava forte euforia graças aos efeitos tardios do propalado progresso. Fruto de inúmeras reivindicações da população local, grande parte constituída por migrantes de outros estados, e dos interesses e mazelas políticas regionais, algumas providências foram tomadas em relação ao ensino. Segundo relatos orais, as famílias que chegaram a Itaporã no ano de 1946 do século XX começaram a mobilização para que seus filhos pudessem estudar. Surgiu assim a primeira escola na localidade urbana, a qual funcionava na casa da própria da professora, até o ano de 1952.

Em 1954, a escola foi elevada a Escola Reunida, pela Prefeitura de Dourados, com o nome de Escolas Reunidas de Itaporã (Decreto Estadual 1.927/54). Surgiu aí uma instituição com instrução primária, graças ao elevado índice de crianças em idade escolar e a carência de escolas na localidade. A referida escola permaneceu como Escola Reunida até 1955, quando foi transformada em “Grupo Escolar Antônio João Ribeiro” (Decreto Estadual 2.197/55), ativo até 1974. Neste ano, o GE foi elevado à Escola Estadual de Primeiro Grau Antônio João Ribeiro. Este Grupo Escolar, além de ter sido a primeira instituição dessa modalidade em Itaporã, foi também a primeira escola urbana de alvenaria e erguida especificamente para ser um espaço do ensino institucionalizado. As fotografias dispostas no interior do trabalho revelam o universo urbano-rural de Itaporã e o perfil do cenário educacional em suas peculiaridades e em suas instituições educativas.

Típica do interior brasileiro, a localidade nutria-se politicamente de discursos fervorosos ou exaltados objetivando a sua importância para a região da Grande Dourados. Eram vozes que muitas vezes dissimulavam mazelas do povo, tramas e conchavos políticos voltados para os interesses da elite local. Através das denúncias publicadas pela imprensa, tanto era possível detectar atos criminosos, corrupções e disputas locais, como também delinear a discrepância entre o ensino urbano e rural, ou as diferenças educacionais existentes nos grandes centros urbanos e a escola interiorana.

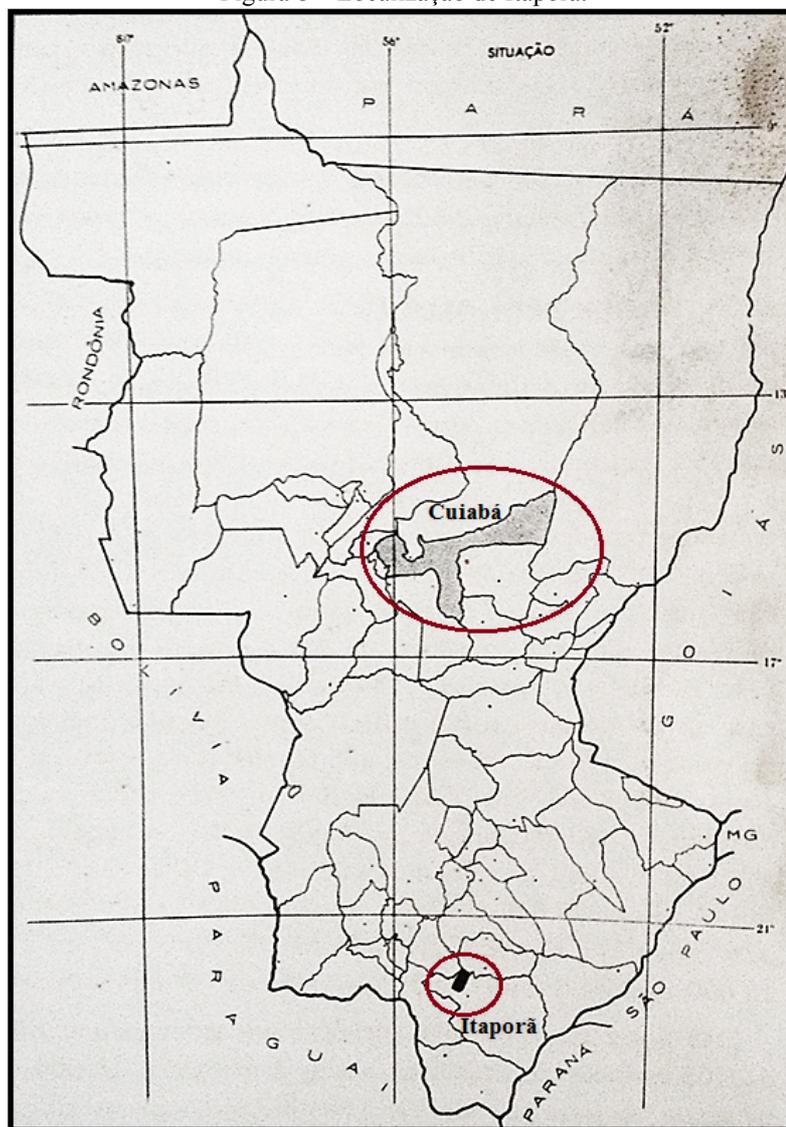
O primeiro grupo de Itaporã surgiu num momento em que o mundo experimentava as efervescências do crescimento industrial e a expansão urbana. O Brasil precisava inserir-se nesse movimento. Um caminho era contribuir e implantar projetos de modernização nos mais distintos rincões do país, alcançando, portanto o sul do Mato Grosso, cuja vocação era a produção agropastoril.

Segundo os dados do IBGE, no final de 1940 a população da zona rural da região de Dourados, região à qual a localidade de Itaporã estava ligada, contava com mais de 90% de seus moradores, possuindo na época, a maior concentração de população rural do Brasil. Com relação ao Brasil, 70% da população vivia no campo e 30% na cidade. Com Itaporã esta realidade não foi diferente, sobretudo durante o *boom* da cultura do café, na década de 1950 e, mais tarde, com o loteamento de suas terras que atraíram vários colonos brasileiros e estrangeiros para o campo, entre eles italianos e japoneses. Isto ocorreu depois que alguns cafeicultores, ao perderem grandes investimentos na agricultura cafeeira com a terrível geada que destruiu uma extensa área de seus cafezais, decidiram lotear suas terras

### 2.4.1. Memória e História

Conforme podemos observar no mapa a seguir, o município de Itaporã, no final da década de 50, ainda não possuía uma demarcação geográfica que viesse a ser entendido como um espaço delimitado de pertencimento ao Sul de Mato Grosso<sup>8</sup>.

Figura 8 – Localização de Itaporã.

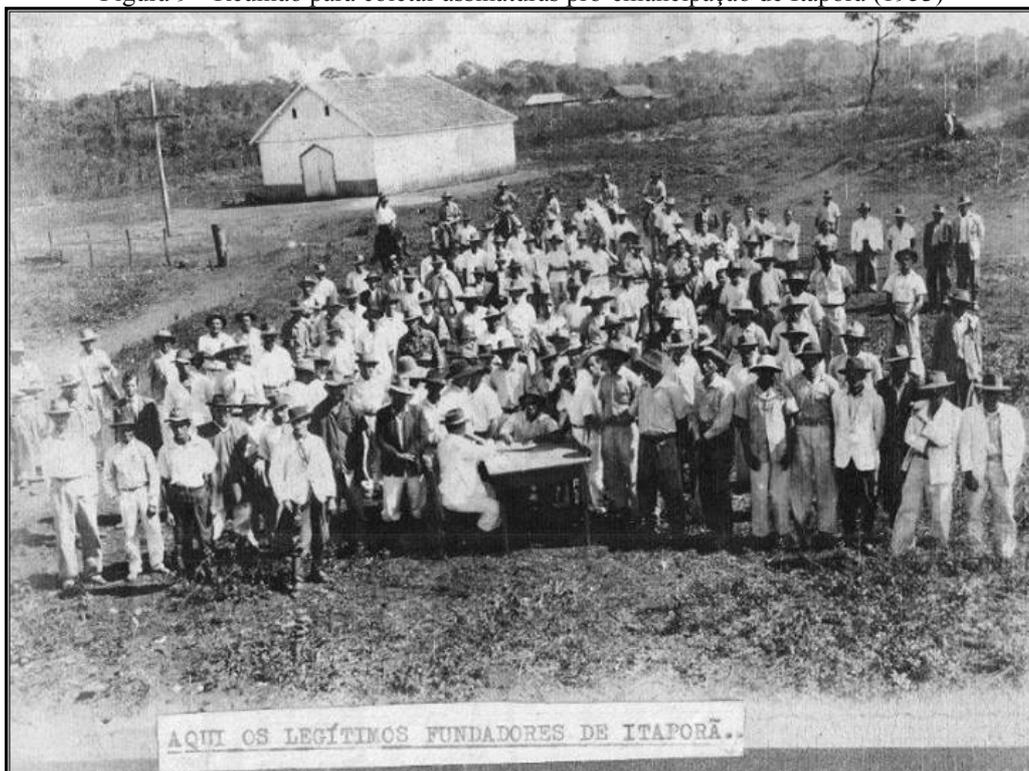


Fonte: Ferreira (1958, p. 198).

<sup>8</sup> Esta pesquisa abrange um período anterior à divisão do Estado do Mato Grosso pela Lei Complementar n.º31 de 11 de outubro de 1977. Ao longo deste trabalho, foi utilizada a denominação Sul de Mato Grosso ao então estado de Mato Grosso do Sul.

Com já dissemos anteriormente, Patrimônio Novo, São José da Boa Esperança e Panambi eram os nomes dados a Itaporã antes de se tornar um município. Sua emancipação política de Dourados teve início em 1953 quando houve uma grande reunião convocada pelos moradores mais antigos do Patrimônio Novo com o objetivo de formar uma comissão e coletar assinaturas a fim de solicitar ao governador do Estado a criação do município de Itaporã “haja vista a grande população, até então, aqui residente, e o desenvolvimento alcançado em suas atividades agrícolas e extrativas” (CORDEIRO, 2010, p. 41). A comissão foi composta por Durval Gomes da Silva, Pedro Rodrigues, Luiz Alves Filho, Atilano Apolinário de Alencar, Waldomiro Ferreira dos Reis, Joaquim Custódio de Lima, Totonho, Aurenô Arnaldo Cordeiro, Messias Cordeiro da Silva e outros.

Figura 9 - Reunião para coletar assinaturas pró-emancipação de Itaporã (1953)



Fonte: Foto extraída de Cordeiro (2010, p. 42). Foto sem autor,

Na Figura 9, que retrata a reunião mencionada anteriormente, pode-se perceber que as mulheres não participaram dessa reunião, muito menos da decisão, sendo excluídas da vida política do novo município a ser criado, ainda que tenha acontecido em um momento no cenário nacional em que já havia reconhecido da sua cidadania política, isto é, o direito ao voto.

A figura 9 revela ainda uma frase que chamou atenção: “aqui os legítimos fundadores de Itaporã”. Observa-se um grande grupo de homens, muitos trajando ternos brancos, chapéus na cabeça, num verdadeiro momento de júbilo em favor da emancipação da localidade. A imagem também revela uma grande parte de mata nativa ao fundo, extensa faixa de vegetação rala, principalmente campos, com pastagens naturais. Estes homens carregaram um passado de migração – do sudeste e de parte do nordeste brasileiro rumo ao centro oeste para as terras mato-grossenses. Estes homens transformaram-se em ícones para atender aos interesses políticos de seu tempo. Os “legítimos fundadores de Itaporã” são vestígios de justificativas apologéticas referentes à ação dos “pioneiros” na região em questão, cuja ocupação tem sido comumente atribuída à obra do “desbravamento”, comprometida com a construção da história regional e nacional sob a tutela de um grupo. Do referido fragmento emergem os feitos políticos dos “homens de bem” de Itaporã, embasado naquilo que Eric Hobsbawm (1984, p. 9) chamou de *invenção das tradições*, vejamos:

O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. [...] Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Embora a historiografia tenha avançado no sentido de superar o discurso de culto aos heróis ou de exaltação aos valores do segmento dominante, estes vestígios ainda estão presentes no conjunto dos escritos regionais, permanências de abordagens conservadoras.

Segundo Cordeiro (2010), no ano de 1953, os deputados Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz apresentaram um projeto de lei para elevar a Colônia Municipal a Município de Itaporã devido ao grande progresso alcançado. Em 13 de Dezembro de 1953, o jornal douradense, O Progresso, publicou o artigo intitulado “Ilegal: a criação do município de Panambi” sobre a criação do novo município:

Estamos informados que numerosos moradores da Colônia Municipal, estão formulando um abaixo assinado dirigido ao Governo do Estado, demonstrando a ilegalidade e inoportunidade da criação do Município de Panambi, eis que não foi consultada a Prefeitura Municipal, como exige a lei e nem sequer aquela localidade não sendo Distrito, podia ser elevado a município. Por outro lado, julgam má a medida e eis que o município de Panambi, caso venha a ser confirmada sua criação, será fatalmente um município pobre, sem recursos para a sua própria manutenção (O PROGRESSO, 13/12/1953, n. 137, p. 1).

A criação do município de Itaporã deu-se através da lei nº 65 de 28 de dezembro de 1953, porém foi grande a polêmica sobre esse ato, resultando em várias publicações no jornal O Progresso e ações judiciais para reverter a referida lei. De acordo com Cordeiro (2010), os vereadores de Dourados aprovaram e deram uma procuração ao Dr Weimar Gonçalves Torres, vereador, advogado e dono do jornal O Progresso, no início do ano de 1954 para representá-los e entrar com uma ação pedindo a inconstitucionalidade da lei, que criava o município de Itaporã. Tal ação foi protocolada no fórum da comarca de Dourados.

Para representar o município de Itaporã na ação judicial, a causa foi entregue aos Deputados Dr. Camilo Ermelindo da Silva e Dr. Francisco Leal de Queiroz, salientando a prática do mandonismo na política local, estabelecido e exercido por estruturas personalizadas oriunda da elite estadual. A interferência dessa elite envolvia a região da Grande Dourados, estendendo-se ao distrito de São José da Boa Esperança.

Na edição de 3, de janeiro de 1954, o jornal em questão publicou, com o título “Intervenção Federal para restaurar a autonomia Municipal violada pela criação do Município de Itaporã”, o pedido de intervenção federal para revogar a criação do município de Itaporã, alegando a sua inconstitucionalidade. Vários artigos foram escritos contestando a situação: “Unanimidade” em 27/12/1953; “Para restaurar a autonomia municipal violada pela criação do município de Itaporã”, em 3/1/1954; “Município da discórdia”, 10/1/1954; “Inconstitucional a criação de municípios sem a audiência das Câmaras”, 17/1/1954; “Vitória a vista”, 17/1/1954; “Ninguém perde por esperar”, de 24/1/1954; no mesmo exemplar “O Mandado de segurança está prestes a ser julgado”; “Eis as notícias”, 31/1/1954; entre outros.

---

<sup>9</sup> Lei Nº 65 de 28 de dezembro de 1953. O Prefeito Municipal de Dourados. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei. Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a requerer Mandado de Segurança contra o ato da Assembleia Legislativa do Estado que criou o Município de Itaporã (CARLI, 2008, p. 171).

Tal movimento, segundo Cordeiro (2010), aconteceu devido à perda da área territorial, dos impostos e das produções advindas da terra. Mesmo com tantas contestações, os representantes de Itaporã não ficaram passivos. Quando a ação chegou à capital do país (Rio de Janeiro), veio a intervenção do Senador João Vilasboas que apoiou a iniciativa de Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz, contrariando a interpretação de Weimar Gonçalves Torres. (CORDEIRO, 2010). Na Enciclopédia dos municípios brasileiros (1958), a respeito da criação do município, consta que:

Por iniciativa dos deputados Camilo Ermelindo da Silva e Leal de Queiroz, a progressista Colônia Agrícola Municipal de Dourados, mais conhecida por Colônia Panambi, foi elevada à categoria de município pela Lei nº 659, de 10 de dezembro de 1953, retificada pela de Nº 370, de 31 de julho de 1954, com a denominação de Itaporã e com sede na povoação de igual topônimo, que adquiriu os foros da cidade (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958, p. 198).

É importante destacar o teor da Lei nº 659, de 10 de dezembro de 1953, que dispôs sobre os termos da criação do Município de Itaporã:

Lei Nº 659, de 10 de dezembro de 1953. Dispõe sobre a criação do município de Itaporã. O Governador do estado de Mato Grosso: Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º - Fica criado o município de Itaporã, desmembrado do município de Dourados. Parágrafo Único – O município de Itaporã terá os seguintes limites: pelo córrego Carumbé abaixo até a sua foz no rio Santa Maria, por este abaixo até ao Rio Brillhante, por este abaixo até a foz do Córrego Panambi, por este acima até a sua cabeceira, daqui por uma linha que atravessando as terras do S.P.I. vai ter à cabeceira do Córrego Carumbé, ponto de partida. Artigo 2º - O município de Itaporã ficará integrado à comarca de Dourados, como termo desta. Artigo 3º - esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário. Palácio Alencastro, em Cuiabá 10 de dezembro de 1953, 132º da independência e 65º da República (LEI Nº 659, 1953).

A Colônia Municipal foi elevada à categoria de Município pela lei 659, de 10 de dezembro de 1953, ratificada pela Lei Nº 370, de 31 de Julho de 1954, integrado à comarca de Dourados, sendo nomeado Senhor Durval Gomes da Silva para Administrar o Município até a primeira eleição, que aconteceu em 1954.

O artigo 1º da Lei 370, de 31 de julho de 1954, que ratificou o artigo 1º da lei de criação do município (Lei Nº 659, de 10 de dezembro de 1953) e tratou da questão das divisas, deixando as deliberações textualmente claras:

Art. 1º - Fica criado o Município de Itaporã, desmembrado do Município de Dourados, que terá os seguintes limites: Partindo da cabeceira do Córrego Peroba, por este abaixo, margem direita, até a sua foz no rio Santa Maria; descendo por este, margem direita, até sua confluência no Rio Brilhante; por este abaixo, margem direita, até sua foz no Córrego Panamby, Paranamby, ou Panamby, pelo qual sobe, margem esquerda, até sua cabeceira mais alta; daí por uma reta ao espigão divisor das águas do Rio Brilhante com o Dourados, e daí pelo espigão divisor de águas desses 2 rios até o ponto mais próximo da cabeceira do Córrego Peroba, daí por uma reta a essa cabeceira do Peroba, onde teve começo (LEI Nº 657, 1953).

"Itaporã", nome atribuído ao novo município, é um termo de origem tupi que significa "pedra bonita", por meio da junção dos termos itá ("pedra") e porang ("bonito"). Na década de 1950 o município possuía uma população consideravelmente grande. O intenso movimento migratório, oriundo do sudeste (região de São Paulo), do nordeste brasileiro e outros recantos do país redundaram em significativo aumento demográfico. Esses migrantes, em busca de oportunidades, de terras férteis e baratas dedicaram-se, sobretudo, ao cultivo do café, motivados pela riqueza e exuberância já alcançada nos estados de São Paulo e Paraná. Percebe-se que, ao fundo da plantação, há a mata nativa da região.

Figura 10 - Colonos (esq. Antônio Rodelini, Caetano Rodelini, Mário Rodelini e Luiz Rodelini) na lavoura de café no Município de Itaporã no ano 1954.



Fonte: Acervo particular de Claudiani Rodelini, 2014.

De acordo com Ono et. al. (2008, p. 7), em 1950 quase todos os agricultores da região da Grande Dourados se empenhavam na cultura de café, mas por volta do final da década de 1950 veio a geada e destruiu todo o cafezal e o sonho dos cafeicultores. Posteriormente a 1950, ocorreram duas ou três geadas fortes. Apesar dos prejuízos, trazidos com a geada, alguns agricultores ainda insistiram por mais alguns anos com o plantio do café. A geada levou muitos agricultores a destruírem o cafezal, optando, por volta de 1960, por outras culturas, como milho e o feijão, dentre outras.

Após, a década de 1950 começaram a chegar a Itaporã gaúchos, catarinenses e paranaenses que junto trouxeram a mecanização da agricultura, intensificando o plantio da soja e do trigo. A cidade se caracterizou pela formação de pequenas propriedades rurais que contribuíram para o seu desenvolvimento e composição de sua história. Muitos japoneses advindos dos estados de São Paulo e Paraná também migraram para Itaporã. “Eram eles: Kodama, Ishii, Miyague, Mise, Suzuki, Muraoka, Okano, Massaro, Haguio, Kushida, Ueda, Imai, Miyazaki, Minoro, Kussaba, Konno, Yamada, Ogiwara, Misokane, Nishimura, Teruya, Yamanaga, Fuji, entre tantas famílias que participaram do crescimento e vida de Itaporã” (CORDEIRO, 2010, p. 110). A partir da formação de

pequenas propriedades rurais, houve um crescimento populacional na cidade de Itaporã, assim surgiram novas demandas para o desenvolvimento da região, dentre elas, o da escolarização das crianças. Item esse a ser tratado a seguir.

## **2.5 O futuro estava lá: o Estado de Mato Grosso, região de Dourados.**

O título do presente subitem expressa o pensamento do memorialista pernambucano Aurenô Arnaldo Cordeiro, que migrou com sua esposa para a região de Dourados em 1951. Seu caminho não foi muito fácil, segundo ele, no trajeto de Campo Grande para Dourados passaram “em estrada de chão com muitas trepidações, buracos, atoleiros, passagem de rios sem pontes, enfim, uma grande aventura que findou por volta das cinco horas da tarde, do mesmo dia de viagem com a nossa chegada ao destino” (CORDEIRO, 2010, p. 25).

A Colônia Agrícola Municipal de Dourados (CMD) foi criada numa área de 50.000 hectares de terras compreendidas entre os rios Brilhante e Panambi, no município de Ponta Porã. Essas terras tinham sido reservadas para a colonização em 1923, através do Decreto nº 616, assinado pelo presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa (FERREIRA, 1958). Segundo Carli (2008), a área foi reduzida, em 1932, para 30.000 hectares.

Essa área, que nessa época pertencia ao município de Ponta Porã, passou a pertencer ao município de Dourados, depois da criação deste, em 1935. Em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, englobando o município de Dourados, e no mesmo ano foi criada pelo governo federal, neste município a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em uma outra área, que não se confundia com aquela reservada em 1923 (p.81).

A CMD, reservada em 1923, e implantada em 1943, foi regida não só pelas leis do Território Federal, mas também por iniciativa do município, no sentido de atender aos apelos da população, cansada das protelações do governo do Estado.

De acordo com informações do Sr. Filismino Pires da Silva (conhecido como Goiano por ser originário do estado de Goiás), remanescente da CMD, havia-se avolumado de forma tão significativa a chegada de migrantes à região de Dourados que o prefeito municipal

viu nesse movimento a oportunidade para implantar a CMD (mesmo porque alguns colonos que vinham com o objetivo de se estabelecerem na CAND e encontravam dificuldades, tratavam logo de se direcionar para a área que posteriormente seria a CMD, pelo fato de esta não estar ainda demarcada) (CARLI, 2008, p.88).

Por volta de 1946, o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Junior, resolveu explorar as terras reservadas para avançar com a colonização e definiu uma pequena área com baixa vegetação para ser a sede da futura colônia. Em 1948, assumiu a Prefeitura de Dourados o Sr. Antônio de Carvalho, que continuou o projeto colonizador iniciado por Capilé Junior. Em sua administração, foram legalizados todos os lotes, até então distribuídos, e foi intensificada a colonização.

Ao chegar ao Patrimônio Novo, São José da Boa Esperança e Panambi como era chamada a cidade de Itaporã, antes de se tornar município, cada família marcava seu lote. Segundo o relato memorialístico de Dona Izabel Moura (CORDEIRO, 2010), uma das integrantes das primeiras famílias a chegar à referida região, os colonos encontraram uma aldeia de índios e dois moradores na localidade, mas não souberam informar quem eram eles.

Após a demarcação dos lotes, os novos ocupantes seguiram a pé até a cidade de Dourados (então sede do Município) onde requereram a posse de seus lotes. Assim, no ano de 1944 chegaram sete famílias à região onde hoje é o Município de Itaporã, instalando-se próximo ao Córrego Canhadão. Eram eles: Sr. Rogério Moura e Sr<sup>a</sup> Izabel Moura, Sr. Inácio Félix e Sr<sup>a</sup> Joaquina Moura, Sr. Miguel Moura e Sr<sup>a</sup> Maria Carolina Gimenez Moura, Sr. Antonio Camilo Diniz e Sr<sup>a</sup> Maria Lucinda Diniz, Sr. Januário Rodrigues e Sr<sup>a</sup> Odília, Sr. Benedito Pereira e Sr<sup>a</sup> Maria Camilo, Sr. Joaquim Rodrigues e Sr<sup>a</sup> Brolínia Camilo.

Com a chegada de um maior número de colonos, a prefeitura de Dourados nomeou o Sr. Inácio Félix como fiscal e coordenador da distribuição de lotes para os colonos que encontravam dificuldades pela falta de estradas entre o Patrimônio Novo (Itaporã) e Dourados. Os primeiros moradores chegavam com suas mudanças em carros de bois. Os homens iam à frente abrindo caminho na mata com foices e machados, e logo atrás vinham mulheres, crianças e agregados.

O trabalho de evangelização era realizado pelos religiosos da missão franciscana pertencentes à Paróquia de Dourados, com destaque para Frei Servácio Schulte, Antônio Setiwenger e Otaviano Hert. Os primeiros batismos feitos na colônia datam de 13 de

dezembro de 1947, ao contar a quantidade de batismos ocorridos desta data até o final de 1948, que somavam 63, pode-se afirmar que a população da colônia experimentou rápido crescimento.

De acordo com Cordeiro (2010), em 1950 foi construída a primeira igreja católica no sistema de mutirões, com um pequeno salão e uma sacristia. O espaço era destinado também para uma escola de corte e costura, dirigida pelas irmãs franciscanas, conforme observa-se na Figura 11.

Figura 11 - Aula de corte e costura na capela São José Itaporã



Fonte: Imagem extraída de Cordeiro (2010, p. 51). Foto sem autor.

Na Figura 11 podemos identificar a capela São José, ao fundo, e à frente as freiras que exerciam a profissão de professoras do corte e costura, ao lado delas estão as moças e mulheres que eram alunas do corte e costura. É possível constatar através da imagem que a igreja fazia um papel social, oferecendo local e professoras para dar aulas de corte e costura, uma vez que um dos poucos ofícios que as mulheres podiam exercer durante o matrimônio era o de ser costureira, pois este ofício não interferia em suas práticas do lar.

Os mutirões ocorriam de maneira a facilitar as ações comunitárias, pois, as diversas pessoas que resolveram tentar uma nova vida traziam consigo o velho ofício, tornando-se difícil afirmar quem foi o primeiro carpinteiro, alfaiate, pedreiro, etc. do então pequeno povoado. O que se pode afirmar é que alguns profissionais contribuíram de maneira significativa para a formação da Colônia, como é o caso do senhor Francisco Santana, que chegou em 1963 e abriu seu estúdio fotográfico denominado de Foto Santana.

Figura 12 - Foto Santana em Itaporã – 1963.



Fonte: Studio Santana.

A Figura 12 retrata o primeiro prédio construído pelo senhor Francisco Santana para abrigar o Foto Santana, este espaço também era utilizado como Escola de Datilografia. Em 1963, havia na cidade de Itaporã poucas construções, desta forma as aulas de datilografia aconteciam no espaço físico do Foto Santana. A construção foi erigida pelo proprietário, uma construção simples de madeira, localizado no centro da cidade de Itaporã, tendo assim uma localização beneficiada entre outras construção. Do lado direito da porta do foto, podemos observar o limpador de pé, que demonstra a falta de calçamento na cidade.

Figura 13 - Primeira turma do curso de Datilografia da escola Ideal- 1963.



Fonte: Studio Santana, 1964.

A Figura 13 retrata os alunos e alunas da primeira turma (1963) do curso de datilografia da Escola Ideal, junto aos alunos estão a instrutora, Dona Margarida Santana, o Diretor e proprietário da escola, senhor Francisco Santana, que também era proprietário do Foto Santana. Os alunos, juntamente com a professora e o proprietário da escola, se posicionaram para a foto, ao centro da foto colocaram, uma mesa com uma máquina de datilografia, entre os alunos estão: Luiz Waideman, Maria Emilia Vieira e Silva, Zélia Rodrigues Gonela, Antonio Vieira, Luiz Waideman e outros. Dessa forma, não podemos deixar de mencionar que a máquina de datilografia foi um objeto importante neste período

Durantes muitos anos, vários profissionais, como professoras, secretarias, escrivães da policia, funcionários públicos dentre outros profissionais passaram pela escola de Datilografia Ideal, já que naquele período o curso de datilógrafo era requisito básico para muitas profissões no Brasil e, assim, também aconteceu na cidade de Itaporã.

## 2.2 Escola e Igreja

No caso da instalação da Congregação Franciscana em Dourados faz-se necessário reportar aos estudos desenvolvidos pelo pesquisador Jerri Roberto Marin (2012), que faz uma interessante análise sobre as experiências de missionários franciscanos/alemães em Mato Grosso. Estes missionários teriam migrado da Província de Santa Isabel, da Turíngia (Alemanha), para Mato Grosso por motivos políticos ou religiosos. Marin enfoca os referidos religiosos como imigrantes em suas vivências e experiências de deslocamento, voluntário ou involuntário, e sua condição de estrangeiros.

Frades e freiras viram-se forçados a atuar numa região em que o cenário religioso lhes era alheio, ou seja, o referencial alemão em nada correspondia com o que foi ali encontrado: “tiveram de improvisar e a aprender a desenvolver uma maquinaria de imposição católica que se adaptasse ao cenário religioso de Mato Grosso” (MARIN, 2012, p. 205).

O propósito expansionista da Igreja Católica estampou-se a partir de janeiro de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, conciliada à Província Franciscana da Turíngia (Alemanha) estabeleceram a concessão da área de Mato Grosso como “terra de missão”. O referido acordo resultou na chegada dos quatro primeiros missionários franciscanos alemães na região, quais sejam frei Eucário Schmitt, frei Antônio Schwenger, frei Wolfam Pasmann e frei Francisco Brugger, em junho de 1937 (AMARAL, 2005). No mesmo ano, frei Teodardo Leitz, com o aval do Comissariado Franciscano, promoveu o deslocamento de freiras para Dourados no sentido de contribuir com o trabalho de catequese, criação de escolas de ensino primário de ambos os sexos, bem como organizar um internato feminino.

No que se refere à jurisdição política, Dourados era distrito pertencente a Ponta Porã, quando, em 1935, foi elevado à categoria de município. Quanto à circunscrição diocesana, ressalte-se que a mesma era subordinada à administração eclesiástica do Bispado de Corumbá, a qual envolvia todo o sul de Mato Grosso sob direção de Dom Orlando Chaves. Apesar da complexidade desse fator, Dom Vicente Maria Priante criou, no ano de 1940, em Dourados, a Paróquia de Imaculada Conceição, com autorização da Diocese de Corumbá. Isto significa que, do ano de 1935 a 1940, a Grande Dourados foi assistida por missionários franciscanos da paróquia de Rio Brillante.

A necessidade de expansão da Igreja Católica na região sul de Mato Grosso exigiu a elaboração de projetos de construção de igrejas, escolas e ações sociais. Em 1940, Frei Higino Lateck tornou-se o primeiro vigário da capela de Dourados, criando no ano seguinte a Escola Paroquial “Imaculada Conceição”.

Marin chama atenção para o risco iminente que corria a missão de ser extinta. Isto fez com que seus membros revissem métodos e expectativas. Este risco residia nas perseguições, em virtude da ascensão e consolidação do nazismo na Alemanha, impondo desafios terríveis aos franciscanos:

Para evitar a extinção da Província e preservar a integridade física dos frades, os Superiores optaram, embora não o desejassem, pela dispersão, em diferentes países, da maioria dos seus membros. O Mato Grosso, onde se estabeleceram a partir de 1938, tornou-se um desses “lugares de refúgio (MARIN, 2012, p. 205).

Marin dá conta de que os quatro primeiros frades assumiram as paróquias de Rio Brillante em 6 de fevereiro de 1938 e Rosário do Oeste, no dia 20 de março. Eram paróquias distantes umas das outras (mais de mil quilômetros), além do dispêndio de enorme de recursos para o exercício conventual. Discorre também o historiador sobre as sérias dificuldades materiais dos membros da missão:

O superior da missão de Mato Grosso, Eucário Schmitt, sem prever o número de missionários que viriam ao Brasil, aceitou todas as ofertas de paróquias feitas pelos bispos de Corumbá e pelo arcebispo de Cuiabá D. Francisco de Aquino Corrêa. Eram as paróquias desprezadas pelas demais Ordens e Congregações Religiosas que atuavam em Mato Grosso, por serem as mais extensas (algumas com 20.000 km), as recentemente criadas, as que ficaram vacantes durante várias décadas, as com baixa densidade demográfica, as que não permitiam a sobrevivência de um único padre e aquelas que exigiam trabalhos mais penosos e menos remunerados (MARIN, 2012, p. 206).

Importante informação dada por Marin (2012, p. 206) refere-se ao fato de que, em Mato Grosso, “os interesses materiais se sobrepuseram aos religiosos na divisão do mercado religioso católico”. Ou seja, aos franciscanos, considerados sócios menores no universo das Ordens e Congregações Religiosas, eram destinados àquelas paróquias recusadas ou abandonadas pelas demais que atuavam no estado. Muitas dessas paróquias não possuíam prédios religiosos e casas paroquiais. As poucas que possuíam alguma infraestrutura física eram pequenas e em estado precário de conservação,

verdadeiras “taperas” sem adornos ou paramentos necessários ao culto. Marin faz ainda a seguinte observação:

Como decorrência desse cenário, a missão franciscana caracterizou-se pela dispersão espacial, isolamento dos confrades, impossibilidade de manter a vida conventual e pela dificuldade de administrar a missão. Devido as possibilidades de crescimento da missão e para dar maior autonomia, foi criado, em 15 de outubro de 1938, o Comissariado de Mato Grosso (MARIN, 2012, p. 206).

Na década de 1940, o fluxo diásporo cessou, explicado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na década de 1940, os franciscanos operavam em quatro paróquias da arquidiocese de Cuiabá, das oito existentes. Na diocese de Corumbá a missão administrava sete das quinze paróquias criadas. E, a partir de 1941, assumiram com exclusividade a prelazia da Chapada dos Guimarães, onde não havia em todo o território, que era de 142.000Km, um único edifício religioso (MARIN, 2007).

Nas décadas de 1950 e meados da de 1960, o fluxo imigratório diminuiu significativamente. Em 1965 foi encerrada a migração franciscana com a chegada do último frei à região. Um aspecto importante ressaltado por Marin refere-se à justificativa apresentada pela ordem franciscana aos fiéis, vejamos:

A diáspora involuntária para o Brasil, imposta pelas perseguições nazistas, foi a alternativa encontrada, pois não havia perspectivas de futuro na Alemanha. Todo imigrante é um emigrante de outro lugar. A ausência da Alemanha e presença no Brasil obrigaram a Província de Santa Isabel, da Turíngia, e os frades a produzirem uma série de discursos cuja função era legitimar o deslocamento e sua presença em Mato Grosso. Ao justificá-las evocavam as perseguições na Alemanha, às necessidades do momento da Igreja Católica no Brasil e, sobretudo em Mato Grosso. No Brasil, sua presença vinculava-se ao movimento de reforma que o episcopado mato-grossense estava estruturando a fim de criar uma Igreja homogênea, centralizada e criar meios para que a instituição se tornasse a mais presente e importante da sociedade (MARIN, 2012, p. 206).

Enquanto a ordem salesiana justificava sua presença em território mato-grossense, lugar longínquo para o “embalo civilizatório”, a ordem franciscana, como forma de sintonizar-se com hábitos e valores europeus, ressaltava a ação civilizatória e catequética da Igreja Católica com voz autorizada para “intervir, falar, orientar, decidir, disciplinar, punir os leigos”. Mas, não raro, precisavam mencionar as perseguições

sofridas na Alemanha para, em seguida, abrandar o discurso explicando o deslocamento vinculado “às necessidades do momento da Igreja Católica no Brasil e, sobretudo em Mato Grosso” (MARIN, 2012, p. 206).

## CAPITULO 3

### A ESCOLA E SUA CULTURA ESCOLAR

Figura 14 - Alunos do Grupo Escolar Antônio Ribeiro, 1955.



Fonte: Acervo particular da Irmã S rgia Wolfart, 2014.

#### 3.1 Cultura Escolar do GE

De acordo com as Crônicas da Escola Santo Antônio (1958-2002), quando as irm es chegaram   cidade de Itaporã, em 1958, havia duas escolas na região, uma delas era rural mista e estava localizada do lado do cemitério, e a outra era o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. Como o número de alunos do G.E era baixo, contando apenas com 70 alunos, as irm es encabeçaram um mutirão junto   comunidade para que as crianças fossem matriculadas. No ano seguinte, o número de alunos matriculados no GE cresceu de 70 para 300, espelhando o crescimento populacional da cidade.

A procura foi crescendo a ponto de, em 1968, as 4 salas de aula não atenderem mais a demanda de crianças e adolescentes em idade escolar. Desse modo, as irm es, a comunidade e os políticos pleitearam junto ao governo do Estado a constru o de mais duas salas de aula, com

destaque para a participação do deputado Weimar Gonçalves Torres, na época, proprietário do já referido jornal: “O Progresso”. Assim, o pedido foi atendido e as salas de aula construídas, conforme será possível observar mais adiante, possibilitou o atendimento de 35 ou mais crianças matriculadas em cada sala de aula. Na década de 1950, as professoras eram nomeadas através de indicação política do prefeito de Itaporã, fato que causava sério problema administrativo no GE Antonio João Ribeiro, pois, a cada nova eleição o grupo político vencedor exonerava as professoras vinculadas ao partido adversário e eram nomeadas outras pelo partido vencedor. Inúmeras porfias ocorriam entre a direção do GE e a prefeitura, causadas por questões ligadas à contratação de algumas professoras sem formação.

Observando as figuras a seguir, pode-se observar que, no ano de 1956, a aluna Aurêna Arnaldo Cordeiro foi aprovada no 4º ano primário, pelo Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e, no ano seguinte, concluiu o 5º ano primário na mesma instituição. Dois anos depois, em 1959, ela é nomeada para exercer o cargo de professora nas Escolas Reunidas da Sede. A documentação, assim, embasa a nossa fala anterior.

Figura 15 - Certificado de Aprovação do 4º Ano Primário da aluna Aurêna Cordeiro



Fonte: Acervo particular de Aurêna Cordeiro, 2014.

Figura 16 - Certificado de Conclusão do 5º ano primário.

Estado de Mato Grosso  
 Departamento de Educação e Cultura  
 Grupo Escolar Antonio João Ribeiro de Itaporã  
 Certificado de Conclusão do 5º. Ano Primário

Certificamos que **Aurêna Cordeiro e Silva**  
 filha de Antônio Cordeiro e Silva  
 e de filha Amaldo Cordeiro  
 natural do estado de Pirapozinho - São Paulo  
 nascido em 28 de julho de 1942  
 Foi aprovado com média 12  
 Itaporã - 30 de dezembro de 1958

M. Cordeiro Lopes da Silveira  
 (Diretor)

GRUPO ESCOLAR  
 Antônio João Ribeiro  
 Itaporã (Mato Grosso) MT.

Fonte: Acervo particular de Aurêna Cordeiro, 2014.

Figura 17 - Ato de Nomeação, 1959.

Estado de Mato Grosso  
 Prefeitura Municipal de Itaporã  
 Portaria nº 22

Aurêna Amaldo Cordeiro,  
 Prefeito Municipal de Itaporã, manda das atribuições de seu cargo, na forma da lei, etc.

Resolve:

Nomear a Sra. Aurêna Amaldo Cordeiro, para exercer interinamente o cargo de professora do curso primário, lotada nas Escolas Municipais da Sede, com função a partir do 1º (primeiro) de março de 1959, data em que começou a lecionar e, percebendo R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), ao mês.

Registrada.  
 Comunicar-se e Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporã, 31 de março de 1959.

Aurêna Amaldo Cordeiro  
 (da) Aurêna Amaldo Cordeiro  
 - Prefeito -

Fonte: Acervo particular de Aurêna Cordeiro, 2014.

No Sul de Mato Grosso, a busca pela necessidade de acelerar a educação se deparou com a falta de professor habilitado, tanto no campo como na cidade, isso fez

com houvesse o apelo a professores não-habilitados para ensinar a ler, escrever, contar, transmitir algumas regras para o bom convívio e, sobretudo, noções de higiene.

De acordo com informações contidas no Livro de Registro do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1955-1966), em 1967 chegou ao GE a primeira professora normalista, Conceição Nonato. Como preconizava o Regulamento de 1927, que no seu artigo 39 diz:

Serão admitidas no magistério interino, preferencialmente na ordem da enumeração, as pessoas maiores de 16 anos, para o sexo feminino e 20 para o masculino, sem moléstia ou defeito que o impossibilite para o exercício do magistério, que tiverem: a) o curso do Liceu Cuiabano; b) parte do curso normal; c) o curso complementar; d) parte do curso do Liceu Cuiabano e, em falta destes, qualquer pessoa idônea, ou seja uma pessoa que demonstra capacidade e aptidão para ocupar o cargo de professora.

As professoras recebiam salário do Estado de Mato Grosso (uno), pela Exatoria, repartição que pagava as servidoras conforme o grau de instrução. A maioria das professoras tinha o 4º ano primário completo. Posteriormente, começaram a chegar professoras com 2º ano ginásial ou “Normal Regional”.

O GE Antônio João Ribeiro foi a primeira escola de Itaporã construída exclusivamente para ser “escola de verdade”; com localização privilegiada, no centro da cidade, com fácil acesso; representava os interesses de uma sociedade pautada nos ideais de cidadania, civismo, higienização e progresso.

Era de tradição o culto às datas cívicas na cidade de Itaporã, que se faziam por meio de desfiles e outras festividades. Além de recordarem fatos heroicos da história brasileira, esses eventos serviam para representar o civismo e o amor à pátria. Souza (1997) lembra que ao transformar as datas cívicas em atividades escolares, o Estado fazia do espaço escolar um instrumento de lembrança e de memória histórica, no sentido de legitimar o novo regime.

No centro da cidade de Itaporã, na Avenida São José, uma das mais importantes da cidade, nas ruas ainda de chão batido ocorriam os famosos desfiles escolares, dos quais o GE Antônio João Ribeiro participava intensamente. Materiais iconográficos revelam a separação das crianças por gênero, traduzida em “fila dos meninos” e “fila das meninas”, como podemos observar na imagem seguinte (figura 18).

Tais desfiles, segundo Jorge Nagle (1974), representavam uma extensão adicional realizada pela escola, no sentido de inteirar, por meio das práticas

pedagógicas, os valores e princípios da "unidade nacional" impingidos nos desígnios educacionais.

Figura 18 - Desfile 7 setembro, em Itaporã- MS, no ano 1972



Fonte: Studio Santana (1972).

O referencial de Eric Hobsbawm (1997) nos ajuda a observar estas práticas e rituais simbólicos como conjunto da tradição inventada a partir da escola primária republicana. Isto não apenas com o objetivo de regular comportamentos apresentados diariamente por professores e alunos no interior das instituições escolares, mas também como impingir valores e normas sociais, sobretudo educacionais.

Como podemos observar na figura 19, os alunos do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro participavam de tais festividades devidamente uniformizados, organizados em filas e, na foto, à frente dos alunos estão as freiras que dirigiam o GE durante a década de 60. Alguns alunos seguram as Bandeiras. A festividade apresentada nessa figura é uma cerimônia alusiva ao dia da Independência do Brasil. Assim, podemos observar a participação dos alunos do GE em atividade cívica, e constatar que a escola estava além das tarefas de ensinar leitura, escrita e cálculo, a escola também visava a propagação de valores morais e cívicos.

Figura 19 - Alunos do GE Antonio João Ribeiro hasteando a Bandeira no desfile de 7 de setembro de 1960.



Fonte: Acervo particular da irmã Sérgio Wolfart, 2014.

Estiveram à frente das atividades administrativas do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro as seguintes agentes eclesiais: 1957 a 1958 – Irmã Paulina; 1959 a 1961 – Irmã Maria Helenita; 1962 a 1964 – Irmã Sérgio Wolfart; 1965 a 1969 – Irmã Maria Auxiliadora Stein; 1970 – Irmã Sérgio Wolfart; 1971 a 1972 – Irmã Gladis.

No ano de 1973, assumiu a direção do GE o professor Matheus Favaretto Cortes, que permaneceu na direção até o ano de 1980. Em 7 de junho de 1974, o GE Antonio João Ribeiro foi elevado ao nível de 1º grau, hoje, Ensino Fundamental pelo Decreto N° 2028/74, passando a ser denominada de: Escola Estadual de 1º grau Antonio João Ribeiro.

Quadro 6 - Número de crianças matriculadas no G.E. Escola Antônio João Ribeiro em 1973

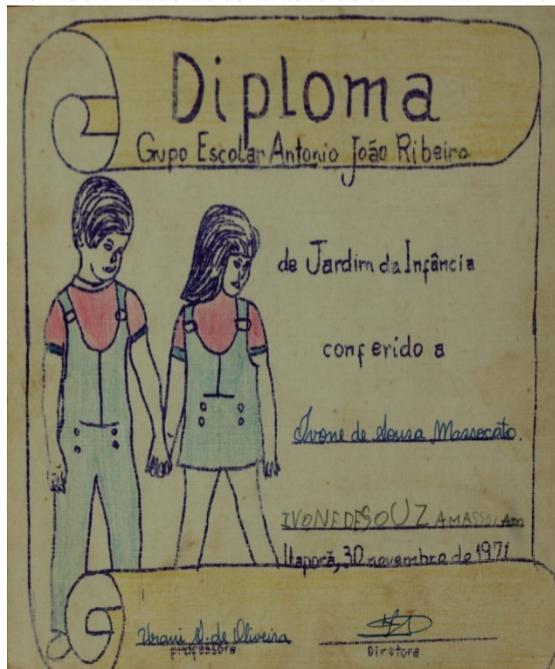
Série	Quantidade de alunos da Área Rural	Quantidade de alunos da Área Urbana
0	0	05
1	16	43
2	3	8
3	10	46
4	0	10

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Antonio João Ribeiro – Itaporã-MS.

Como podemos observar no Quadro 6, as salas de aula continham entre 10 e 59 alunos e que a maioria residia na área urbana da cidade.

Por meio de pesquisas realizadas com ex-alunos do GE, podemos constatar que a série 0 se referia ao Jardim da Infância Paroquial, que era organizado e mantido pelas freiras franciscanas e funcionava no salão de catequese da Igreja São José. Mas, por não terem documentação, os diplomas das crianças do Jardim da Infância Paroquial eram validados com o nome do GE Antonio João Ribeiro, como é possível observar no documento da Figura 20.

Figura 20 - Certificado de conclusão do Jardim de Infância, 1971



Fonte: Acervo pessoal de Ivone de Souza Massocato.

Conforme o Quadro 6, a maioria dos pais dos alunos era de trabalhadores em sítios e fazendas, agricultores, tratorista e lavradores, o que nos leva a entender que a agricultura e a pecuária era a economia predominante na cidade de Itaporã-MS nos anos de 1973. Neste sentido, em sua grande maioria, as crianças matriculadas nesta instituição eram provenientes da cidade de Itaporã, bem como de sítios e fazendas vizinhas.

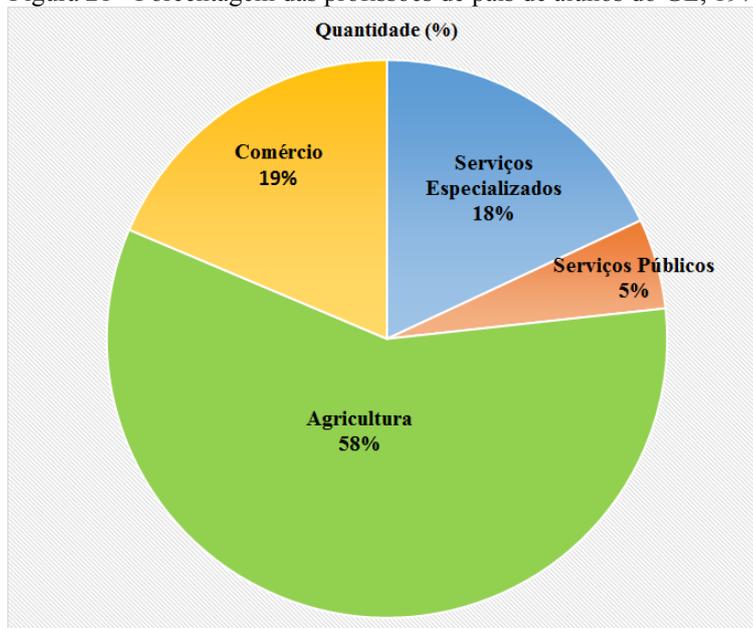
Quadro 7 - Profissão dos pais dos alunos da Escola Antonio João Ribeiro no ano de 1973

<b>Natureza</b>	<b>Local / Profissão</b>	<b>Quantidade</b>
Serviços Especializados	Escritório Central	1
	Carpintaria	1
	Borracharia	1
	Oficina	1
	Motorista de Taxi	1
	Barbearia	1
	Pedreiro	1
	Serrador	1
	Lavadeira	3
	Doméstica	4
	Serraria	8
	Motorista	8
Serviços Públicos	Delegacia de Polícia	1
	Prefeitura	1
	Posto de Saúde	1
	Funcionário Público	1
	Bancário	1
	Escriturário	2
	Hospital	2
Agricultura	Fazenda Minuário	1
	Tratorista	1
	Agricultura	1
	Fazenda Palmeiras	1
	Fazenda São Tomé	3
	Chácara	5
	Sítio	6
	Fazenda	6
	Lavrador	43
Lavoura	33	
Comércio	Posto Esso	1
	Máquina São Paulo	1
	Farmácia	1
	Casa Ponto Certo – Dourados	1
	Mercearia	2
	Nosde	2
	Casa Leite	2
	Auto Posto Itaporã	2
	Panificadora São José	2
	Comércio	5
Ambulante	13	

Fonte: Acervo da EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Observando os dados do quadro 6, percebemos que o número de pais que tinham a Agricultura declarada como profissão era de aproximadamente 58% do total de pais de alunos do GE, como podemos ver na figura 21, o que evidencia a característica predominantemente rural das atividades desempenhadas no município.

Figura 21 - Porcentagem das profissões de pais de alunos do GE, 1973



Fonte: Acervo da EE Antônio João Ribeiro, 2014.

De acordo com o Quadro 7, podemos perceber o resultado final do ano letivo no Grupo Escolar Antonio João Ribeiro no ano de 1973. Os dados nos revelam que havia um grande número de alunos reprovados no GE naquele ano.

Quadro 8 - Resultado final do ano escolar dos alunos da Escola Antonio João Ribeiro no ano de 1973.

Série	Aprovado	Reprovado	Dependência
0	0	05	
1	18	33	5
2	8	03	
3	53	02	
4	05	05	

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Antonio João Ribeiro – Itaporã-MS.

Há algumas hipóteses levantadas para justificar as dificuldades de aproveitamento dos alunos do GE, tais como o próprio processo de exame, os altos índices de repetências que pesavam sobre os alunos, a permanência de anos em uma única sala e série, gerando, muitas vezes, desmotivação e evasão escolar.

Havia também a questão da cultura local, que se baseava na ideia de que o saber ler e escrever eram suficientes para o trabalho no campo. Assim, muitos pais não valorizavam a continuidade da escolarização de seus filhos. Soma-se a isso a questão da representação que a escola - com seus hábitos, horários, hierarquia, sanções, exames e regras rigorosas - não era atraente para as crianças. Destaca-se também a falta de mão de obra nas lavouras da região, assim, os pais não enviavam seus filhos à escola, uma vez que também participavam dos serviços da lavoura. Outra possibilidade também é a de que muitos pais não se sentiam confiantes de mandar seus filhos para a escola por serem pequenos e não conseguirem caminhar longas distâncias para se chegar até as instalações dos GEs.

Desse modo, a educação rural em Itaporã, na década de 50, se constitui num contexto onde as famílias priorizavam a participação dos filhos nas lavouras e compreendiam a continuidade escolar como sendo um fato desnecessário ao homem do campo.

Como preconizava a Reforma: O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso resolve fixar normas preliminares para a implantação do Ensino de 1.º Grau através da Resolução n.º 019 de 28 de junho de 1972. O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal n.º 5692, de 11 de agosto de 1971, no seu artigo 72 e Leis Estaduais n.º 1922, de 05 de novembro de 1963 e n.º 2821 de 14 de março de 1968,

Resolve:

#### Capítulo I

Da Organização e Denominação dos Estabelecimentos de Ensino.

Art. 1.º - Passam a constituir-se em \_Ensino de 1.º Grau\_, o conjunto de 8 (séries), resultante da integração do ensino primário de 4 (quatro) anos com o ciclo ginasial.

Art. 2.º - A denominação dos Estabelecimentos do Ensino de 1.º Grau, será objeto de regulamentação especial; [...]

#### Capítulo II

Do funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino do 1.º Grau.

Art. 4.º - Os estabelecimentos de ensino definirão, nos respectivos regimentos, a sua organização administrativa, didática e disciplina, com observância das normas a serem fixadas pelo Conselho Estadual de Educação (MATO GROSSO, 1972).

Como salientava a Reforma a partir do ano de 1972, os anos letivos, independentemente do ano civil, teriam, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, excluído o tempo reservado às provas finais, caso a reforma fosse adotada. Na zona rural, a entidade mantenedora deveria organizar os prédios letivos com prescrições

de férias nas épocas de plantio e colheita de safras, conforme plano que seria aprovado pela administração do Sistema Estadual de Ensino.

[...]. Art. 13.º - Os estabelecimentos de ensino de 1.º Grau funcionarão entre os períodos letivos regulares, para além de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente, bem como, desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores, e realizar cursos especiais de natureza supletiva.

[...]. Art. 15.º - Os atuais estabelecimentos que mantenham somente o ensino primário ou o ensino ginásial poderão continuar apenas as séries que lhe correspondem, redefinidas quanto à ordenação e composição curricular, desde que se vão constituindo entidades integradas do 1.º Grau (MATO GROSSO, 1972).

Contudo, a autorização da 1ª a 4ª série só aconteceu com o decreto Nº 48/76 e assim foi implantado gradativamente o Ensino de 1º grau de 5ª a 8ª série, com autorização de funcionamento pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação e pelo Decreto Nº 754, 28 de agosto de 1984. O reconhecimento de 1ª a 8ª série foi pelo Decreto CEE Nº 1287/94/SED/CE/CVE, ratificado novamente pelo Ofício nº 36/96/NIVE/DIVE/SUAE/SED.

Com o Decreto Nº 9.104, de 12 de maio de 1998, alterou-se a denominação da escola para: Escola Estadual Antônio João Ribeiro, Rua Marcelino Lopes de Oliveira, nº 609, centro, tendo uma área de 5.600 metros quadrados, cercada com muros, com 1.000 metros quadrados, construída e distribuída com onze salas de aula, uma sala de Tecnologias, uma sala de recursos, a qual atende os alunos no período matutino e vespertino, uma sala da Direção, uma sala para a secretaria, uma sala dos professores, uma cozinha, banheiros para Corpo Docente, Discente e Deficiente físico, um pátio com uma parte coberto e uma quadra poliesportiva coberta.

Com o Decreto Nº 11.320 de 31/07/2003, deu-se a integração física da Escola Estadual de Itaporã com a unidade escolar. Ainda em 2003, iniciou a Educação de Jovens e Adultos - EJA por meio de segmentos chance.

### **3.2 O Espaço Físico**

O GE foi inaugurado em 1953 e contava com 4 salas de aula, uma secretaria, uma sala de direção, uma sala de professores, dois banheiros, sendo um feminino e

outro masculino. Em entrevista realizada com a Irmã S rgia Worfart nos relatou que em 1958 os banheiros não funcionavam por falta de água encanada. Assim, as necessidades fisiológicas de alunos, professores e demais funcionários da escola eram realizadas numa “casinha” que se localizava bem próximo às salas de aula, a “casinha” contava com dois compartimentos, sendo um para o sexo feminino e outro para o sexo masculino.

Figura 22 - Grupo Escolar Antonio João Ribeiro em 1958.



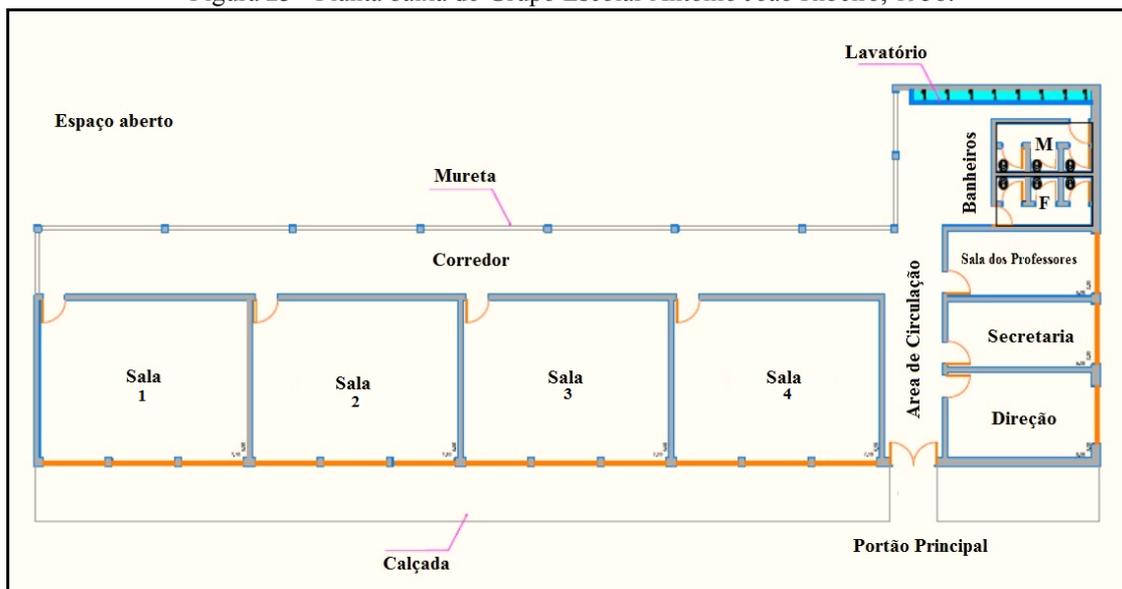
Fonte: Studio Santana (1958)

O GE tinha localiza o privilegiada, no centro da cidade, e se destacou pelo fato de representar uma nova organiza o escolar, com salas projetadas e destinadas a alunos, professores, diretores e secret rios. Era um novo modelo de escola que surgia no município de Itaporã.

Localizados no centro da cidade ou bairro, na capital ou no interior, os grupos escolares reafirmavam sua identidade pelo contraste com as casas populares, os casebres. Ao passar por eles, as pessoas sabiam a que se destinavam. Revelam percep es múltiplas de conteúdo subjetivo e significa es simbólicas (SOUZA, 1998, p. 113).

A figura 23   a planta do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro em 1958, que contava com 4 salas de aula, uma secretaria, uma sala de dire o, uma sala de professores, dois banheiros, sendo um feminino e outro masculino:

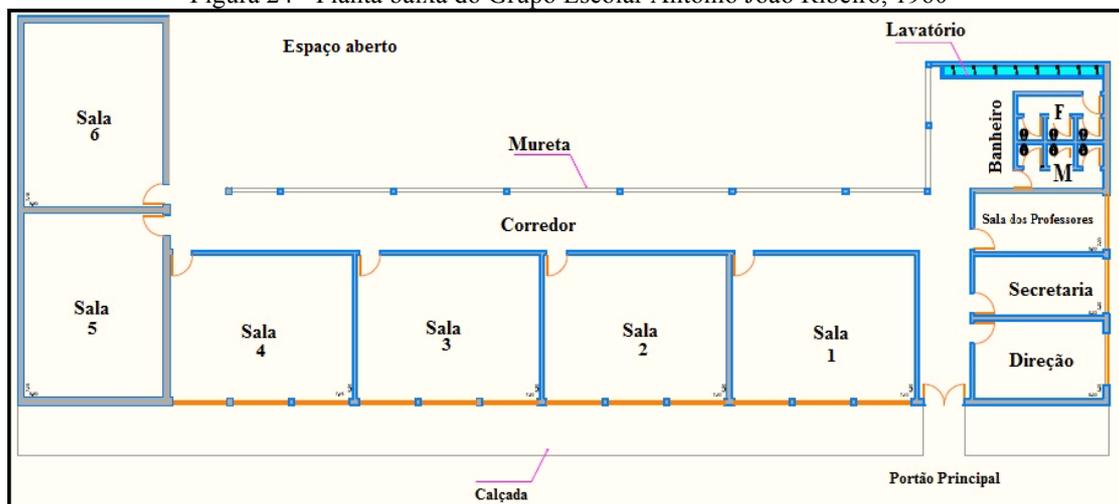
Figura 23 - Planta baixa do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, 1958.



Fonte: Depoimento de Aurêna Cordeiro, 2014. Edição: Claudiani Rodelini.

Como já foi dito, em 1960, as salas de aula do Grupo Escolar não atendiam mais a demanda de crianças e adolescentes em idade escolar, desse modo, houve a construção de mais duas salas de aula, aumentando assim o número de salas de 4 para 6, dessa maneira, a estrutura física da escola foi alterada, fato esse que pode ser observado na figura 24.

Figura 24 - Planta baixa do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, 1960



Fonte: Depoimento de Aurêna Cordeiro, 2014. Edição: Claudiani Rodelini.

As salas de aula eram mistas, mas durante o recreio o pátio da escola se dividia, ficando a parte da frente da escola reservada para as meninas e os fundos para os meninos, pois não havia muros no GE. Ainda segundo os relatos da irmã Sêrgia Worfart, havia falta de salas de aula em número suficiente, chegando a ter 40 alunos

por turma. A escola funcionava em regime de desdobramento, ou seja, havia uma turma de manhã e outra durante a tarde na mesma sala e, por vezes, em situações atribuladas, a escola chegava a existir três turnos.

O número de salas de aula construídas para o Grupo Escolar foi insuficiente para atender a toda a clientela de alunos, desta forma, existiam paralelas ao Grupo Escolar as escolas reunidas e as escolas rurais, que funcionavam muitas vezes na própria residência da professora. Esse tipo de escola é caracterizado por Faria Filho e Vidal (2000) como “escola do improvisado”.

O GE visava “civilizar e moralizar” as crianças, sendo assim, o espaço físico escolar refletia esse objetivo. O modelo de sala de aula atendia aos princípios de racionalidade e funcionalidade. Toda a projeção da sala visava os estudos e tarefas escolares. As grandes janelas permitiam a entrada de luz e ar, itens necessários para um ambiente agradável e propício às práticas educacionais. A projeção retangular da sala visava a concentração dos alunos e também o olhar do professor sobre eles.

Além das salas de aula, havia outras subdivisões do espaço escolar: sala do diretor, secretaria, sala dos professores, banheiros, corredores. Fora dos edifícios, o pátio, a “casinha”, o jardim na frente da escola e o gramado (espaço utilizado pelos alunos e professores para práticas esportivas, haja visto que a escola não dispunha de quadra esportiva). A escola não dispunha de muros, havia então uma cerca de arame que servia para impedir a entrada de animais. Na entrada da escola havia um portão principal por onde circulavam professores e diretores, por ali eram proibidas a entrada dos alunos, deste modo, estes deveriam se dirigir a uma entrada lateral.

De acordo SOUZA (1998, p. 142):

Uma certa especialidade do uso do espaço correspondia as relações de hierarquia e poder. A especialização dos espaços define exclusões, pertinências, marginalidade. São espaços onde se estabelece uma rede de relações de identidades, afetos, emoções. Assim, a sala de aula é território de alunos e professores de determinados anos e seção; a sala de professores é território docente, o gabinete da diretoria é território da autoridade.

Na fachada da escola havia a pintura do mapa do Brasil, um dos símbolos utilizados para representar a ideia de unidade nacional. A escola também tinha seus próprios símbolos, como o sino de bronze, utilizado para sinalizar os tempos de entrada

e saída das salas, o estandarte e as bandeiras: nacional, estadual e municipal, elementos utilizados nas comemorações cívicas.

### 3.3 Quadro Docente

No Livro Ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, datado de 1958, consta, entre outras coisas, os registros de eventos cívicos e reuniões. O livro foi aberto em 1958, mas foi somente em 1971 que o diretor regional de ensino, Sr. Antônio Álvares Gonçalves, em sua visita ao Grupo Escolar, legalizou e refez o termo de abertura e, posteriormente, assinou ata de abertura. Este fato indica que a escola registrava seus afazeres, mas no período entre 1958 e 1971 o diretor regional de ensino não havia visitado o GE.

Dentre os inúmeros assuntos tratados no livro de ata, iremos nos ater aqui à distribuição de classes e turnos divididos entre os professores do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro nos anos de 1958 a 1974.

Na ata do dia 1º de março de 1958 consta a distribuição de classes e turnos aos respectivos professores. A distribuição ocorreu da seguinte forma (Quadro 7):

Quadro 9 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1958.

<b>Turno da manhã</b>	<b>Turno da tarde:</b>
5º ano: Anice Rasslam	3º ano: Antônia Cordeiro Munhoz
4º ano: Maria Sérgia	2º ano: Neuza Flores
3º ano: Ercília Marsura	1º ano: Amália Freires
2º ano: Léia Moreira	1º ano: Adelina Neves
1º ano: Zenaide Rodrigues	
4º e 5º ano: Maria Helenita	
3º ano: Ercília Marsura	
2º ano: Anice Rasslam Camara, Natalia Veiga, Nair Antonia dos Reis	
1º ano: Ir Maria Verônica, Ir Maria Iracema, Orlinda Vieira, Adelina Teixeira Neves, Zenaide Rodrigues	

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Na ata do dia 1º de março de 1961 não há menção à distribuição das classes e turnos aos respectivos professores, apenas contém a informação de que a Diretora Ir. Maria Sergia Wolfart havia lido a distribuição das classes e distribuiu as mesmas às professoras, levando em consideração a capacidade de cada uma, isto porque as professoras eram consideradas leigas. Não consta nenhuma ata referente ao ano de 1962.

Na ata do mês de março de 1963, a distribuição das classes aos respectivos professores ocorreu da seguinte forma:

Quadro 10 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1963.

5º ano: Ir Otília;
4º ano : Ir Maria Evita e Luzia Nascimento;
3º ano: Iracy Michelam e Emilia Alencar;
2º ano: Izaira Marsura Pacco, Beatriz Matoso, Ir Iracema, Edir Souza Coelho e Florinda Pereira Leite;
1º ano: Maria Feijó, Edénir , Aurena, Aparecida Moreira, Cristina Lopes, Maria Timira, Anunciata Frazilio da Silva;

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Na ata do dia 28 de fevereiro de 1964, é descrita a distribuição das classes aos professores da seguinte forma:

Quadro 11 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1964.

5º ano: Ir Otília;
4º ano: Ir Maria Evita e Luzia Nascimento;
3º ano: Iracy Michelam e Emilia Alencar;
2º ano: Florinda Leite, Izaira Marsura Pacco, Zenaide Rodrigues e Maria Feijó;
1º ano: Cor-Maria Anunciação, Maria Timira Borba, Anunciata Frazili, Maria Socorro de Souza, Cristina Lopes, Beatriz Matoso, Lourdes Nonato e Maria Aparecida Moreira.

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Não há ata de distribuição de classes e turnos aos professores no ano de 1965, como ocorrera anteriormente no ano de 1959. Na ata do dia 28 de fevereiro de 1966 foi realizada a distribuição de classes a cada professor.

Irmã Maria Auxiliadora, que também desenvolvia a função de Diretora, auxiliou no 5º ano em algumas matérias. Fato inusitado acontece no ano de 1966, ano em que algumas classes passaram a ser divididas por gênero, isso porque a escola já contava com número necessário para a criação de salas com essa divisão e não mais mistas. A professora Lourdes Conceição Nonato auxiliaria no 5º ano em algumas matérias, como descrito no quadro seguinte.

Quadro 12 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1966.

<b>Gênero masculino</b>	<b>Gênero Feminino</b>	<b>Misto</b>
João Guerino, professor do 4º ano masculino;	Telma D'Alves, 3º ano feminino;	Luzia Nascimento, professora do 4º ano feminino e 2º masculino;
Maria Nadir dos Reis, professora do 3º ano masculino;	Maria Aparecida Junqueira, professora do 2º ano feminino;	Izabel de Alencar, professora do 3º ano misto;
Rosemeire Aparecida Castilho, professora do 2º ano masculino;		Maria Emilia Vieira Batista, professora do 3º ano misto;
		Maria Feijó, professora do 2º ano misto;
		Clovis Aleixo Alegria, professor do 2º ano misto;
		Maria do Socorro Souza, professora do 2º ano misto;
		Anunciata Frazilio, professora do 1º ano misto;
		Maria Adelfina Pinheiro, professora do 1º ano misto;
		Cacilda Granja Garcia, professora do 1º ano misto;
		Cristina Lopes, professora do 1º ano misto;
		Mercedes Hernandez Torres, 1º ano misto;
		Maria Aparecida Moreira, 1º ano misto.

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Na ata do dia 02 de março de 1967 é relatada a realização da distribuição de classes aos seguintes professores:

Quadro 13 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1967

1º ano: Urani Simplício, Anunciata Frazilio, Cacilda Granja Garcia, Cristina Lopes de Souza, Mercedes Hernando, Rosemeire Castilho, Maria Emilia Vieira.
2º ano: Maria Feijó Sampaio, Luiza Nogueira do Amaral, Maria Socorro de Souza, Clovis Aleixo Alegria, Maria Aparecida Junqueira,.
3º ano: Florinda P. Leite, Maria Jose de Souza, Maria Adelfina Pinheiro.
4º ano: Maria Perpetuo S.A. Carneiro, Thelma D'Alves, Maria Nadir dos Reis.
5º ano: Luzia Nascimento.

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

No ano de 1967, ocorreu a posse da professora normalista Conceição Nonato, que ficou responsável pela classe do primeiro ano do segundo período. Não há ata de distribuição de classes e turnos aos professores no ano de 1968.

Na ata do dia 27 de fevereiro de 1969 consta a distribuição de classes e os turnos aos professores. A distribuição ocorre da seguinte forma:

Quadro 14 - Distribuição de classes e turnos entre os professores, 1969

<b>Turno da manhã</b>	<b>Turno da tarde</b>	<b>Meio turno</b>
5º ano: Antonio Bini	4º ano: Urani Simplício, Luzia Nascimento e Rosimeire Aparecida Castilho.	2º ano: Florinda S. Leite
4º ano: Maria Nadir dos Reis e Telma D'Alves	3º ano: Ivone M. Fernandes e Maria Delfina Pinheiro.	1º ano: Anunciação Frazílio e Cristina Lopez Souza.
3º ano: Antonia Alais Nogueira.	2º ano: Maria Aparecida J.	
2º ano: Maria Feijó Sampaio e Luiza Nogueira do Amaral.	1º ano: Nilcéia Maria Pacco, Ilderci Michelin e Edna	
1º ano: Maria José Bezerra e Alice Imai.	1º ano: Adelina Neves	

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

De acordo com a ata do dia 27 de fevereiro de 1969, O Grupo Escolar passava por reforma, assim, as salas de aulas funcionaram no salão paroquial, no clube social, na casa das irmãs em regime de 3 turnos, sendo o primeiro turno das 7:00 às 10:30, o segundo turno das 10:30 às 13:30, e o terceiro turno das 13:30 às 17:30. Não há ata referente à distribuição de classes e turnos aos professores no ano de 1970, 1971 e 1972.

Na ata do dia 13 de fevereiro de 1973, há o registro da distribuição de classes e os turnos aos seguintes professores:

Quadro 15 - Distribuição dos turnos entre os professores, 1973.

<b>Turno da manhã</b>	<b>Turno da tarde</b>
4º ano: Sonia Brum de Mattos e Antonia Alais Nogueira.	4º ano: Antonia Alais Nogueira
3º ano: Maria José Bezerra Gonela, licenciada por motivo de gestação, apresentou como substituta Izabel Ferreira da Cruz, que durante 90 dias ira substituí-la.	3º ano: Maria José Bezerra Gonela , licenciada por motivo de gestação, apresentou como substituta Izabel Ferreira da Cruz, que durante 90 dias ira substituí-la. E Maria Ivete Fernandes.
2º ano: Marli Porto de Alcantara	2º ano: Cleonice Messias dos Anjos.
1º ano: Dinorah de Lourdes Fabro e Carmem Hiroko Eny	1º ano: Dinorah de Lourdes Fabro e Sônia Brum

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Na ata do dia 23 de fevereiro de 1974, conforme quadro 14, ocorreu a distribuição de classes e os turnos aos seguintes professores:

Quadro 16 - Distribuição dos turnos entre os professores.

<b>Turno da manhã</b>	<b>Turno da tarde</b>
4º ano: Antonia Alais Nogueira	4º ano: Antonia Alais Nogueira
3º ano: Maria José Bezerra Gonela	3º ano: Maria José Bezerra Gonela e Izabel Ferreira da Cruz.
2º ano: Dinorah de Lourdes Fabro	2º ano: Cleonice Messias dos Anjos e Conceição Nonato Lopes
1º ano: Idenor Soares da Silva e Conceição Nonato Lopez	1º ano: Eva Lourenço da Silva

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Analisando o Livro Ata do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1958 a 1974), observei que o exercício da função do magistério foi exercido, em sua grande maioria, pelo sexo feminino. Fato esse que justifica o motivo pelo qual entre as décadas de 50 e 70 o exercício da função do magistério, no Grupo Escolar Antonio João Ribeiro foi exercido quase que exclusivamente por mulheres. As práticas docentes eram impregnadas de representações sociais sobre a identidade da mulher/mãe/professora.

De acordo com Izaira Marsura Pacco (entrevista realizada em 20/01/2014), ex-professora do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, a mulher perante o marido e a sociedade poderia trabalhar, desde que em tarefas que representassem o prolongamento do seu trabalho doméstico. Ainda segundo a entrevistada, nos idos de 1950 e 1960 em Itaporã-MT, a esposa dependia da autorização do pai ou do marido para trabalhar fora do lar. Seguindo essa representação da figura da mulher mãe de família, a única profissão que as mulheres “decentes” podiam ter era o ofício do magistério, as professoras desse período tinham que ser mulheres de “boa conduta”, seus trajés eram sérios, não havia decotes e as saias eram abaixo do joelho, cabelos obedecendo ao padrão que a sociedade estabelecia.

A maioria das professoras do GE não possuía nenhuma formação para o exercício do magistério. A escola representava a extensão do lar. A professora era considerada mãe e os alunos filhos. Foi somente na metade do século XX que as exigências educacionais para atender aos interesses econômicos resultaram na discussão sobre a educação. Neste sentido, surgiram reformas, entre as quais se destaca a Reforma

Capanema (1942-1946), que representou a preocupação com o Ensino Primário e com as Escolas Normais, cujos princípios acabaram por nortear a formação de professores para o ensino primário.

Rosa Fátima (1998) afirma que no início da implantação dos grupos escolares no país, eles se tornaram mais atrativos ao profissional docente por oferecerem melhores salários e melhores condições de trabalho; além disso, eram considerados escolas de qualidade e de grande prestígio social que se estendiam ao corpo docente.

Por estarem localizados nos centros urbanos, eram ainda mais atrativos que as escolas isoladas, e ainda, para muitos professores, especialmente as mulheres, trabalhar no grupo escolar significava o máximo de ascensão na carreira do magistério (SOUZA, 1998, p. 73).

Entretanto, sobre a mulher no cenário da docência, Enguita (1991) afirma que a feminização do magistério é um dos elementos que contribuem para a desvalorização da profissão docente. A premissa que subsidia tal afirmação é a de que o trabalho feminino é historicamente desvalorizado e que o ingresso de mulheres no magistério teria estimulado tal processo. Segundo Enguita (1991), o fenômeno ocorre porque as profissões de professora têm uma predominância do sexo feminino. Assim, ao longo do tempo a opressão sofrida pelas mulheres fez com que também o trabalho desempenhado por elas fosse considerado inferior.

Para a contratação das professoras no GE, era exigido um atestado de conduta que constasse que nada desabone a conduta da professora. Esse documento era emitido pela Secretaria de Segurança Pública e passava pela delegacia de polícia do município de Itaporã. O documento era assinado pelo escrivão de polícia e pelo delegado de polícia do município, como consta na figura 25:

Figura 25 - Atestado de conduta.

ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA de Policia de Itapora, Est. de Mato Grosso

125-

**ATESTADO DE CONDUTA**

N.º 16 / 70

ATESTO, para que produzam os devidos e legais efeitos, que nos Arquivos desta Delegacia de Policia nada consta que desabone a conduta de EDNA MARTA DE ALMEIDA PELEGRINI

Nome

Residência em rua das Varzeas Grãdas, s/n, Itapora, Mato Grosso

Nacionalidade

Casada com Abdala José de Almeida

Estado Civil Idade Profissão Filiação

Mãe Jandira Bento de Almeida

Residente em Itapora, Est. de Mato Grosso

O referido é verdade e dou fé.

Delegacia de Policia em 08 de junho de 1970

VISTO

em 08 de junho de 1970

Daniel Amador  
Delegado de Policia

Fabio Moura  
Escrivão de Policia

DELEGACIA DE POLICIA DE ITAPORA  
EST. MATO GROSSO

206 - Pagou a Taxa do Serviço Estadual, conforme Guia de Recolhimento N.º 004533

no valor de NCr. \$ 2,00 (dois cruzeiros)

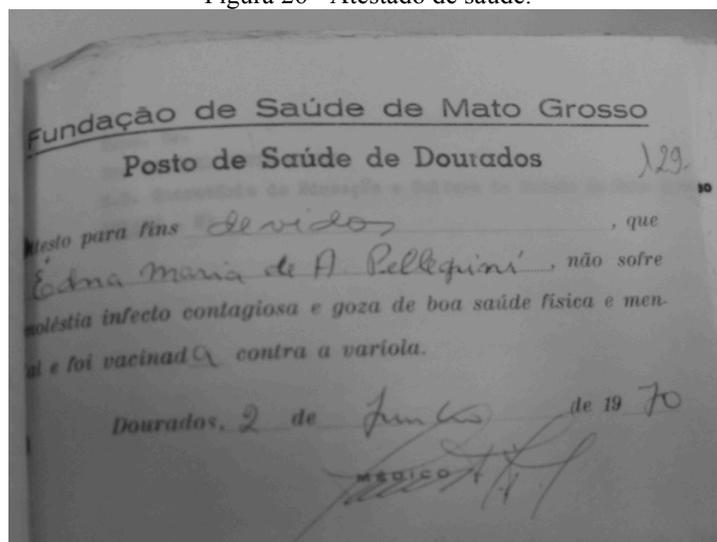
na Recemat local, datada de 08 de junho de 1970

SSP - DEL - MOD. 73

Fonte: Acervo particular de ex-professores e ex-alunos e no Centro de Documentação Regional da UFGD, 2013.

Para que houvesse a contratação da professora, também era necessário um atestado médico que constasse que a professora gozava de boa saúde, conforme a Figura 26.

Figura 26 - Atestado de saúde.



Fonte: Acervo particular de ex-professores e ex-alunos e no Centro de Documentação Regional da UFGD, 2013.

Passados mais de 40 anos, constatamos que prática similar a esta ainda hoje é utilizada pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul para contratação, uma vez que ainda é requerido da professora um atestado médico comprovando que a mesma goza de boa saúde para que a contratação da mesma se efetive.

### 3.4 Quadro Discente

Como já dissemos anteriormente, o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro foi criado no ano de 1953, mas só foi efetivamente ocupado pelos alunos no segundo semestre de 1955. Ao ser instalado, o Grupo Escolar inaugurava um novo momento para o ensino público da cidade de Itaporã, uma vez que, a oferta educacional, até aquela época, vinha quase exclusivamente das escolas isoladas. Com a implantação dos GEs, uma nova organização escolar passou ser instaurada.

As crianças que até então estudavam nas escolas isoladas e tinham um ensino e atendimento individualizado da professora, passaram a contar com um ensino homogeneizado, no qual todos estudavam a mesma matéria ao mesmo tempo. A padronização, os novos métodos os novos procedimentos dos Grupos Escolares objetivavam modernas maneiras de se avaliar.

Conforme Silva (2006), o horário que antes atendia as suas necessidades - não interferindo nos afazeres domésticos, nem nos trabalhos, entre outros - passou a ser inflexível, com regras, determinações e punições, para que fosse realmente cumprido. A cadência do dia tornou-se marcada pelos horários das aulas e pelos procedimentos diários que se transformaram em rotina escolar, como a chamada, o canto, a fila, etc.

No Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, as crianças aprendiam, além das habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo, noções de civilidade, urbanidade, ordem, disciplina, moral, civismo e ensino religioso. No Livro de Crônicas da Escola Santo Antônio (1958), as Irmãs Franciscanas que administravam a escola em 1958 referem-se às crianças como “almas”, havendo assim a representação de que as crianças eram o princípio vital da escola.

De acordo com o que consta no Livro Ata do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: década de 1950, no dia 21 de abril de 1958, no pátio do GE, ocorreu uma reunião entre o corpo docente e discente. Antes de iniciar a reunião, os alunos entoaram o Hino Nacional junto com as professoras. Logo após, uma aluna do 5º ano declamou uma poesia, e em seguida cantaram o Hino a Tiradentes. Houve ainda poesias declamadas pelas alunas do 4º, 3º, 2º, e 1º ano, todas as homenagens exaltavam Tiradentes o “Mártir da Independência”.

As crianças frequentam um lugar de destaque nas cerimônias de exaltação à Pátria. O aluno caracterizava-se como a alma da escola. As crianças que ocupavam o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro eram oriundas dos distintos segmentos sociais. Os depoimentos orais de ex-alunos nos dão conta de que muitos advinham das fazendas ou sítios. Fato lamentável é que, até o momento, não dispomos de dados estatísticos que justifiquem tal afirmativa.

As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas”, escrito em 1988 e publicado em 1990, que o regime republicano, ao privar o direito de voto aos não alfabetizados, colocou o ensino em posição privilegiada, sobretudo em relação à constituição do direito político dos cidadãos brasileiros: “Ser cidadão, com determinados direitos [...] significava também cumprir obrigações e estar de acordo com valores ditados pelo poder constituído, sendo que estas normas estabelecidas integravam uma das aprendizagens fundamentais para o aluno (BITENCOURT, 1997, p. 165).

A escola e a cidade em suas dimensões históricas representavam, sobretudo, a municipalidade, os estados, a nação que era pautada na cidadania, civilidade, civismo, higienização e progresso. Assim, a elite política e econômica da cidade tratou de se mobilizar para levar a efeito o projeto de modernização a partir do ensino. As festas cívicas ou exposições escolares promovidas pelo município manifestavam acordos entre políticos, escola primária e o regime republicano, e deviam ser guiados pelos valores cívicos e patrióticos.

A escola, mesmo com seu caráter sério, era um espaço de lazer, de atividades lúdicas, brincadeiras e de crianças sorridentes. Segundo relatos de ex-alunos, as professoras do GE brincavam de queimada junto com seus alunos durante os recreios, fato esse que nos leva a identificar uma boa interação entre professores e alunos.

De acordo com a Irmã Maria Sérgia Wolfart, havia uma séria preocupação por parte das professoras com o fato da evasão escolar. Também era um fator preocupante a falta de compromisso dos pais em encaminhar seus filhos para a escola. Segundo a irmã, foi instituído um caixa escolar com o objetivo de adquirir roupas, sapatos, materiais escolares para as crianças menos favorecidas, estimulando assim a sua ida à escola. A criança incorporada ao sistema escolar era submetida ao controle social por parte da instituição - que controlava matrículas, faltas, comportamentos e notas. Isso talvez justifique o fato de que havia no Livro de Registros de Diplomas (1955) do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, nos anos de 1955 a 1959, atas apontando a classificação dos alunos em 1º lugar, 2º lugar e assim sucessivamente até o 10º lugar. Ficavam registrados o nomes desses alunos em ata. Os nomes e aproveitamento nas disciplinas dos outros alunos não eram citados.

### **3.5 Rendimento Escolar**

A fonte para análise de dados referentes ao rendimento escolar dos Alunos do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, no período de 1955 e 1959, foi o livro de registro de diplomas. Consta no referido livro somente os alunos aprovados e diplomados, assim, não se tem informação do número de alunos por turmas, tampouco é possível saber o nível de aproveitamento dos demais alunos.

Em 1959 ocorreu uma mudança na forma de preenchimento do livro, pela qual o registro passou a ser por ano, considerando o nome do professor, nome dos alunos, as disciplinas cursadas pelo alunado e o nível de aproveitamento.

De acordo com Brazil (2012), o modelo de ensino implantado pelos Grupos Escolares dispunha de inovações pedagógicas no que se refere ao aproveitamento. Os rendimentos “aprovado” ou “reprovado” imprimiam efeitos impressionantes entre alunos e pais de alunos, sobretudo quanto à rigidez e a exigência.

Em 1959, o 4º ano do GE tinha 26 alunos matriculados, dos quais 13 eram do sexo feminino e 13 eram do sexo masculino. De acordo com o resultado final, houve 100% de aproveitamento dos alunos. O fato interessante é que as turmas eram mistas, mas a lista de aproveitamento se faz dividida por sexo. Ainda em 1959, o 5º ano contava apenas com 4 alunas do sexo feminino matriculadas, havendo assim 100% de aproveitamento. Conforme as tabelas 4 e 5:

Quadro 17 - Rendimento Escolar – Turma 4º Ano (1959)

RESULTADOS FINAIS DO 4º ANO – 1959												
PROFESSORA: IRMÃ MARIA HELENITA <sup>10</sup>												
	Religião	Portug.	Matem.	Desenho	História	Geograf.	Ciências	M. Geral	Cond.	Aplic	Ordem	
Ademir Cardoso Oram	95	65	60	50	90	85	90	76	100	70	100	Aprovado
Albertino Mariano Vieira	85	65	60	70	95	90	85	78	90	100	100	Aprovado
Cantero Misse	100	70	80	70	50	85	90	78	100	85	100	Aprovado
Danubio Rosa	75	70	50	50	65	60	65	62	90	65	95	Aprovado
Everaldo José de Souza	25	55	70	50	90	80	85	73	80	80	100	Aprovado
Jorge Yamada	100	70	55	90	60	90	75	77	100	85	100	Aprovado
João Hadenes Garcia	75	75	60	75	75	70	70	71	100	75	90	Aprovado
José Ferreira	60	55	60	60	95	75	85	70	100	80	60	Aprovado
Lindolfo Misse	85	55	85	60	70	65	65	69	100	80	55	Aprovado
Nelson Nishimura	95	65	70	75	65	80	95	77	100	75	100	Aprovado
Rubens Morais Dantas	85	55	60	70	90	90	70	74	100	85	70	Aprovado
Feverino Alcantra Parto	90	60	60	85	90	80	85	78	95	80	100	Aprovado

<sup>10</sup> Como é notório, há uma predominância do nome da Irmã Elenita nas informações sobre as turmas. Isso se deu pelo fato de termos analisado apenas as séries finais do Grupo Escolar de 1959 a 1963, e no período descrito, a professora era a responsável pela série final (5º ano).

Wanderley Pereira do Lago	100	80	75	95	95	100	90	90	100	95	100	Aprovado
Amélia Fuzie Faguti	80	65	90	70	70	65	75	75	100	85		Aprovado
Carmem Tetsugo Taguti	90	70	50	50	50	55	80	62	100	60	100	Aprovado
Francisca Lima	90	65	50	50	90	90	90	75	95	80	100	Aprovado
Florinda Pereira Leite	95	60	55	75	85	70	90	74	100	75	100	Aprovado
Cleuza Domingues Reigota	95	85	75	100	90	85	90	88	100	96	100	Aprovado
Ivanil Simplicio	100	50	60	60	75	70	90	70	100	75	100	Aprovado
Lidia Pereira de Azevedo	100	75	50	70	85	85	80	77	100	80	100	Aprovado
Maria Madalena Marques	95	75	50	100	65	50	75	72	100	75	100	Aprovado
Maria José Gomes	100	80	65	50	95	85	90	80	100	85	90	Aprovado
Marina Fuzuki	90	75	60	60	85	75	80	75	100	85	100	Aprovado
Rosa Gomes	100	65	50	80	70	75	75	73	100	80	90	Aprovado
Valdenia Nogueira	100	55	60	70	80	90	50	59	100	70	100	Aprovado
Giselda Coelho de Moura	90	60	50	50	65	70	80	66	100	65	100	Aprovado

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Quadro 18 - Rendimento Escolar – Turma 5º Ano (1959)

<b>RESULTADOS FINAIS DO 5º ANO – 1959</b>													
<b>PROFESSORA: IRMÃ MARIA HELENITA</b>													
	Religião	Portug.	Matem.	Desenho	História	Geograf.	Ciências	M. Geral	Cond.	Aplic	Ordem		
Edelvanita V. de Almêda	60	55	60	75	80	50	-	63	100	80	100	Aprovado	
Iolanda Fujii	70	50	90	50	70	60	-	65	90	80	100	Aprovado	
Maria de Lourdes Castro	90	75	90	100	95	80	-	90	100	100	100	Aprovado	
Raimunda Belarindo	95	65	90	100	95	80	-	87	100	95	100	Aprovado	

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

No ano de 1960, o 4º ano tinha 31 alunos, deles 15 eram do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Houve a reprovação de 3 alunos, sendo todos eles do sexo masculino, o fato que me inquietou foi que os quatro meninos reprovaram quase exclusivamente nas mesmas disciplinas (português e matemática). Outro fato relevante é que os comportamentos dos meninos considerados impróprios, muitas vezes utilizados

para justificar a reprovação, neste caso fogem à regra, já que os alunos reprovados têm ótimas notas de conduta e ordem. Em linhas gerais, a documentação aponta que houve um aproveitamento considerável dos alunos, permitindo assim o ingresso destes nas séries seguintes.

Quadro 19 - Rendimento Escolar – Turma 4º Ano, 1960

RESULTADOS FINAIS DO 4º ANO – 1960													
IRMÃ MARIA HELENITA													
	Religião	Portug.	Matem.	História	Geograf.	Ciências	Desenho	Trab. M	M. Geral	Conduta	Aplic	Ordem	
Arildo Bernardes da Silva	80	45	35	-	60	55	50	40	45	90	50	70	Reprovado
Gilberto Martins	50	15	20	65	55	30	70	50	44	100	50	90	Reprovado
Heverso José de Souza	60	40	30	-	-	-	50	70	-	90	-	-	Reprovado
Isaqueu Pereira de Azevedo	-	60	30	-	55	70	50	50	39	90	50	70	Reprovado
José Yamada	100	60	60	70	50	60	100	100	75	95	75	100	Aprovado
Katsuki Fujii	70	50	70	80	55	50	90	100	70	95	70	100	Aprovado
Luiz Vanini Dutra	100	85	70	100	80	90	90	90	88	65	80	95	Aprovado
Marcos Nunes de Almeida	100	75	75	100	95	90	85	100	90	85	90	100	Aprovado
Pedro Minoru Sado	100	80	80	80	75	80	90	100	85	100	90	100	Aprovado
Olivar Joaquim Corrêa	100	75	90	95	90	80	80	100	88,7	80	95	100	Aprovado
Rubens Alencar de Souza	80	55	70	100	80	65	100	100	81	90	80	100	Aprovado
Vilson Pires Gonçalves	70	60	50	70	50	70	95	95	64	90	60	100	Aprovado
Valter Cardoso Nunes	80	70	55	80	80	55	50	90	70	100	80	80	Aprovado
Wilson Granja	70	70	65	70	80	95	50	80	72	95	80	100	Aprovado
Braz Salino Leite	80	60	60	80	80	90	60	100	76	100	100	100	Aprovado
Alice Imai	80	60	80	80	70	50	55	100	71	100	80	90	Aprovado
Clarinda Ferreira dos Reis	90	65	60	70	75	60	100	100	77	100	70	100	Aprovado
Odalva Maria da Catecismo	80	45	35	15	50	50	50	20	39	80	30	50	Reprovado
Julia Tararo Weder	75	60	65	70	55	80	70	100	71	100	78	100	Aprovado
Madalena Muramoto	75	60	90	90	70	70	100	100	81	100	85	100	Aprovado
Olivia	90	60	60	70	70	60	80	80	71	90	75	100	Aprovado

Novais Dantas													
Marlei Porto	-	65	55	90	60	90	80	90	75	90	80	100	Aprovado
Maria Emindo Emilia Vieira	80	45	35	-	40	70	40	100	50	90	50	100	Reprovado
Nilcéia Maria Pacco	100	85	70	90	100	90	90	100	90,6	95	97	100	Aprovado
Rosalva Maria da Silva	100	75	55	75	70	70	90	50	73	100	80	100	Aprovado
Silda Porto	-	60	70	90	80	90	90	90	82	90	85	100	Aprovado
Shirley Porto	-	70	50	80	100	85	90	90	80	90	90	100	Aprovado
Salvani Simplício	90	70	60	90	70	60	80	100	77	100	80	100	Aprovado
Telma de Oliveira Alves	100	80	80	85	100	90	70	100	88	95	90	100	Aprovado
Teresinha Batista	70	35	30	-	50	60	90	45	47	90	30	50	Reprovado
Valdeci Fanine	80	70	70	90	80	90	80	100	82	100	80	100	Aprovado

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Com relação ao ano de 1961, a documentação analisada permite afirmar que havia 17 alunos matriculados no 5º ano, sendo 8 deles do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Naquele ano, a documentação aponta um equilíbrio entre ambos os sexos matriculados. A documentação não contempla o quesito aprovado ou reprovado, bem como não há na documentação a nota do quesito ordem. Neste sentido, não foi possível identificar o aproveitamento de 1961. Destaca-se que os alunos apresentavam um rendimento escolar nas disciplinas de desenho e trabalhos manuais, conforme a Tabela 18.

Quadro 20 - Rendimento Escolar – Turma 5º Ano, 1961

RESULTADOS FINAIS DO 5º ANO – 1961													
IRMÃ MARIA HELENITA													
	Religião	Portug.	Matem.	História	Geograf.	Ciências	Desenho	Trab. M	M. Geral	Conduta	Aplic	Ordem	
Alice Imai	60	63	50	50	67	80	100	100	73	90	66	-	
Clarinda Ferreira dos Reis	95	68	69	55	80	75	90	100	80	85	76	-	
Tuderce Nichelan	80	87	70	90	90	90	100	100	89	80	88	-	
Júlia Takacho Ueda	68	63	79	65	79	80	100	100	79	90	74	-	
Narly Porto	-	80	63	60	82	65	95	100	79	90	72	-	
Nilce Braga de Oliveira	63	64	50	48	60	95	100	100	73	80	66	-	

Rosa Gomes de Souza	95	85	80	82	95	100	100	86	90	81	-	-	
Silda Porto	-	58	64	73	75	75	95	100	78	90	71	-	
Shirley Porto	-	50	60	80	85	50	100	100	77	90	70	-	
Ademir Aleixo Alegria	45	52	57	90	80	55	90	90	72	65	69	-	
Dorival Jesus da Silva	55	56	73	80	87	70	100	100	76	90	72	-	
Jose Yamada	70	53	57	48	67	60	100	100	70	70	60	-	
Luiz Vanini Dutra	45	53	60	80	83	80	100	90	72	70	69	-	
Marcos Nunes de Almeida	65	75	86	82	90	80	80	100	83	50	83	-	
Olívio Novais Dantas	50	60	66	90	67	60	85	60	65	75	65	-	
Pedro Minoro Sado	65	77	57	63	71	70	100	100	77	80	71	-	
Sebastião Guzeloto	90	75	72	80	60	75	60	100	81	90	73	-	

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Em 1961, o 4º ano tinha 22 alunos matriculados, sendo 14 do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Neste sentido, há uma predominância do sexo feminino sobre o masculino. Observa-se também que a documentação não contempla o quesito aprovado ou reprovado. Da mesma forma que no 5º ano, não identificamos o aproveitamento.

Quadro 21 - Rendimento Escolar – Turma 4º Ano, 1961

<b>RESULTADOS FINAIS DO 4º ANO – 1961</b>												
<b>PROFESSORA: IRMÃ MARIA HELENITA</b>												
	Religião	Portug.	Matem.	História	Geograf.	Ciências	Desenho	Trab. M	M. Geral	Conduta	Aplic	
Arnaldo Marques	-	55	56	85	71	68	95	60	70	-	-	
Dorvail Menani	50	60	62	50	52	59	52	60	54	100	60	
Edilson Araujo Bezerra	50	60	52	50	52	90	60	100	63,2	100	65	
Francisco Yamada	80	82	58	50	55	65	100	100	71	100	80	
Heverso José de Souza	70	60	71	80	75	90	60	50	70	80	70	
Isaias Domingues	100	75	83	70	65	85	70	100	84	100	90	
Manuel Galdino da Silva	80	52	52	55	75	95	60	60	65,5	100	70	
Manuel Gomes Cabral	55	61	71	90	55	80	50	50	66	90	70	
Aglâê Granja	80	80	65	90	73	95	100	100	83	100	95	
Antonia Thais Nogueira	100	75	76	100	68	75	80	100	83	83	100	
Jailda Ferreira da	80	80	78	100	88	100	100	100	90,1	100	100	

Costa												
Leonide Garicia	100	60	60	90	51	60	80	100	76	100	80	
Maria da Lima	80	60	52	90	56	70	70	70	68	100	70	
Maria Muraoka	95	50	58	50	51	70	80	100	68	100	70	
Maria José Bezerra	100	83	85	100	74	87	100	100	92	100	100	
Maria Emília Vieira	80	55	90	90	55	80	100	100	80	100	90	
Maria Inez Araujo Leite	90	83	85	100	81	90	50	70	81	100	95	
Naila de Oliveira Alves	100	88	55	95	75	92	90	100	86	100	100	
Veralucia Marques Feitosa	80	79	75	100	50	70	80	95	79	100	100	
Jacira Gonçalves	90	53	55	90	53	85	70	50	64	100	70	
Marlene Porto	-	76	85	95	88	100	90	85	85,5	100	100	
Leonilda	-	50	52	60	50	55	-	-	54	-	-	

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Em 1963, o 5º ano tinha no início do ano escolar 14 alunos matriculados, sendo 8 do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Neste registro, assim como nos demais, não foi possível identificar o aproveitamento dos alunos, haja vista que a documentação não contempla o quesito aprovado ou reprovado. Ainda sobre a análise, no quadro elaborado sobre a turma do 5º ano, em 1963, apenas a aluna Marilene Antunes de Souza, possui uma nota na disciplina de Educação Moral. Os registros não trazem informações dos demais alunos nesta disciplina.

Quadro 22 - Rendimento Escolar – Turma 5º Ano, 1963

<b>RESULTADOS DOS EXAMES FINAIS DO 5º ANO – 1963</b>									
<b>PROFESSORA: MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES ORTIZ</b>									
	Religião	Orit	Portug.	História	Geograf.	Desenho	Ed. M.	M. Geral	
Antonio Enis Nonato	80	50	50	70	80	-	-	66	
Aparecido Oliveira	85	50	50	70	80	85	-	70	
Dionel	70	50	60	50	50	70	-	58,3	
Nereu Fonseca (Res de junho p/q saiu)	75	47	60	80	65	85	-	69	
Inácio Nunes (Res de j. p/ saiu)	55	65	55	50	80	100	-	67	
Valdemiro Cardoso Nunes	Nao tem								
Ugildo Menani	85	50	73	60	50	70	-	65	

Arlete Correa	60	65	32	40	55	65	-	53
Cleunice Messias	90	52	83	70	70	100	-	78
Jedália Silveira	100	55	80	96	90	100	-	87
Marilene Antunes de Souza	90	70	60	90	80	60	80	75
Maria Aparecida Morcira	80	65	79	80	85	100	-	84
Marcia Cristina Nonato	90	52	85	50	70	100	-	75
Maria Desolanta	100	70	75	80	80	90	-	83
Valdelice Zanini	90	65	51	50	60	90	-	68

Fonte: Livro ata do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro (1958 a 1971). Acervo: EE Antônio João Ribeiro, 2014.

Em linhas gerais, os dados referentes aos alunos do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, conforme foram detalhados nos quadros analisados de 1959 a 1963, apontam que havia um bom nível de aproveitamento das disciplinas ofertadas aos alunos. Cabe ainda ressaltar que as turmas do 4º e 5º anos eram compostas por um número reduzido de alunos.

Podemos ainda atribuir o bom aproveitamento das disciplinas à rigidez disciplinar; à credibilidade que a comunidade tinha na escola; à competência da direção e dos professores, os quais estavam sempre comprometidos com a educação. Somando-se a isso, existe o fato da escola representar: o saber, o desenvolvimento, a civilidade e o progresso. Com base nisso, pode-se afirmar que há uma relevância dos GEs no processo escolar de meninas e meninos na cidade de Itaporã nas décadas 50 e 60.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, meu olhar voltou-se para a cidade de Itaporã, local de atuação do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro. Como pode ser percebido no decorrer desta dissertação, o Grupo passou pela fase da Escola Reunidas e alcançou a elevação a Grupo Escolar. Durante as análises, foi possível observar a relação existente entre o particular (O Grupo Escolar Antonio João Ribeiro) e o geral (A Escola Republicana Brasileira). Foi possível também compreender a importância desta instituição para a cidade de Itaporã. Neste sentido, foi uma instituição que contribuiu para a escolarização e construção cultural, sendo a escola a base propagadora da tão discursada modernidade.

Entretanto, através de um diálogo proposto entre a história da instituição e a sociedade, foi possível identificar os interesses políticos, religiosos e econômicos que interferiram diretamente no setor educacional itaporaense. As discussões mostraram que a implantação da “nova” escola republicana universal - laica, gratuita, com modernos espaços, métodos pedagógicos e mobiliários didáticos -, que representava algo inovador para o ensino e para a sociedade. Referenciando-se ao modelo de escola rural padrão do sul de Mato Grosso para o período, não aconteceu de maneira rápida e fácil, assim como imaginavam os governantes locais. Nesse sentido, pudemos notar que não era uma tarefa simples colocar em prática todos os discursos, projetos e ideias dos republicanos sem considerar as nuances de um espaço a ser construído, como eram as Colônias.

A análise sobre o Grupo permitiu enxergar os anseios dos poderes constituídos no sentido de inculcar na sociedade os princípios republicanos, independente de suas particularidades. Nessa direção, os políticos e as camadas mais abastadas da sociedade discursavam para promover um projeto educacional que trouxesse o município à luz, à modernidade e ao progresso, visando retirar a sociedade do analfabetismo e da ignorância, estas entendidas como herança de um passado próximo. O Grupo Escolar Antônio João Ribeiro representou, naquele período, o ato principal de investida política para a formação do cidadão moderno e civilizado, com princípios cívicos, morais e patrióticos, ou seja, a formação do cidadão desejável ao estado.

Em suma, a principal indagação que nos fez seguir a investigação refere-se ao processo de institucionalização do ensino primário público em Itaporã, sul de Mato Grosso, por meio da criação e implantação do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, que tinha como objetivo verificar seu funcionamento, seus sujeitos, o ensino e a arquitetura,

entre os anos de 1953 e 1974. Essa questão foi desdobrada em outras que esmiuçaram o Grupo Escolar em algumas de suas especificidades. Por isso, esses questionamentos foram sendo discutidos e delineado desde a sua criação, em 1953, até o ano de sua extinção, 1974, dando espaço à nomenclatura de 1º Grau, como cumprimento da Lei 5692/71. Neste recorte, trouxemos à nossa escrita as vozes dos atores sociais (professores, alunos, professores, entre outros) na dinâmica relação Cidade-Escola, o que nos permitiu dialogar com a história não somente da escola em si - aqui representada pelo Grupo Escolar - mas do próprio município de Itaporã. A escola cumpriu o papel de formadora social, e teve peso ímpar no desenrolar da história do município ao passo que se tornou difícil desmembrá-las.

A documentação analisada permitiu compreender que a criação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro representou, naquele período, o ato principal da política local, cujo discurso fundava-se na formação do cidadão “moderno” e “civilizado”. A partir dos princípios cívicos, morais e patrióticos formava-se o cidadão idealizado pelo Estado. Foi possível também compreender que a escola teve historicamente, por um lado, suas singularidades, mas por outro, foi veículo propagador de ideais próprios do período republicano (1953-1974), os quais foram nacionalmente divulgados.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a escola contribuiu, de maneira significativa, para a escolarização de meninos e meninas moradores do município de Itaporã. Em um espaço que compreendia ser de cultura e aprendizagem.

É oportuno ressaltar que, mesmo com a escassez de tempo que demanda a realização de uma pesquisa em nível de Mestrado, que nos limita alcançar voos mais altos, entendemos que foi possível buscar informações que contribuíram para a História da Educação do município de Itaporã, bem como também, auxiliar na compreensão deste processo de formação da área educacional do município e região, abrindo caminhos para novas investigações acerca da história das instituições escolares no Sul de Mato Grosso.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BÁEZ, Renato. *Cenas de minha Terra*. São Paulo: Tipografia e Livraria Brasil, 1965.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Repensando o Ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Ensino Contexto, 1997.
- BRAZIL, Maria do Carmo. *Revista Territórios e Fronteiras*. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, 1999.
- BRAZIL, Maria do Carmo; TREVIZAN, Marcio Bogaz. Escola dos Ervais. Apontamentos para uma leitura sobre a escolarização da infância na fronteira Brasil-Paraguai (1923-1931). In: *XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: UFRN, 2013.
- BRITO, S. H. A. ; STEIN, N. R. M. A organização do trabalho didático na escola moderna: os grupos escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950). *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: EDUCG , 2006.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*. Dourados: UFGD, 2010.
- CARVALHO. Abdias Vilar de. *Crise política e transformação do Estado brasileiro (1930-1945)*. Brasília: UNB, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- CHARTIER, R. A. *História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CORDEIRO, Aurenô Arnaldo. *A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos*. Campo Grande: Centro gráfico Ruy Barbosa, 2010.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

SOUZA, R. F.; FARIA FILHO, L. M. A contribuição dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 21-56.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas: Mercado de Letras, 2000, p.21-56.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

GUIMARÃES, R. M. C.; GATTI JÚNIOR, D. “Templo do bem”: o grupo escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908-1918). Os grupos escolares mineiros como lugar de disciplina e higienização dos corpos. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 7, p. 277-301, jan./dez. 2008.

HOSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, nº 1 (jan/jun), 2001, p.9-43.

KHOURY, Yara Aun. Projeto História Campo/Cidade. *Revista do Programa de Estudos pós-graduados em história e do departamento de história*. São Paulo: PUC/SP – EDUC, 1999. p.1-305.

LOPES, A. de P. C. Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, D. G. (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. (orgs.). *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCILIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARIN, Jerri R. Diáspora e Identidades: As experiências missionárias dos franciscanos alemães em Mato Grosso. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano V, n. 13, Maio 2012, p. 205-234. ISSN 1983-2850. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>>. Acesso em: jan. 2015.

MEDEIROS, Joana Prado. *O Eldorado de Dourados: A Colônia dos Baianos e Colônia Café Porã – 1950 a 1960*. Dourados: CEUD/UFMS, 2001.

- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU, 1974.
- NOSELLA, Paulo; BUFFA, Ester. *As Pesquisas sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Editora Alínea, 2009.
- NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n. 4, 1991, p. 109-158.
- OLIVEIRA, Ramão Vargas de. *Conhecendo Caarapó: geo-história do município*. Campo Grande: FCMS, 1988.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; GONÇALVES, Arlene da Silva. Os grupos escolares no contexto da política educacional mato-grossense: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do Estado (1910-1950). *Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*. Campo Grande. v.16, n.31, 2010, p. 5-84.
- ONO, Kosuke (et al.). *Cenário da imigração japonesa na grande Dourados*. Associação cultural Nipo-Brasileira Sul-Mato-Grossense. Dourados: Editora de UFGD, 2008.
- PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B. História da cultura escolar através dos exames: o caso dos exames de admissão ao Ginásio (1939-1971). *Intermeio: revista do Mestrado em Educação*, Campo Grande, v. 8, n. 16, 2002, p. 4-15.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio*. Dourados: UFGD, 2005.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da UFGD, 2008, p. 15-76.
- REIS, Rosinete Maria dos; Sá, Nicanor Palhares. *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.
- REIS, Rosinete Maria dos. A Implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. (Orgs.). *Instantes e Memórias na História da Educação*. Brasília: Inep / Cuiabá: EdUFMT, 2006.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SÁ, Elizabeth de; SÁ, Nicanor. *A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SAVIANI, José Claudinei Demerva (et. al). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores associados, 2007.

SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G. (orgs.). *Educação em debate*. Perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: Memória, História e perspectivas de Pesquisa. *Revista Tempo*. v. 13, n. 26, 2009, p. 32-55.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Ed. UNB, 1982.

\_\_\_\_\_. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 66, n. 153, 1985, p. 165-172.

SILVA, Elizabeth Pobel. O Florecer de uma cultura escolar no ensino público de Mato-Grossense. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância do Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

SILVA, E. F. S. P. *Revista Brasileira de História da Educação*. 2012. Disponível em: <rbhe.sbhe.org.br>. Acesso em: 13 Fev. 2015.

SILVA, Marineide de Oliveira; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. *As escolas rurais de acordo com a legislação mato-grossense*. Cuiabá: UFMT, 2012.

SOUZA, Luciene S. *Prática de Leitura nos grupos escolares: a biblioteca escolar*. São Paulo: USP, 2002.

SOUZA, Rosa F. Demandas populares pela educação na Primeira República: aspectos da modernidade brasileira. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, vol. 6, jan./dez., 1992, p.63-70.

\_\_\_\_\_. *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

\_\_\_\_\_. *Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. Para uma genealogiada escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889 – 1947). *Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação – Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil*. Cuiabá, 2013.

TOMAZINHO, Paulo Alberto. *O Processo de ocupação do Sul de Mato Grosso e Noroeste do Paraná: a economia ervateira e a companhia Matte Larangeira S/A*. Umuarama, 1981.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944.

VIDAL, Diana G. Desembarçando algumas falas: aspectos das reformas Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira no Distrito Federal (1927-1935). *Cadernos de História e filosofia da educação*. v. II, n.º 04, 1998, p. 75-98.

\_\_\_\_\_. *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1927-1971)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

\_\_\_\_\_. *Culturas escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, no final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZORZATO, O. Os alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 408. 2000, p. 419-435.

## TESES E DISSERTAÇÕES

### Dissertações

CUNHA, Eduardo Ferreira da. *Grupo escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): arquitetura e pedagogia*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFMT, Cuiabá, 2009.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense: 1920 a 1990*. Dissertação de Mestrado em História, UFGD, Dourados, 2009.

GONÇALVES, Arlene da Silva. *Os Grupos escolares no estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)*. Dissertação de Mestrado em Educação, UCDB, Campo-Grande, 2009.

JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso do Sul a Primeira República: 1891-1927*. Dissertação de Mestrado em Educação, UNICAMP, Campinas, 1998.

MONTEIRO, Juliana da Silva. *Cultura Escolar: A institucionalização do Ensino Primário no sul do antigo Mato Grosso - O Grupo Escolar Tenente Aviador Antonio João em Caarapó, MS (1950-1974)*. 2011. Dissertação de Mestrado em Educação, PPGEdU/FAED/UFGD, Dourados, 2011.

NOGUEIRA, Claudio Cristhiano. *A Reprodução do Espaço Urbano de Itaporã: Uma Análise a partir das Relações/Articulações com Dourados-MS*. Dissertação de Mestrado em Educação, PPGEdU/FAED/UFGD, Dourados, 2011.

REIS, Rosinete Maria dos. *Palácios da Instrução: Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Dissertação de Mestrado, UFMT, Cuiabá, 2003.

SILVA, Adriane Cristine. *Grupo Escolar Esperidião Marques: Uma contribuição para os estudos das Instituições Escolares em Mato Grosso (1910-1947)*. 2011. Dissertação de Mestrado em Educação, PPGEdU/FAED/UFGD, Dourados, 2011.

TREVIZAN, Marcio Bogaz. *Grupo Escolar Mendes Gonçalves: Vicissitudes da vida social e material da instituição e o contexto de implantação dos grupos escolares no Brasil (1889-1931)*. Dissertação de Mestrado em Educação, PPGEdU/FAED/UFGD, Dourados, 2011.

VALENTIM, Reinaldo Antonio. *Movimentos Sociais e Educação: Análise histórica sobre o processo de implantação da lei 10.639/03 em MS- 1999/2006*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFGD, Dourados, 2012.

XAVIER, Emilene Fontes de Oliveira. *Cultura Brasileira e a Memória da Construção da Identidade Nacional no Grupo Escolar Leônidas de Matos (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFMT, Cuiabá, 2006.

## Teses

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Tese de Doutorado em Educação, USP, São Paulo, 1987.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos Palácios: forma e cultura escolares em belo horizonte - 1906/1918*. Tese de Doutorado em Educação, USP, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *Migração e escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra - Mato Grosso - Brasil (1964 -1976)*. Tese Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PAES, Ademilson Batista. *A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

SOUZA, Rosa F. *Alicerces da Pátria: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976)*. Tese Livre-Docência, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

### **Documentos da escola**

LIVRO DE CRÔNICAS DA ESCOLA SANTO ANTÔNIO, Itaporã, 1958-2002.

LIVRO DE REGISTROS de alunos do Grupo escolar Antonio João Ribeiro - 1955-1959.

LIVRO ATA DAS REUNIÕES do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, 1958-1976.

### **Documentos oficiais do estado do Mato Grosso**

MATO GROSSO. *Relatório apresentado pelo Diretor da Instrução Pública, José Estevão Corrêa, ao Presidente do Estado de Mato Grosso, Antônio Corrêa da Costa*. Cuiabá, 3 de jan. de 1898.

MATO GROSSO. *Regulamento da Instrução Primária do Estado de Mato Grosso*. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá, 1910.

MATO GROSSO. *Regulamento da Instrução Pública, 1927*. Arquivo Público de Mato Grosso, 1927.

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Annibal Toledo*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1930. Disponível em: mídia digital no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME/UFGD).

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Manoel Ary da Silva Pires*. Cuiabá: Imp. Oficial. 1937.

MATO GROSSO. *Decreto Estadual 1.927 de 1954*. Criação da Escola Reunida de Itaporã, 1954.

MATO GROSSO. *Decreto Estadual 2.197 de 1955*. Transformação da Escola Reunida em Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, 1955.

MATO GROSSO. *Resolução para o Ensino Primário nº 19, 1972*. Arquivo Público de Mato Grosso, 1972.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Departamento de Terras e Colonização. *1º Relatório sobre a colônia existente no Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 1979.

### **Documentos nacionais**

BRASIL. *Boletim mensal do Instituto Nacional de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência Política, 1942, fascículo II, vol.V.

ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA, Brasília: UNB, 1983, p. 422-423.

### **Documento da imprensa local**

O PROGRESSO. Dourados - década de 1950. Arquivo do jornal O Progresso de Dourados: 1953.

### **Entrevistas e Depoimentos**

CORDEIRO, C. Aurena. *Depoimento* (mar. 2014). Entrevistadora: Claudiani Rodelini. Itaporã - MS, 2014.

PACCO, M. Izaira. *Depoimento* (mar. 2014). Entrevistadora: Claudiani Rodelini. Itaporã - MS, 2014.

RODELINI, Luiz. *Depoimento* (mar. 2014). Entrevistadora: Claudiani Rodelini. Itaporã - MS, 2014.

WOLFART, Maria Sérgia. *Depoimento* (jun. 2013). Entrevistadora: Claudiani Rodelini. Dourados - MS, 2013.

## ANEXOS – Documentos da escola



Figura 01: Certificado de conclusão do Jardim Paroquial de Ivan da Silva Massocato.

**Fonte:** acervo particular de Ivone de Souza Massocato.

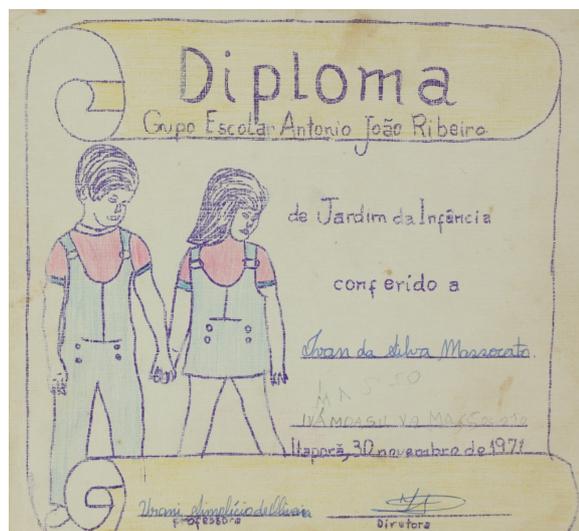


Figura 02: Diploma do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro do Jardim da Infância conferido a Ivan da Silva Massocato.

**Fonte:** acervo particular de Ivone de Souza Massocato.

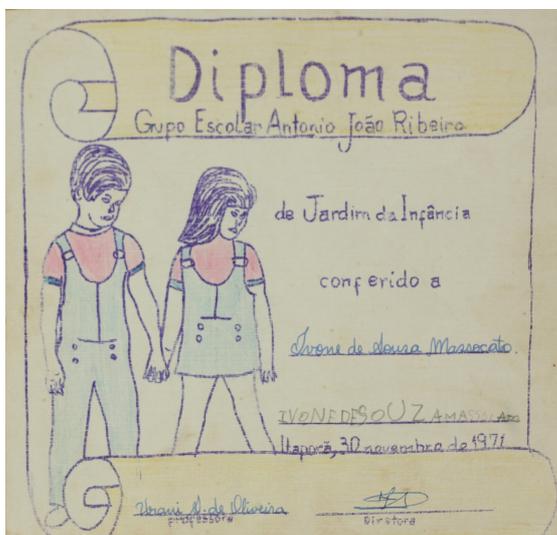


Figura 03: Diploma do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro do Jardim da Infância conferido a Ivone de Souza Massocato.

**Fonte:** acervo particular de Ivone de Souza Massocato.



Figura 04: Irmã entregando o Diploma do Jardim da Infância conferido a Ivan Massocato.

**Fonte:** acervo particular de Ivone de Souza Massocato.



# DIÁRIO OFICIAL

Do Estado de Mato Grosso

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

CUIABÁ, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 1954

N. 12.020

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO N. 1923, DE 14 DE JULHO DE 1954**

Dispõe sobre a reclassificação dos Servidores da Justiça da Comarca de Paranaíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista a Lei n. 644, de 30 de novembro de 1953, bem assim o que consta do processo n. 04/54, da Diretoria do Expediente do Governo, resolve reclassificar, a partir de janeiro último, os serventários da Justiça, lotados no Juízo de Direito da Comarca de Paranaíba, 2.ª entrância, de maneira seguinte:

- 1 — Nilo Genaro Clarke — Escrivão do crime — padrão M
- 2 — Millião de Queiroz — Oficial de Justiça — padrão J
- 3 — Vicente Umbelino de Faria — Oficial de Justiça — padrão J
- 4 — Osvaldo Severino de Oliveira — Porteiro de Auditorias — padrão J

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 14 de julho de 1954. 133.º da Independência e 66.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Rubens Pinto de Arruda

**DECRETO N. 1924, DE 14 DE JULHO DE 1954**

Dispõe sobre a reclassificação dos Servidores da Justiça, da Comarca de Santo Antônio do Aragarças.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta do processo n. 1086/54, da Diretoria do Expediente do Governo, reclassificando o decreto n. 1855, de 14 de maio de 1954, considera reclassificados, de acordo com a Lei n. 644, de 30 de novembro de 1953, a partir de 1.º de janeiro último, os Servidores da Justiça da Comarca de Santo Antônio do Aragarças, de seguinte maneira:

1.º — NUNES DA SILVA

RENATO MARQUES FONTES — Oficial de Justiça, padrão J

RAIMUNDO NONATO DA SILVA — Porteiro dos Auditorias, padrão J

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 14 de julho de 1954. 133.º da Independência e 66.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Rubens Pinto de Arruda

**DECRETO N. 1925, DE 14 DE JULHO DE 1954**

Dispõe sobre a criação de escolas rurais, mistas, de instrução primária, nos lugares que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o artigo 7.º do decreto n. 759, de 22 de abril de 1927, decreta:

Artigo único — São consideradas criadas a partir do dia 1.º de março último, escolas rurais, mistas, de instrução primária, nos lugares denominados "ITAGUIRÍ", "LOTE 99" e "PANAMBI DE BAIXO", município de Itaporã, dado o grande número de crianças em idade escolar existentes naquelas localidades; revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 14 de julho de 1954. 133.º da Independência e 66.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Francisco A. Ferreira Mendes

**DECRETO N. 1926, DE 14 DE JULHO DE 1954**

Cria uma escola rural, mista, de instrução primária, no lugar denominado "Indaia do Sul", município de Cassilândia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o artigo 7.º do decreto n. 759, de 22 de abril de 1927, decreta:

Artigo único — Fica criada uma escola rural, mista, de instrução primária, no lugar denominado "Indaia do Sul", município de Cassilândia, dado o grande número de crianças em idade escolar

as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 14 de julho de 1954. 133.º da Independência e 66.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Francisco A. Ferreira Mendes

**DECRETO N. 1927, DE 14 DE JULHO DE 1954**

Dispõe sobre a criação de escolas reunidas, na cidade de Itaporã.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o artigo 19.º do decreto n. 759, decreta:

Artigo único — São consideradas criadas a partir de 1.º de março último, escolas reunidas na cidade de Itaporã, formadas pelas escolas isoladas ali existentes; revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 14 de julho de 1954. 133.º da Independência e 66.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Francisco A. Ferreira Mendes

**DECRETO N. 1928, DE 14 DE JULHO DE 1954**

Dispõe sobre a criação de uma escola rural, mista, de instrução primária, no lugar que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta do processo n. 1448/54, da Diretoria do Expediente do Governo, decreta:

Artigo único — Considera criada, a partir de 1.º de março último, sob proposta do Departamento de Educação e Cultura do Estado, uma escola rural, mista, de instrução primária, no lugar denominado "Orelha de Onça", município de Três Lagoas, dado o grande número de crianças em idade escolar existentes naquela localidade; revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 14 de julho de 1954. 133.º da Independência e 66.º da República.

Figura 5: Diário Oficial de 19 de julho de 1954, contendo o Decreto nº1927 de 14 de julho de 1954, que dispõe da criação das Escolas Reunidas na Cidade de Itaporã.

Fonte: acervo público de Cuiabá-MT.

*Transforma as Escolas Reunidas em G.E*

gem esquerda o morro do "Presídio", e, finalmente, desde, ao morro do Açu, onde teve começo.

Pádua Alcancastro, em Cuiabá, 16 de agosto de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Alexandre Corqueira Caldas

DECRETO N. 2193,  
DE 16 DE AGOSTO DE 1955

Cria uma escola rural, mista, de instrução primária, com a denominação de "Novo Mundo", na Colônia Japonesa do Rio Negro, município de Cuiabá.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o artigo 7, do decreto n. 769, de 22 de abril de 1927, e bem assim o que consta do processo n. 2581/55, da Diretoria do Expediente do Governo, decreta:

Artigo 1.º — É considerada criada, a partir de 1.º de maio último, sob proposta do Departamento de Educação e Cultura do Estado, uma escola rural, mista, de instrução primária, com a denominação de "Novo Mundo", na Colônia Japonesa do Rio Negro, município de Cuiabá, tendo o elevado número de crianças em idade escolar existente na referida localidade.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pádua Alcancastro, em Cuiabá, 15 de agosto de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Athyde de Lima Bastos

DECRETO N. 2194,  
DE 16 DE AGOSTO DE 1955

Destrobra, no corrente ano letivo, o 1.º ano feminino do Grupo Escolar "Vespasiano Martins", do bairro Glória, da cidade de Campo Grande.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta do processo n. 2369/55, da Diretoria do Expediente do Governo, decreta:

Artigo único — É considerada, destruída, no corrente ano letivo, a partir de 20 de maio último, sob proposta do Departamento de Educação e Cultura do Estado, a classe do 1.º ano feminino do Grupo Escolar "Vespasiano Martins", do bairro Glória, da cidade de Campo Grande, tendo o excessivo número de alunos em que vem a mesma funcionando; revogadas as disposições em contrário.

Pádua Alcancastro, em Cuiabá, 16 de agosto de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Athyde de Lima Bastos

DECRETO N. 2195,  
DE 17 DE AGOSTO DE 1955

Dispõe sobre criação de uma escola rural, mista, de instrução primária, no lugar denominado "Colônia Iguaçu", município de Borradouras.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista

que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, decreta:

Artigo único — É considerada criada, a partir de 15 de abril último, uma escola rural, mista, de instrução primária, no lugar denominado "Colônia Iguaçu", município de Borradouras, tendo o grande número de crianças em idade escolar, existente naquela localidade; revogadas as disposições em contrário.

Pádua Alcancastro, em Cuiabá, 17 de agosto de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Athyde de Lima Bastos

DECRETO N. 2196,  
DE 17 DE AGOSTO DE 1955

Cria escolas rurais, mistas, de instrução primária, nos lugares que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o artigo 7, do decreto n. 769, de 22 de abril de 1927, decreta:

Artigo único — São consideradas criadas, a partir de 1.º de maio, 1.º de abril de maio e 1.º de junho (2), do corrente ano, respectivamente, escolas rurais, mistas, de instrução primária, nos lugares denominados SARDINHA, MONTESI, L. MABEL, BAIXO ITAQUITI e CANHAPÃO, município de Itaporã, tendo o grande número de crianças em idade escolar existente naquelas localidades; revogadas as disposições em contrário.

Pádua Alcancastro, em Cuiabá, 17 de agosto de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Athyde de Lima Bastos

DECRETO N. 2197,  
DE 17 DE AGOSTO DE 1955

Transforma em Grupo Escolar com a denominação de "Antônio João Ribeiro", as Escolas Reunidas da cidade de Itaporã.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o artigo 34, parágrafo único, do decreto n. 769, de 22 de abril de 1927, decreta:

Artigo único — São transformadas em Grupo Escolar, com a denominação de ANTONIO JOAO RIBEIRO, a partir de 1.º de maio último, as Escolas Reunidas da cidade de Itaporã; revogadas as disposições em contrário.

Pádua Alcancastro, em Cuiabá, 17 de agosto de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Athyde de Lima Bastos

DECRETO N. 2198,  
DE 22 DE AGOSTO DE 1955

Abre, no presente exercício, no Tesouro do Estado, o Crédito Especial na importância de Cr\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e tendo em vista

que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, no exercício, no Tesouro do Estado, o Crédito Especial da importância de Cr\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento do empréstimo concedido ao município de Cáceres, que será unicamente no aquisição de materiais e implementos para a reforma do sistema elétrico da mesma cidade que trata a Lei n. 711, de 11 de julho último, da Assembleia Legislativa do Estado.

Artigo 2.º — A despesa decorrente do presente Decreto será coberta em cursos provenientes do saldo em 1954 da quantia de Cr\$ 1.000.000,00 e com as anulações das Subvenções 38, 47, 70, 114, 158 e 250, do Orçamento 79/40 — DESPESAS DIVERSAS — OUTROS ENCARGOS vigência orçamentária.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e das as disposições em contrário.

Pádua Alcancastro, em Cuiabá, agosto de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

Fernando Corrêa da Costa  
Alexandre Corqueira Caldas

ATOS DO DIA 16 DE AGOSTO DE 1955

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO resolve:

EXONERAR: ANTONIO DE SOUZA ALVES, cas de Subdelegado de Polícia do distrito de Cuiabá, município de Guiratinga.

NOMEAR: RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA, exercendo, interinamente, o cargo de Escrivão, do distrito de PASSAÇO DA LEZ, município de Borradouras, município de Borradouras.

VIRGILIO SA CAVALCANTI, para exercer, interinamente, o cargo de Dist. Contador, Parador, Ponteiro dos Audi Depositaristas dos bens situados na sede marca de Borradouras.

O Major, reformado, JOAO NUNES DE SA, da Polícia Militar do Estado, exercendo o cargo de Delegado de Polícia, do município de Guiratinga.

ANA NUNES DE SIQUEIRA, para exercer, interinamente, o cargo de arquivista, no Departamento de Estatística e Tipos, em virtude de exonerar Madry de Sá.

ESTELITA B. CAETANO BOTELHO, para exercer, interinamente, o cargo de chefe de cartório de Escriturário, no Departamento de Estatística e Tipos, em virtude de exonerar de Mendrigues Fontoura.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA, COMERCIO E OBRAS PUBLICAS  
CIU. VIAÇÃO E OBRAS  
FORTALIA N. 7

O SECRETARIO DE ESTADO DA CULTURA, INDUSTRIA, COMERCIO E OBRAS PUBLICAS, recomenda ao Conselho de Obras Públicas a abertura de licitação pública para a construção de obras

Figura 6: Diário Oficial de 25 de agosto de 1955, contendo o Decreto nº2197. de 17 de Agosto de 1955, que transforma em Grupo Escolar de denominação " Antonio João Ribeiro", as Escolas Reunidas da cidade de Itaporã .

Fonte: acervo público de Cuiabá-MT.



Figura 07: Imagem da chegada das irmãs Franciscanas ao Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, na década de 60. Na foto da esquerda para a direita temos a Ir Maria Sérgia Worfart, Ir Evita Seidl, Ir Iracema Grings e Ir Veronica Willers, os demais integrantes da foto são professoras, alunas do Grupo e políticos da cidade de Itaporã.

**Fonte:** Irmã Maria Sérgia Worfart



Figura 08: Casa que abrigou as primeiras Irmãs Franciscanas a chegarem no município de Itaporã. A casa ficava localizada na Avenida São José, onde atualmente funciona a “Casa Betânia”.

**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.



Figura 09. Primeira comunhão dos alunos do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, década de 50.

**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisador.



Figura 10 : Primeira Igreja Católica “São José” Construída na cidade de Itaporã. Década de 50.

**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.



Figura11: Crianças no correto central da cidade , localizado ao lado da Igreja São José. Itaporã-MT. Década de 50.

**Fonte :** Arquivo pessoal da pesquisadora.



Figuras 12



Figura13

As figuras 12 e 13 Primeira comunhão das crianças no correto central da cidade , localizado ao lado da Igreja São José .Itaporã-MT . década de 50 .

**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.



Figura 13: Local onde funcionava uma das salas de aula do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro. Década de 50.

**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.



Figura 14: Igreja Matriz São José, construída na Década de 60, em Itaporã-MT.

**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.



Figura 15 : Escola Santo Antonio.

**Fonte:** Imã Maria Sérgia Worfart.



Figura 16: Escola Santo Antonio.

**Fonte :** Imã Maria Sérgia Worfart

As figuras 15 e 16: Escola Santo Antonio, fundada em 27 de fevereiro de 1958, pela ordem franciscana com o objetivo de ser uma escola particular, organizada e administrada pelas Ordem franciscanas. No ano de 1968, por falta de um hospital, as Irmãs cederam os compartimentos dos andares térreos, para receber doentes com casos mais graves, que necessitavam de observação. Aos 30 de outubro de 1970, ocorreu a extinção da Escola Santo Antonio, sendo seu prédio aproveitado e adaptado para ser o Hospital “Cristo Redentor”.



Figura 17: Escola Rural Mista localizada nas proximidades do Porto Café.Itaporã-MT.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 18: Funcionários do Grupo Escolar (1971), dentre eles estão Ir. Antoninha Werlang, Ir Leonarda Lunkes , Mateus Cortez Favaretto , Maria José Bezerra Gonela, Cleonice Messias dos Anjos, Aparecida Clemente, Sonia Brum , Maria Timira, Fátima Clares.

**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.



Figura 19: Desfile Cívico de 7 de setembro – Itaporã-MT . Década de 70.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 20 : Desfile Cívico de 7 de setembro – Itaporã-MT. Década de 70.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 20 : Desfile Cívico de 7 de setembro – Itaporã-MT . Década de 70.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 21 : Alunos do Jardim da Infancia (1971). Professora Urani Simplicio, dentre os alunos estão: Maria Festa, Feliciano Rebeque, Neide Santana, Marcia Calderan, Neuzeli Fuza e Marcos Calderan – Itaporã-MT.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 22: Imagem da Praça central de Itaporã e a Igreja Matriz ‘São José’ ainda fase de construção . Década de 60.

**Fonte:** Studio Santana.



*Vista Parcial de Itaporã - MS.*

Figura 23: Imagem da Praça central de Itaporã e a Igreja Matriz "São José". Década de 70.

**Fonte:** Studio Santana.



Studio Santana  
Desde 1963

Figura 24 : Comemoração ao dia da Criança no Grupo Escolar. Dentre as professoras estão Maria José Bezerra e Antonia Alais Nogueira.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 24 : Comemoração ao dia da Criança no Grupo Escolar . Professora Antonia Alais Nogueira com seus alunos.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 25: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 70. Itaporã-MT.

**Fonte:** Studio Santana.

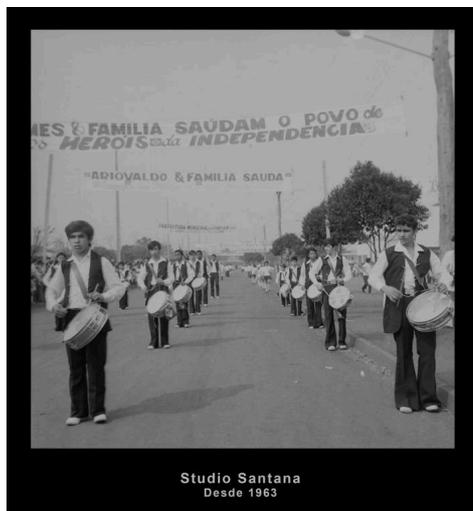


Figura 26: Desfile cívico em comemoração ao dia 07 d setembro. Década de 70. Itaporã-MT.

**Fonte:** Studio Santana.

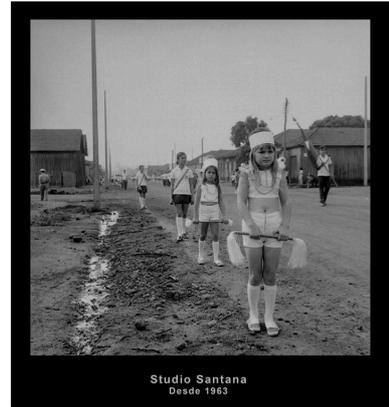


Figura 27: Desfile cívico em comemoração ao dia 07 de setembro. Década de 60. Itaporã-MT.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 28: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 60. Itaporã-MT.

**Fonte:** Studio Santana.

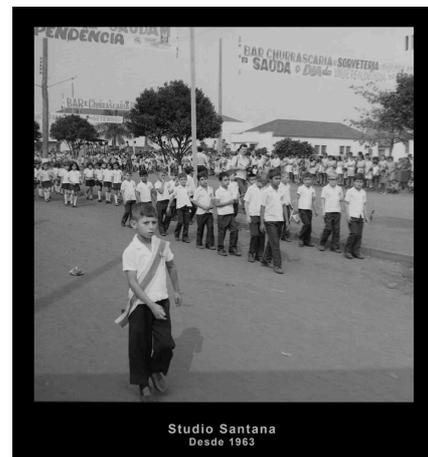


Figura 29: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 70. Itaporã-MT

**Fonte:** Studio Santana.

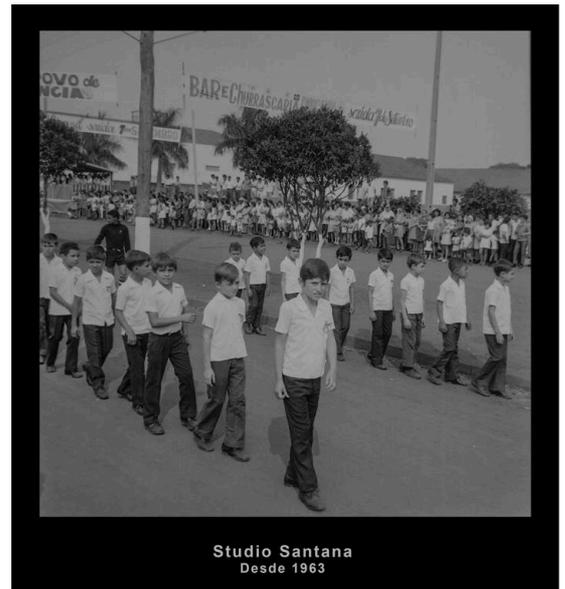


Figura 30: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 70. Itaporã-MT.

Fonte: Studio Santana.

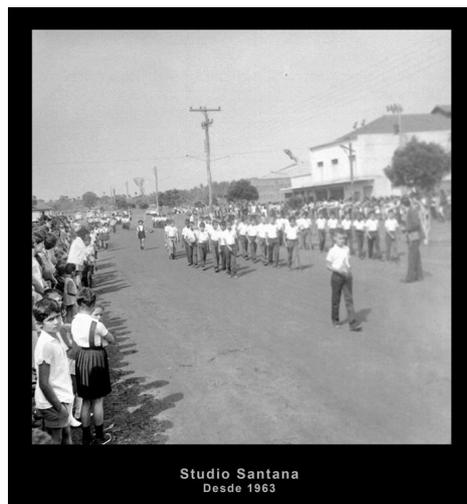


Figura 31: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 60. Itaporã-MT.

Fonte: Studio Santana.

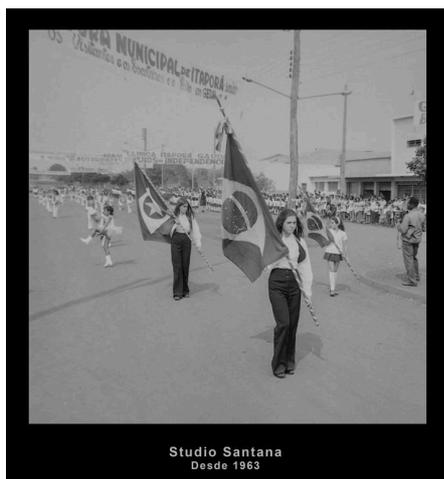


Figura 32: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 70. Itaporã-MT.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 33: Desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade de Itaporã-MT. Década de 60

**Fonte:** Studio Santana.

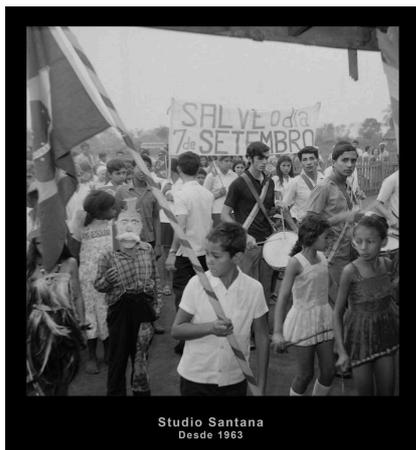


Figura 34: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 60. Itaporã-MT.

**Fonte:** Studio Santana.

Figura 35: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 60. Itaporã-MT

**Fonte:** Studio Santana.

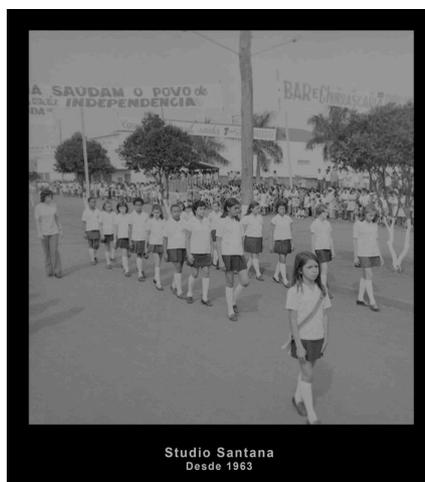


Figura 36: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 60. Itaporã-MT

**Fonte:** Studio Santana.

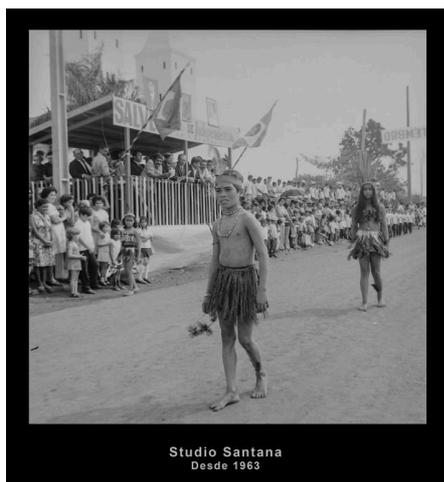




Figura 38: Primeiro Médico a se instalar em Itaporã, Senhor Antônio Japonês e sua família. Década de 60. Itaporã-MT

**Fonte:** Studio Santana.

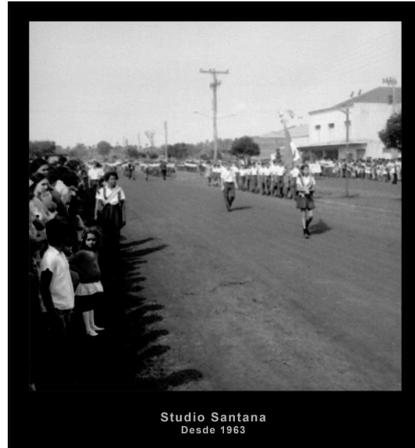


Figura 37: Desfile cívico em comemoração ao 7 de setembro. Década de 60. Itaporã-MT

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 39: Primeira Delegacia de Policia a se instalar em Itaporã- MT . Década de 60.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 40: Escolas Reunidas de Itaporã- MT. Na foto estão o professor Marcelino Lopes de Oliveira, Professora Balbina e a professora Luiza Teixeira e seus alunos.

**Fonte:** Studio Santana.



Figura 42 : Caminhão transportando toras de madeira das propriedades rurais para as serrarias da cidade de Itaporã- MT .Década de 60

**Fonte:** Studio Santana.

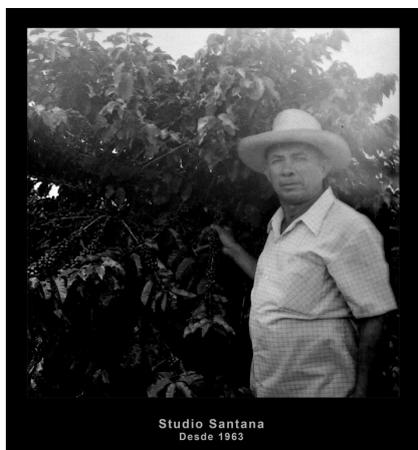




Figura 42: Comemoração do dia do professor no Grupo Escolar . Professora Alais Nogueira entre os alunos Luiza Brunet, Nilsa Menani, Tânia Calixto, Isabel França Almeida, Gentil Yamada, Luiza Marsura, Izabel Rodrigues França, entre outros.

**Fonte :** Studio Santana



Figura 43: Funcionários do Grupo Escolar entre eles estão Telma Beatriz, Zuleika Rocha, Wilma Teixeira, Nilza Menani, Esteva, Elvira Rocha, Alais Nogueira, Milton Menani, Aurena Cordeiro.

**Fonte:** Acervo pessoal da pesquisadora.